



Editoração Casa Civil

CEARÁ

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO

Fortaleza, 03 de abril de 2012

SÉRIE 3 ANO IV Nº064

Caderno 3/3

Preço: R\$ 5,00

TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS (Continuação)

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O SECRETÁRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e por ordem do Presidente desta Corte de Contas, **convoca** o(a) Senhor(a) **MARIA SIMONE CAMPELO PONTES**, (ex) -Secretário(a) de Educação de Iracema, para a partir da publicação deste, apresentar neste Tribunal, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, suas razões de defesa referentes ao Processo de Tomada de Contas Especial nº19869/09, relativo ao exercício financeiro de 2009. TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 29 de março de 2012.

Fernando Antônio Diogo de Siqueira Cruz
SECRETÁRIO

*** **

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O SECRETÁRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e por ordem do Presidente desta Corte de Contas, **convoca** o(a) Senhor(a) **ROBERTO CARLOS FARIAS**, (ex) -Prefeito(a) Municipal de Santana do Acaraú, para a partir da publicação deste, apresentar neste Tribunal, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, suas razões de defesa referentes ao Processo de Tomada de Contas Especial nº29995/11, relativo ao exercício financeiro de 2011. TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 29 de março de 2012.

Fernando Antônio Diogo de Siqueira Cruz
SECRETÁRIO

*** **

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O SECRETÁRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e por ordem do Presidente desta Corte de Contas, **convoca** o(a) Senhor(a) **FRANCISCO MARCELLO MARTINS DESIDERIO**, (ex) -Gestor(a) da Secretaria de Administração do Município de Palmácia, para a partir da publicação deste, apresentar neste Tribunal, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, suas razões de defesa referentes ao Processo de Tomada de Contas de Gestão nº11910/08, relativo ao período financeiro de 1º/01 a 27/03 de 2006. TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 29 de março de 2012.

Fernando Antônio Diogo de Siqueira Cruz
SECRETÁRIO

*** **

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O SECRETÁRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e por ordem do Presidente desta Corte de Contas, **convoca** o(a) Senhor(a) **JOÃO BATISTA BASTOS LIRA**, Presidente da Câmara Municipal de Itapagé, para a partir da publicação deste, apresentar neste Tribunal, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, suas razões de defesa referentes ao Processo de Tomada de Contas de Gestão nº74/12, relativo ao exercício financeiro de 2011. TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 29 de março de 2012.

Fernando Antônio Diogo de Siqueira Cruz
SECRETÁRIO

*** **

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O SECRETÁRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e por ordem do Presidente desta Corte de Contas, **convoca** o(a) Senhor(a) **HONÓRIO TEIXEIRA MELO JÚNIOR**, (ex) -Gestor(a) da Secretaria

de Ação Social e Desenvolvimento Local, para a partir da publicação deste, apresentar neste Tribunal, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, suas razões de defesa referentes ao Processo de Tomada de Contas de Gestão nº177/12, relativo ao exercício financeiro de 2008. TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 29 de março de 2012.

Fernando Antônio Diogo de Siqueira Cruz
SECRETÁRIO

*** **

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O SECRETÁRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e por ordem do Presidente desta Corte de Contas, **convoca** o(a) Senhor(a) **FRANCISCO JEOVÁ MADEIRA CAVALCANTE**, (ex) -Gestor(a) da Prefeitura Municipal de Monsenhor Tabosa, para a partir da publicação deste, apresentar neste Tribunal, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, suas razões de defesa referentes ao Processo de Tomada de Contas de Gestão nº30879/11, relativo ao exercício financeiro de 2008. TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 29 de março de 2012.

Fernando Antônio Diogo de Siqueira Cruz
SECRETÁRIO

*** **

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O SECRETÁRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e por ordem do Presidente desta Corte de Contas, **notificar** o(a) Senhor(a) **CARLOS SERPA MENEZES BARROSO**, Presidente da Câmara Municipal de Tururu, acerca do julgamento exarado nos autos do processo de Prestação de Contas de Gestão nº10648/09, relativo ao exercício financeiro de 2008, por meio do Acórdão nº206/2012, bem como para convocá-lo, a partir da publicação deste, a apresentar neste Tribunal, no prazo de 10 (dez) dias corridos, comprovante de recolhimento da pena pecuniária que lhe foi imposta na decisão acima citada. TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 29 de março de 2012.

Fernando Antônio Diogo de Siqueira Cruz
SECRETÁRIO

*** **

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O SECRETÁRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e por ordem do Presidente desta Corte de Contas, **convoca** o(a) Senhor(a) **ENILDA MAGALHÃES FROTA**, (ex) -Gestor(a) da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto de Tururu, para a partir da publicação deste, apresentar neste Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, recurso de reconsideração e/ou comprovante de recolhimento, referente ao Processo de Prestação de Contas de Gestão nº10806/09, relativo ao exercício financeiro de 2008. TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 29 de março de 2012.

Fernando Antônio Diogo de Siqueira Cruz
SECRETÁRIO

*** **

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O SECRETÁRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e por ordem do Presidente desta Corte de Contas, **convoca** o(a) Senhor(a) **MARX CARRIERI GUEDES MONTEIRO**, (ex) -Presidente da Câmara Municipal de Solonópole, para a partir da publicação deste, apresentar neste Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, recurso de

reconsideração e/ou comprovante de recolhimento, referente ao Processo de Prestação de Contas de Gestão nº9129/08, relativo ao exercício financeiro de 2007. TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 29 de março de 2012.

Fernando Antônio Diogo de Siqueira Cruz
SECRETÁRIO

*** **

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O SECRETÁRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e por ordem do Presidente desta Corte de Contas, **convoca** o(a) Senhor(a) **ROSANGELA DA SILVA ROLIN**, (ex) -Gestor(a) da Secretaria de Cultura do Município de Palmácia, para a partir da publicação deste, apresentar neste Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, recurso de reconsideração, referente ao Processo de Prestação de Contas de Gestão nº10226/10, relativo ao exercício financeiro de 2009. TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 29 de março de 2012.

Fernando Antônio Diogo de Siqueira Cruz
SECRETÁRIO

*** **

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O SECRETÁRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e por ordem do Presidente desta Corte de Contas, **convoca** o(a) Senhor(a) **HÉLIO FONTENELE MAGALHÃES**, (ex) -Prefeito(a) Municipal de Granja, para a partir da publicação deste, apresentar neste Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, recurso de reconsideração e/ou comprovante de recolhimento, referente ao Processo de Prestação de Contas de Gestão nº10257/04, relativo ao exercício financeiro de 2003. TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 29 de março de 2012.

Fernando Antônio Diogo de Siqueira Cruz
SECRETÁRIO

*** **

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O SECRETÁRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e por ordem do Presidente desta Corte de Contas, **convoca** o(a) Senhor(a) **RAIMUNDO CAMPOS MESQUITA**, (ex) -Gestor(a) do Fundo Municipal de Saúde de Palmácia, para a partir da publicação deste, apresentar neste Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, recurso de reconsideração e/ou comprovante de recolhimento, referente ao Processo de Prestação de Contas de Gestão nº10210/10, relativo ao período financeiro de 05/02 a 31/12 de 2009. TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 29 de março de 2012.

Fernando Antônio Diogo de Siqueira Cruz
SECRETÁRIO

*** **

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O SECRETÁRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e por ordem do Presidente desta Corte de Contas, **convoca** o(a) Senhor(a) **ANTÔNIA KÁTIA GOMES PEREIRA**, (ex) -Gestor(a) do Gabinete do Prefeito do Município de Acopiara, para a partir da publicação deste, apresentar neste Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, recurso de reconsideração e/ou comprovante de recolhimento, referente ao Processo de Prestação de Contas de Gestão nº10747/10, relativo ao exercício financeiro de 2009. TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 29 de março de 2012.

Fernando Antônio Diogo de Siqueira Cruz
SECRETÁRIO

*** **

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O SECRETÁRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e por ordem do Presidente desta Corte de Contas, **convoca** o(a) Senhor(a) **ANTÔNIO ALVES DE OLIVEIRA NETO**, (ex) -Gestor(a) do Instituto de Previdência do Município de Canindé, para a partir da publicação deste, apresentar neste Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, recurso de reconsideração e/ou comprovante de recolhimento, referente ao Processo de Prestação de Contas de Gestão nº20441/08, relativo ao

período financeiro de 1º/02 a 05/05 de 2008. TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 29 de março de 2012.

Fernando Antônio Diogo de Siqueira Cruz
SECRETÁRIO

*** **

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O SECRETÁRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e por ordem do Presidente desta Corte de Contas, **convoca** o(a) Senhor(a) **NEY FONSECA BARROSO**, (ex) -Gestor(a) da Secretaria de Infraestrutura do Município de Itapipoca, para a partir da publicação deste, apresentar neste Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, recurso de reconsideração e/ou comprovante de recolhimento, referente ao Processo de Tomada de Contas Especial nº13826/07, relativo aos exercícios financeiros de 2005 e 2006. TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 29 de março de 2012.

Fernando Antônio Diogo de Siqueira Cruz
SECRETÁRIO

*** **

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O SECRETÁRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e por ordem do Presidente desta Corte de Contas, **convoca** o(a) Senhor(a) **RAIMUNDO ELIEZER DA SILVA**, (ex) -Secretário(a) de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos do Município de Santana do Acaraú, para a partir da publicação deste, apresentar neste Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, recurso de reconsideração e/ou comprovante de recolhimento, referente ao Processo de Tomada de Contas Especial nº1566/10, relativo ao exercício financeiro de 2007. TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 29 de março de 2012.

Fernando Antônio Diogo de Siqueira Cruz
SECRETÁRIO

*** **

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O SECRETÁRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e por ordem do Presidente desta Corte de Contas, **convoca** o(a) Senhor(a) **ENILDA MAGALHÃES FROTA**, (ex) -Gestor(a) do Fundef do Município de Tururu, para a partir da publicação deste, apresentar neste Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, recurso de reconsideração e/ou comprovante de recolhimento, referente ao Processo de Tomada de Contas Especial nº9860/06, relativo ao exercício financeiro de 2005. TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 29 de março de 2012.

Fernando Antônio Diogo de Siqueira Cruz
SECRETÁRIO

*** **

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O SECRETÁRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e por ordem do Presidente desta Corte de Contas, **convoca** o(a) Senhor(a) **FRANCISCO DAS CHAGAS MAGALHÃES MESQUITA**, (ex) -Prefeito(a) Municipal de Santa Quitéria, para a partir da publicação deste, apresentar neste Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, recurso de reconsideração e/ou comprovante de recolhimento, referente ao Processo de Tomada de Contas Especial nº12743/11, relativo ao exercício financeiro de 2010. TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 29 de março de 2012.

Fernando Antônio Diogo de Siqueira Cruz
SECRETÁRIO

*** **

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O SECRETÁRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e por ordem do Presidente desta Corte de Contas, **convoca** o(a) Senhor(a) **FRANCISCO NILSON MOREIRA**, Prefeito(a) Municipal de Ipaoranga, para a partir da publicação deste, apresentar neste Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, recurso de reconsideração e/ou comprovante de recolhimento, e comprovante perante este TCM do repasse das consignações referentes ao INSS e ao salário família, no valor de R\$4.481,80 e R\$4.685,45, respectivamente, sob pena de ser

aberto em seu desfavor novo processo de provocação, referente ao Processo de Tomada de Contas Especial nº25875/09, relativo ao exercício financeiro de 2009. TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 29 de março de 2012.

Fernando Antônio Diogo de Siqueira Cruz
SECRETÁRIO

*** **

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O SECRETÁRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, por ordem do Presidente desta Corte de Contas, **convoca** o(a) Senhor(a) **JOSÉ ALMIR MATOS LOPES**, Prefeito(a) Municipal de Groaíras, para a partir da publicação deste, apresentar neste Tribunal, no prazo de 10 (dez) dias corridos, certidão de inscrição na Dívida Ativa dos valores imputados no Acórdão nº6468/2011, referente ao Processo de Tomada de Contas de Gestão nº21324/07, do Fundo Municipal de Saúde, relativo ao período financeiro 1º/01 a 31/07 de 2005. TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 29 de março de 2012.

Fernando Antônio Diogo de Siqueira Cruz
SECRETÁRIO

*** **

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O SECRETÁRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, por ordem do Presidente desta Corte de Contas, **convoca** o(a) Senhor(a) **MANOEL GOMES DE FARIAS NETO**, Prefeito(a) Municipal de Horizonte, para a partir da publicação deste, apresentar neste Tribunal, no prazo de 10 (dez) dias corridos, certidão de inscrição na Dívida Ativa dos valores imputados no Acórdão nº2846/2011, referente ao Processo de Licitação nº3370/01, da Prefeitura Municipal, relativo ao exercício financeiro de 1998. TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 29 de março de 2012.

Fernando Antônio Diogo de Siqueira Cruz
SECRETÁRIO

*** **

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O SECRETÁRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, por ordem do Presidente desta Corte de Contas, **convoca** o(a) Senhor(a) **OSVALDO HONÓRIO LEMOS JÚNIOR**, Prefeito(a) Municipal de Reriutaba, para a partir da publicação deste, apresentar neste Tribunal, no prazo de 10 (dez) dias corridos, certidão de inscrição na Dívida Ativa dos valores imputados no Acórdão nº4802/2011, referente ao Processo de Prestação de Contas de Gestão nº10837/09, da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, relativo ao período financeiro de 1º/07 a 31/03 de 2008. TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 29 de março de 2012.

Fernando Antônio Diogo de Siqueira Cruz
SECRETÁRIO

*** **

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O SECRETÁRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, por ordem do Presidente desta Corte de Contas, **convoca** o(a) Senhor(a) **MANOEL CLÁUDIO PESSOA CARDOSO**, Prefeito(a) Municipal de Canindé, para a partir da publicação deste, apresentar neste Tribunal, no prazo de 10 (dez) dias corridos, certidão de inscrição na Dívida Ativa dos valores imputados no Acórdão nº6478/2011, referente ao Processo de Prestação de Contas de Gestão nº22065/10, da Secretaria de Planejamento e Finanças, relativo ao período financeiro de 1º/01 a 21/04 de 2004. TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 29 de março de 2012.

Fernando Antônio Diogo de Siqueira Cruz
SECRETÁRIO

*** **

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O SECRETÁRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, por ordem do Presidente desta Corte de Contas, **convoca** o(a) Senhor(a) **FRANCISCO NILSON MOREIRA**, Prefeito(a) Municipal de Iapora, para a partir da publicação deste, apresentar neste Tribunal,

no prazo de 10 (dez) dias corridos, certidão de inscrição na Dívida Ativa dos valores imputados no Acórdão nº5904/2011, referente ao Processo de Tomada de Contas Especial nº4160/09, da Prefeitura Municipal, relativo ao exercício financeiro de 2007. TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 29 de março de 2012.

Fernando Antônio Diogo de Siqueira Cruz
SECRETÁRIO

*** **

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O SECRETÁRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, por ordem do Presidente desta Corte de Contas, **convoca** o(a) Senhor(a) **MANOEL CLÁUDIO PESSOA CARDOSO**, Prefeito(a) Municipal de Canindé, para a partir da publicação deste, apresentar neste Tribunal, no prazo de 10 (dez) dias corridos, certidão de inscrição na Dívida Ativa dos valores imputados no Acórdão nº4560/2011, referente ao Processo de Tomada de Contas Especial nº5588/10, da Câmara Municipal, relativo ao exercício financeiro de 2006. TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 29 de março de 2012.

Fernando Antônio Diogo de Siqueira Cruz
SECRETÁRIO

*** **

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O SECRETÁRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, por ordem do Presidente desta Corte de Contas, **convoca** o(a) Senhor(a) **OSVALDO HONÓRIO LEMOS JÚNIOR**, Prefeito(a) Municipal de Reriutaba, para a partir da publicação deste, apresentar neste Tribunal, no prazo de 10 (dez) dias corridos, certidão de inscrição na Dívida Ativa dos valores imputados no Acórdão nº2026/2011, referente ao Processo de Tomada de Contas de Gestão nº16840/10, da Secretaria de Cultura, relativo ao período financeiro de 1º/04 a 30/06 de 2008. TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 29 de março de 2012.

Fernando Antônio Diogo de Siqueira Cruz
SECRETÁRIO

*** **

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O SECRETÁRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e por ordem do Presidente desta Corte de Contas, comunica a (o) Senhor(a) **JOÉRCIO DE ALMEIDA ÂNGELO**, que julgou o Processo de Tomada de Contas Especial nº8329/07, da Prefeitura Municipal de Chaval, relativo ao exercício financeiro de 2006. TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 29 de março de 2012.

Fernando Antônio Diogo de Siqueira Cruz
SECRETÁRIO

*** **

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O SECRETÁRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e por ordem do Presidente desta Corte de Contas, **convoca** o(a) Senhor(a) **JOSEFA LUCIENE DIAS ROLIM**, Gestor(a) do FUNDEB de Ipaumirim, para a partir da publicação deste, apresentar neste Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, repasse as consignações previdenciárias (R\$11.160,16) ao INSS e as consignações referentes a empréstimos à Fazenda Municipal (R\$10637,91), referente ao Processo de Prestação de Contas de Gestão nº13568/09, relativo ao exercício financeiro de 2008. TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 29 de março de 2012.

Fernando Antônio Diogo de Siqueira Cruz
SECRETÁRIO

*** **

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O SECRETÁRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e por ordem do Presidente desta Corte de Contas, **convoca** o(a) Senhor(a) **ANTÔNIA MÔNICA TAVARES RODRIGUES**, (ex) -Membro da Prefeitura Municipal de Saboeiro, para a partir da publicação deste, apresentar neste Tribunal, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, Pedido de Reexame e 30 (trinta) dias, comprovante de recolhimento, referente

ao Processo de Licitação nº9388/99, relativo ao exercício financeiro de 1997. TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 29 de março de 2012.

Fernando Antônio Diogo de Siqueira Cruz
SECRETÁRIO

*** **

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O SECRETÁRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e por ordem do Presidente desta Corte de Contas, **convoca** o(a) Senhor(a) **FRANCISCO HUGO PONTES**, (ex) -Gestor(a) da Autarquia de Bens e Serviços Públicos de Caucaia, para a partir da publicação deste, apresentar neste Tribunal, no prazo de 05 (cinco) dias corridos, comprovante de depósito bancário da segunda parcela, em virtude de estar ilegível, referente ao Processo de Prestação de Contas de Gestão nº14081/02, relativo ao exercício financeiro de 2001. TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 29 de março de 2012.

Fernando Antônio Diogo de Siqueira Cruz
SECRETÁRIO

*** **

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O SECRETÁRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e por ordem do Presidente desta Corte de Contas, comunica a (o) Senhor(a) **LUIZ ODORICO MONTEIRO DE ANDRADE**, (ex) - Gestor(a) do Fundo Municipal de Saúde de Sobral, o indeferimento da solicitação de prorrogação de prazo, protocolado sob o nº12152/11, no bojo do processo de Prestação de Contas de Gestão nº11169/04, do Fundo Municipal de Saúde de Sobral, relativo ao exercício financeiro de 2003. TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 29 de março de 2012.

Fernando Antônio Diogo de Siqueira Cruz
SECRETÁRIO

*** **

EXTRATO DE PAUTA Nº36/2012 PLENO

Serão **apreciados/julgados**, em sessão ordinária, após 48 horas da circulação desta publicação, os seguintes **PROCESSOS**:

Relator:	Cons. Artur Silva
Processo nº	10664/09
Natureza:	Prestação de Contas de Gestão - 2008 Recurso de Reconsideração: 82/12
Órgão:	SECRET DE ASSISTENCIA SOCIAL E TRABALHO DE ARACOIABA
Responsável:	RAIMUNDO LOPES DE OLIVEIRA
Processo nº	14011/10
Natureza:	Prestação de Contas de Gestão - 2009 Recurso de Reconsideração: 30832/11
Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE POTIRETAMA
Responsável:	ELANE LUCENA DE AQUINO
Advogado:	ALANNA CASTELO BRANCO ALENCAR
Processo nº	16779/11 - Processo transformado nº25957/07
Natureza:	Tomada de Contas de Gestão - 2006 Recurso de Reconsideração: 1000/12
Órgão:	FUNDO SAUDE DE ACARAPE
Responsável:	VIVIAN TORRES RAMOS DE FREITAS
Relator:	Cons. Pedro Ângelo
Processo nº	12032/06
Natureza:	Prestação de Contas de Gestão - 2005 Pedido de Prorrogação de Prazo para Recurso: 4584/12
Órgão:	SEC. AGRICULTURA E RECURSOS HIDRICOS DE CANINDE
Responsável:	HIGINO LUIS BARROS DE MESQUITA
Processo nº	13895/10
Natureza:	Prestação de Contas de Gestão - 2009 Recurso de Reconsideração: 28685/11
Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE ACOPIARA
Responsável:	CARLOS ANTONIO DE SOUSA
Processo nº	14264/06 - Processo transformado nº10066/06
Natureza:	Tomada de Contas Especial - 2003 Recurso de Reconsideração: 23414/08
Órgão:	PREFEITURA MUNICIPAL DE TARRAFAS
Responsável:	TERTULIANO CANDIDO DE ARAUJO
Processo nº	17613/10 - Processo transformado nº15426/10
Natureza:	Tomada de Contas de Gestão - 2008 Recurso de Reconsideração: 27937/11

Órgão:	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATIRA
Responsável:	PAULO RUBERTO CAVALCANTE MOTA
Processo nº	22145/10 - Processo transformado nº20024/10
Natureza:	Tomada de Contas Especial - 2009 Recurso de Reconsideração: 23510/11
Órgão:	FUNDE DE SAUDE DE MILAGRES
Responsável:	CLAUDIO TENORIO CAMILO
Responsável:	JORGE SAMUEL LIMA GONCALVES
Processo nº	23384/11
Natureza:	Tomada de Contas de Gestão - 2006 Recurso de Reconsideração: 999/12
Órgão:	FUNDO SAUDE DE ACARAPE
Responsável:	DEBORA RODRIGUES GUERRA
Órgão:	TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 30-março-2012.
	Fernando Antonio Diogo de Siqueira Cruz
	SECRETÁRIO

*** **

EXTRATO DE PAUTA Nº37/2012 PLENO

Serão **apreciados/julgados**, em sessão ordinária, após 48 horas da circulação desta publicação, os seguintes **PROCESSOS**:

Relator:	Cons. Artur Silva
Processo nº	6489/07 - Processo transformado nº30767/06
Natureza:	Tomada de Contas Especial - 2005 Recurso de Reconsideração: 11580/11
Órgão:	PREFEITURA MUNICIPAL DE POTENGI
Responsável:	FRANCISCO LUIZ RODRIGUES MENDES DE SOUZA
Interessado:	MONICA ALMEIDA DA SILVA MENDES
Advogado:	ALANNA CASTELO BRANCO ALENCAR
Processo nº	10233/02
Natureza:	Prestação de Contas de Gestão - 2001 Recurso de Reconsideração: 1254/11
Órgão:	SECRETARIA DE EDUCACAO DE TAUVA
Responsável:	MARIA CELIA SOARES MOTA DIAS
Relator:	Cons. Francisco Aguiar
Processo nº	6073/03
Natureza:	Prestação de Contas de Gestão - 2001 Recurso de Revisão: 18259/11
Órgão:	CÂMARA MUNICIPAL DE TAMBORIL
Responsável:	SILVIO JOSE FERREIRA CID
Processo nº	12197/10 - Processo transformado nº9258/10
Natureza:	Tomada de Contas Especial - 2010 Recurso de Reconsideração: 20630/11
Órgão:	CÂMARA MUNICIPAL DE QUITERIANOPOLIS
Responsável:	FRANCISCO MOURA DA SILVA
Processo nº	12752/11 - Processo transformado nº11178/11
Natureza:	Tomada de Contas Especial - 2011 Recurso de Reconsideração: 26746/11
Órgão:	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIPOCA
Responsável:	JOAO RIBEIRO BARROSO
Processo nº	12934/11 - Processo transformado nº11184/11
Natureza:	Tomada de Contas Especial - 2011 Recurso de Reconsideração: 28314/11
Órgão:	PREFEITURA MUNICIPAL DE SALITRE
Responsável:	AGENOR MANOEL RIBEIRO
Processo nº	34487/06 - Processo transformado nº30529/06
Natureza:	Tomada de Contas Especial - 2006 Embargos de Declaração: 17365/10
Órgão:	CÂMARA MUNICIPAL DE ARACOIABA
Responsável:	FRANCISCO WALMICK DE QUEIROZ BERNARDINO
Advogado:	AUGUSTO CESAR R. VIANA PONTE
Relator:	Cons. Pedro Ângelo
Processo nº	28519/04 - Processo transformado nº26403/04
Natureza:	Tomada de Contas Especial - 2004 Recurso de Reconsideração: 12368/08
Órgão:	PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHA
Responsável:	ELENICE LOIOLA PRADO
Responsável:	EXPEDITO ROMANO DUARTE
Responsável:	GIVALDO JOSE DOS SANTOS
Responsável:	MARIA DA CONCEICAO VASCONCELOS
Responsável:	MARIA LUCIA VASCONCELOS GUIMARAES
Responsável:	RAIMUNDO AZEVEDO PRADO
Responsável:	RAIMUNDO IVAN XIMENES DIAS
Órgão:	TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 02-abril-2012.

Ana Rosa Pinto de Macedo
SECRETÁRIA ADJUNTA

*** **

EXTRATO DE PAUTA Nº31/2012 1ª. CÂMARA

Serão **apreciados/julgados**, em sessão ordinária, após 48 horas da circulação desta publicação, os seguintes **PROCESSOS**:

Relator: Auditor Fernando Uchoa
 Processo nº 13516/09
 Natureza: Prestação de Contas de Gestão - 2008
 Órgão: FUNDEB DE JAGUARIBARA
 Responsável: LILIAN VIANA DANTAS GRANJA
 Relator: Cons. Pedro Ângelo
 Processo nº 6938/06 - Processo transformado nº1780/06
 Natureza: Tomada de Contas Especial - 2005
 Órgão: CÂMARA MUNICIPAL DE CATUNDA
 Responsável: JOSE VANDERLEI MESQUITA DE FARIAS
 Processo nº 7110/99
 Natureza: Prestação de Contas de Gestão - 1998
 Órgão: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARNEIROZ
 Responsável: ANTONIO NUNES DE SOUSA
 Processo nº 9710/08
 Natureza: Prestação de Contas de Gestão - 2007
 Órgão: SER VI DE FORTALEZA
 Responsável: ELPIDIO NOGUEIRA MOREIRA
 Processo nº 9813/11
 Natureza: Prestação de Contas de Gestão - 2010
 Órgão: SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE DE JAGUARETAMA
 Responsável: MANOEL ERICO BORGES GIRAO
 Processo nº 9955/10
 Natureza: Prestação de Contas de Gestão - 2009
 Órgão: SEC. DE CULTURA E DESPORTO DE MILHA
 Responsável: MARIA LUCILEDA ALVES
 Processo nº 9966/02
 Natureza: Prestação de Contas de Gestão - 2001
 Órgão: FUNDEF DE SANTANA DO ACARAU
 Responsável: FRANCISCA ELIANE SOUSA
 Processo nº 10005/03
 Natureza: Prestação de Contas de Gestão - 2002
 Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE PENAFORTE
 Responsável: RONALDO DIAS DE MEDEIROS
 Processo nº 11543/09
 Natureza: Prestação de Contas de Gestão - 2008
 Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJO SANTO
 Responsável: FRANCISCO AMBROSIO SAMPAIO
 Responsável: FRANCISCO DE LUCENA CABRAL
 Responsável: IGOR MADEIRO DE LUCENA
 Processo nº 12450/06
 Natureza: Prestação de Contas de Gestão - 2005
 Órgão: SECRET DE DESENVOLVIMENTO E TURISMO DE QUIXADA
 Responsável: HENRIQUE JORGE LELIS RABELO
 Processo nº 14181/09
 Natureza: Prestação de Contas de Gestão - 2008
 Órgão: FUNDEB DE TABULEIRO DO NORTE
 Responsável: FRANCISCA DAS CHAGAS DE FREITAS MOREIRA
 Processo nº 16483/08
 Natureza: Prestação de Contas de Gestão - 2008
 Órgão: SECRETARIA DE AGRICULTURA DE QUIXADA
 Responsável: ERENI LIMA TAVARES
 Processo nº 22474/11 - Processo transformado nº20466/11
 Natureza: Tomada de Contas Especial - 2008
 Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARIPE
 Responsável: JOSE HUMBERTO GERMANO CORREIA
 Processo nº 29583/11 - Processo transformado nº27157/11
 Natureza: Tomada de Contas Especial - 2011
 Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA CRUZ
 Responsável: ANTONIO SALES JUNIOR
 Processo nº 30354/11 - Processo transformado nº28047/11
 Natureza: Tomada de Contas Especial - 2011
 Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE QUITERIANOPOLIS
 Responsável: FRANCISCO VIEIRA COSTA
 TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 30-março-2012.

Fernando Antonio Diogo de Siqueira Cruz
 SECRETÁRIO

*** **

EXTRATO DE PAUTA Nº32/2012 1ª. CÂMARA

Serão **apreciados/julgados**, em sessão ordinária, após 48 horas da circulação desta publicação, os seguintes **PROCESSOS**:

Relator: Cons. Francisco Aguiar
 Processo nº 11633/10
 Natureza: Prestação de Contas de Gestão - 2009

Órgão: FUNDEB DE ERERE
 Responsável: ANTONIA LIRA PINHEIRO
 Processo nº 12144/07
 Natureza: Prestação de Contas de Gestão - 2006
 Órgão: SER IV DE FORTALEZA
 Responsável: DEODATO JOSE RAMALHO JUNIOR
 Advogado: JANDUY TARGINO FACUNDO
 Processo nº 12919/11 - Processo transformado nº10755/11
 Natureza: Tomada de Contas Especial - 2010
 Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEJA
 Responsável: FRANCISCO MARQUES MOTA
 Processo nº 14115/10
 Natureza: Prestação de Contas de Gestão - 2009
 Órgão: FUNDO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE DE FORTALEZA
 Responsável: DEODATO JOSE RAMALHO JUNIOR
 Processo nº 17088/04
 Natureza: Prestação de Contas de Gestão - 2000
 Órgão: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE SANTANA DO ACARAU
 Responsável: ANA SILVANIA GOMES
 Responsável: JOAO ANAIAS DE VASCONCELOS NETO
 Pres.Comissão Licitação: SEBASTIAO CARNEIRO LOPES
 Membro Comissão Licitação: JOAO ERNANE LOPES CAVALCANTE
 Membro Comissão Licitação: JOSE AURELIO JUNIOR
 Membro Comissão Licitação: MARIA DO SOCORRO CARNEIRO
 Processo nº 27106/07
 Natureza: Prestação de Contas de Gestão - 2007
 Órgão: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE GROAIRAS
 Responsável: FRANCISCA ZENIR FERNANDES MENDONCA
 Relator: Cons. Pedro Ângelo
 Processo nº 10691/09
 Natureza: Prestação de Contas de Gestão - 2008
 Órgão: SECRETARIA DE FINANÇAS DE PACOTI
 Responsável: DIOGENES DE SOUZA LUZ
 TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 02-abril-2012.

Ana Rosa Pinto de Macedo
 SECRETÁRIA ADJUNTA

*** **

EXTRATO DE PAUTA Nº35/2012 2ª. CÂMARA

Serão **apreciados/julgados**, em sessão ordinária, após 48 horas da circulação desta publicação, os seguintes **PROCESSOS**:

Relator: Cons. Artur Silva
 Processo nº 8624/07
 Natureza: Prestação de Contas de Gestão - 2006
 Órgão: SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE SOBRAL
 Responsável: RAIMUNDO IRISMAR DE AZEVEDO FILHO
 Processo nº 9412/04
 Natureza: Prestação de Contas de Gestão - 2003
 Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRAL
 Responsável: RAMIRO CESAR DE PAULA BARROSO
 Processo nº 10816/10
 Natureza: Prestação de Contas de Gestão - 2009
 Órgão: SEC. DE OBRAS, TRANSPORTE E SERVICOS DE IRACEMA
 Responsável: LUIS BESERRA MENEZES
 Relator: Auditor Manasses Pedrosa
 Processo nº 11621/11
 Natureza: Prestação de Contas de Gestão - 2010
 Órgão: SAAE DE QUIXELO
 Responsável: SILVIO CESAR DE ALMEIDA
 TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 30-março-2012.

Fernando Antonio Diogo de Siqueira Cruz
 SECRETÁRIO

*** **

EXTRATO DE PAUTA Nº36/2012 2ª. CÂMARA

Serão **apreciados/julgados**, em sessão ordinária, após 48 horas da circulação desta publicação, os seguintes **PROCESSOS**:

Relator: Cons. Artur Silva
 Processo nº 4381/05 - Processo transformado nº455/05
 Natureza: Tomada de Contas Especial - 2003
 Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRAL

Responsável: CID FERREIRA GOMES
 Advogado: JOAQUIM LUCIO MELO FREITAS
 Processo nº 5389/04 - Processo transformado nº2701/04
 Natureza: Tomada de Contas Especial - 2003
 Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRAL
 Responsável: CID FERREIRA GOMES
 Advogado: JOAQUIM LUCIO MELO FREITAS
 Processo nº 10217/11
 Natureza: Prestação de Contas de Gestão - 2010
 Órgão: SEC DESENV AGRICULTURA RECURSOS HIDRICOS DE ICO
 Responsável: MAILTON BEZERRA DE ALMEIDA
 Processo nº 11380/10
 Natureza: Prestação de Contas de Gestão - 2009
 Órgão: CÂMARA MUNICIPAL DE IRACEMA
 Responsável: ANTONIO WELLINGTON DIOGENES MOURA
 Relator: Cons. Ernesto Sabóia
 Processo nº 8792/07 - Processo transformado nº5773/07
 Natureza: Tomada de Contas Especial - 2006
 Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCO
 Responsável: EXPEDITA LUANA PONTES NEVES
 Responsável: JORGE FREITAS OSTERNO
 Responsável: JORGE STENIO MACEDO OSTERNO
 Advogado: WILSON DA SILVA VICENTINO
 TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 02-abril-2012.

Ana Rosa Pinto de Macedo
 SECRETÁRIA ADJUNTA

*** **

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº05202/12. OBJETO: AQUISIÇÃO DE 02 ASSINATURAS DO JORNAL DIARIO DO NORDESTE. JUSTIFICATIVA: ACOMPANHAMENTO DE MATERIAS DO INTERESSE DO TCM/CE. CONTRATADO: EDITORA VERDES MARES LTDA. VALOR TOTAL: 1.000,00 (UM MIL REAIS). DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 0300001.01.122.500.28215.339039.00.0.00. RATIFICAÇÃO: CONSELHEIRO MANOEL BESERRA VERAS- PRESIDENTE DO TCM/CE. DATA: 30/03/2012.

*** **

OUTROS

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM - ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS. A Comissão de Licitação, localizada na Rua Dr. Álvaro Fernandes, 36/42 - Centro, torna público que se encontra à disposição dos interessados no horário de 08:00 às 12:00h Edital de Pregão Presencial Nº 05-2703.01/2012, cujo objeto: Serviços técnicos especializados para promoção das ações e formalidades legais necessárias à apropriação de receitas originárias de contribuições recolhidas e disponibilizadas por entidades oficiais externas de acordo com a legislação pertinente, que realizar-se-á no dia 17/04/2012 às 14:30horas. Ad'na de Souza Paulino - Presidente da CPL.

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE PIQUET CARNEIRO - AVISO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO. A Prefeitura Municipal de Piquet Carneiro, informa aos demais interessados no processo licitatório nº 2012.03.07.02, na Modalidade TOMADA DE PREÇO, que tem como **Objeto** a Aquisição de Material Esportivo para Manutenção das Atividades desenvolvidas pela Secretaria de Esportes Juventude e Cultura do município de Piquet Carneiro, que a empresa J.H. NOGUEIRA DE OLIVEIRA Impetrou recurso. Cópia do referido se encontra a disposição nessa Comissão. **Piquet Carneiro, 30 de Março de 2012.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE PACAJUS. A Comissão de Licitação, localizada na Rua Guarany, 600 - Altos - Centro - Pacajus - Ce, comunica aos interessados que no dia 16 de Abril de 2012, às 11:00h, estará abrindo licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 0204.02/2012 - GOV.** **Objeto:** Manutenção de Central e Ar Condicionados nas Unidades Administrativa do Município de Pacajus. O Edital completo estará disponível no endereço acima, a partir da data desta publicação, no horário de atendimento ao público, de 08:00 às 12:00h. **Pacajus/Ce, 02 de Abril de 2012 -Pregoeira Oficial.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM - ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS. A Comissão de Licitação, localizada na Rua Dr. Álvaro Fernandes, 36/42 - Centro, torna público que se encontra à disposição dos interessados no horário de 08:00 às 12:00h o Edital de Pregão Presencial Nº 05-2703.01/2012, cujo objeto: Serviços técnicos especializados para promoção das ações e formalidades legais necessárias à apropriação de receitas originárias de contribuições recolhidas e disponibilizadas por entidades oficiais externas de acordo com a legislação pertinente, que realizar-se-á no dia 17/04/2012 às 14:30horas. Ad'na de Souza Paulino - Presidente da CPL.

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM - CONVOCAÇÃO - SAÚDE - A Secretaria de Saúde, localizada na Rua Monsenhor Salviano Pinto, 227 - Centro, **CONVOCA** a empresa **PERFILGRÁFICA LTDA** com endereço na Rua Alameda das Hortênsias, 48, Bairro Imbiribeira, em Recife, Estado de Pernambuco, Quixeramobim - Ce, inscrita no CNPJ 08.829.277/0001-33, a cumprir no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, o objeto do Pregão Presencial Nº 13-2301.02/2012, cujo objeto: Aquisição de material gráfico. O não cumprimento desta convocação incidirá na rescisão contratual. Adriana Maria Pimentel de Almeida - Secretária de Saúde.

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Carnaubal. Torna público que se encontra a disposição dos interessados o Edital na modalidade Pregão Presencial nº 2012.03.29.1 sessão publica marcada para o dia 13/04/2012 às 09:00h, cujo objeto é a prestação de serviços de publicidade de atos e matérias legais em jornais oficiais e de circulação. O referido Edital poderá ser adquirido no Portal das Licitações - TCM e, no horário de 07:30 às 11:30h na sala da Comissão de Licitação, Rua Presidente Médici 167 - Centro. 02 de Abril de 2012. Vicente Silva de Almeida - Pregoeiro.

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE CANINDÉ. A Comissão de Licitação comunica aos interessados que no próximo dia 18 de Abril de 2012, às 09:00h, estará abrindo licitação na modalidade Pregão Presencial nº 0204.01/2012-Secretaria de Ação Social, cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEICULO DESTINADO A SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL.** O edital completo estará a disposição dos interessados nos dias úteis após esta publicação no horário de 08:00 às 13:00h, no endereço da Prefeitura no Largo Francisco Xavier de Medeiros, s/n - Canindé-Ce. **Imaculada Conceição, 02 de Abril de 2012.**

*** **

AVISO DE CANCELAMENTO PREGÃO PRESENCIAL- 2003001 PP-SEDUC

O pregoeiro oficial da Prefeitura Municipal de General Sampaio torna público para conhecimento de interessados e do público em geral o cancelamento do Pregão Presencial -2003001 PP-SEDUC, que ocorreria no dia 03/04/2012, por motivos de bem do interesse público.

General Sampaio 30/03/2012

Kennedy Rodrigues do Nascimento Cardoso

Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Gal.Sampaio

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM - AVISO - A Comissão de Licitação, comunica que realizará no dia 05/04/2012, às 10:00 horas, a abertura dos envelopes contendo as propostas de preços referentes à Concorrência nº 01-0702.01/2012, cujo objeto: Contratação de pessoa jurídica, visando à realização de Concurso Público, na sede desta Prefeitura, situada a Rua Dr. Álvaro Fernandes, 36/42. Ad'na de Souza Paulino. Presidente da CPL.

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE PACAJUS. A Comissão de Licitação, localizada na Rua Guarany, 600 - Altos - Centro - Pacajus - Ce, comunica aos interessados que no dia 16 de Abril de 2012, às 09:00h, estará abrindo licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 0204.01/2012 - SA.** **objeto:** Locação de equipamentos hospitalar e manutenção corretiva preventiva de equipamentos hospitalar para suprir às necessidades da Secretaria de Saude do Município de Pacajus. O Edital completo estará disponível no endereço acima, a partir da data desta publicação, no horário de atendimento ao público, de 08:00 às 12:00h. **Pacajus/Ce, 02 de Abril de 2012 -Pregoeira Oficial.**

*** **

Carbomil S/A Mineração e Indústria, Companhia aberta, CNPJ 07.253.321/0001-47 - **Aviso aos Acionistas**-Comunicamos aos Srs. Acionistas que se encontram à disposição de V.Sa, na sede social, na Rua Frederico Borges, 455, Sala 303, Meireles, Fortaleza-Ce., os documentos a que se refere o art. 133, da Lei nº 6.404/76, referente ano-calendário de 2011. Fortaleza-Ce., 30.03.2011. **Conselho de Administração - Maria de Lourdes da Silveira Quinderé-Presidente.**



Empreendimentos Pague Menos S/A

CNPJ 06.626.253/0001-51



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores (as) Acionistas,

A Administração da Empreendimentos Pague Menos S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.S.as o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações financeiras, com o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011 e exercício comparativo de 2010.

Mensagem da Administração

Melhor do que completar 30 anos é, em conjunto com essa marca, celebrar mais um ano de conquistas. Fiéis às nossas origens e à forma de atuar - somos a primeira e única rede de varejo farmacêutico presente em todos os Estados brasileiros e no Distrito Federal - inauguramos 89 lojas em 2011. Com a adição dessas novas lojas, contamos com 489 pontos de venda que oferecem produtos e serviços com um jeito especial de atender. O respeito que temos pelos nossos clientes, fornecedores, colaboradores e parceiros alinhado à nossa estratégia de crescimento orgânico é um dos principais pilares de nossa história de sucesso. História essa que ainda estamos escrevendo, certos da competência e criatividade da nossa gente e do orgulho de vestir a camisa Pague Menos nos quatro cantos do Brasil. E não crescemos sozinhos, geramos riqueza para o país e para todos os nossos *stakeholders*. Fruto desse trabalho, em 2011, apresentamos crescimento de 28,62% na Receita Bruta, que alcançou R\$ 2,87 bilhões. Nosso EBITDA alcançou R\$ 232,2 milhões, com aumento de 60,61% em relação a 2010. O Lucro Líquido cresceu 49,47%, passando de R\$ 73,0 milhões em 2010 para R\$ 109,1 milhões em 2011. Além dos resultados financeiros, em 2011, foram várias as conquistas, pois finalizamos com sucesso o início da operação do sistema SAP, fundamental para nosso crescimento com o fortalecimento de controles e processos. Sempre em busca da eficiência, contratamos uma renomada consultoria para nos auxiliar no controle de despesas e custos. Também investimos em nosso pessoal, capacitando, remunerando e motivando as pessoas que nos levam a alcançar patamares cada vez mais altos. Operacionalmente, o amadurecimento que temos alcançado com o desenvolvimento de marcas próprias, além de lucrativo, tem exercido um papel fundamental em nosso portfólio. Também ampliamos a nossa linha de separação automatizada, com tecnologia *pick to light*, da empresa austríaca *Knapp*, ganhando ainda mais eficiência no nosso centro de distribuição, um grande diferencial da Pague Menos. Outro destaque foi a obtenção de nosso registro de companhia aberta junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) ocorrido em 21 de outubro de 2011. O natural avanço para uma *IPO* (abertura de capital, com listagem das ações em bolsa de valores) é apenas questão de oportunidade de mercado. Também estamos cientes dos nossos desafios, mas estes não nos assustam, pelo contrário, incentivam-nos a inovar e buscar soluções rentáveis e eficientes. É assim que continuaremos atuando e expandindo, reafirmando nosso comprometimento com o país e com uma gestão sustentável que engloba as dimensões econômica, ambiental e social, gerando valor para a sociedade e para nossos acionistas.

Perfil da Companhia

A partir de uma loja inaugurada em 1981, na cidade de Fortaleza, a Pague Menos se tornou a maior rede de varejo farmacêutico do Brasil, sendo a primeira e única presente nos 26 Estados da Federação e no Distrito Federal. Com 489 lojas em funcionamento, 60 em construção e mais de 13 mil colaboradores, a Companhia atua em mais de 200 municípios no comércio varejista de medicamentos, perfumaria, produtos de higiene pessoal e de beleza, cosméticos e dermocosméticos, além da prestação de serviços. Com sede na capital cearense, a Empresa tem um dos maiores centros de distribuição do país, abrangendo 110 mil m² de área, sendo 50 mil m² de área construída, com capacidade para atender até mil pontos de venda. A Pague Menos é a 213ª maior empresa do país, de acordo com o Ranking divulgado pela Revista Exame (edição Maiores e Melhores de julho de 2011). Especial destaque deve ser dado ao crescimento contínuo (CAGR) da receita bruta, de 24,35% ao ano, nos últimos 11 anos.

Governança Corporativa

A preocupação com as melhores práticas está incorporada ao DNA da Companhia e faz parte das diretrizes e valores que o seu fundador desenvolveu e disseminou ao longo de sua história. Antes mesmo de se tornar uma companhia de capital aberto, tal preocupação motivou a adoção de diversas práticas, como por exemplo demonstrações financeiras auditadas, monitoramento do desempenho e gestão profissional. As condutas adotadas são baseadas em princípios de respeito e transparência com os seus acionistas, Conselho de Administração, Diretoria, Auditoria Independente e a todos os públicos relacionados. Os modelos de gestão dos negócios, de acompanhamento e prestação de contas baseiam-se em rígidos princípios éticos, estabelecendo as condições para a manutenção de um relacionamento sustentável com seus *stakeholders*.

Gestão

A rede Pague Menos conta com uma agressiva estratégia de crescimento, que marca a história vencedora dos 30 anos de sucesso. Nessa linha, a Companhia se difere do restante do mercado de varejo farmacêutico ao contar, além dos 8 gerentes operacionais, com 36 gerentes regionais, que conhecem de forma ampla as características e peculiaridades das suas respectivas áreas de atuação, agregando grande valor às decisões tomadas em cada unidade federativa e nas microrregiões.

A Companhia conta ainda com um eficiente sistema de gestão e investiu ao longo de 2011 no desenvolvimento de sua plataforma de *e-commerce* e de aplicativos para *smartphones* e *tablets*. Também com sucesso, concluiu o desenvolvimento e migrou os sistemas financeiros, patrimonial e contábil/controladoria para o SAP. Ao longo de 2011, a Companhia concentrou esforços na busca por eficiência e redução de custos e contratou uma conceituada consultoria especializada para auxiliá-la no processo de implantação de um sistema de gestão com ênfase na criação de valor.

Desempenho Operacional

A Companhia inaugurou 89 novas unidades em 2011, chegando ao final do ano com um total de 489 lojas, espalhadas por 171 municípios.

Com a finalização das 60 lojas em construção, a marca Pague Menos passará a estar presente em mais de 200 cidades.

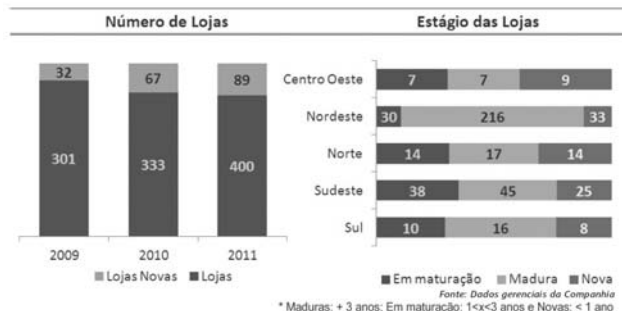
Quanto às reformas e adaptações, em 2011 foi reformulado o layout de 25 lojas, tal readequação tem origem em estudos da Companhia para a disposição de gôndolas e prateleiras. Em alguns casos, a readequação chega a gerar aumento de 30% do espaço de exposição dos produtos. As novas lojas já são concebidas no novo padrão.

Em 2011, a Pague Menos alcançou participação de mercado (*Market Share*) em torno de 6% em âmbito nacional. Dados da *IMS Health*, na análise de evolução e participação no mercado, comprovam a força e poder de crescimento da Companhia. Segundo a *IMS Health*, o *market share* da Pague Menos cresceu praticamente em todas as Unidades da Federação.

Em 2011, a rede de Farmácias Pague Menos cresceu 25,58% em vendas de medicamentos segundo o relatório da *IMS Health*, enquanto o mercado fármaco varejista cresceu apenas 16,34%, na comparação com 2010.

Desempenho Econômico-Financeiro

No exercício de 2011, os números da Companhia impressionam não só pela evolução, mas pela consistência da rentabilidade e da forte geração de caixa. A contínua expansão do número de pontos de vendas, a rapidez na maturação das lojas e o excelente trabalho na gestão de compras e estoques permitiram à Companhia obter melhores margens de EBITDA e LUCRO LÍQUIDO.



Destaques Financeiros e Operacionais (R\$ mil)	31.12.2011 (a)	31.12.2010 (b)	31.12.2009 (c)	Varição % (a/b)
Receita bruta	2.874.898	2.235.222	1.855.132	28,62%
Receita líquida	2.783.129	2.167.578	1.806.096	28,40%
Lucro bruto	717.946	518.286	417.551	38,52%
EBITDA	232.152	144.540	109.747	60,61%
Lucro Líquido	109.091	72.984	41.983	49,47%
Margem Bruta	24,97%	23,19%	22,51%	1,78pp
Margem EBITDA	8,08%	6,47%	5,92%	1,61pp
Margem Líquida	3,79%	3,27%	2,26%	0,52pp

Receita Operacional Bruta

A Pague Menos apresentou crescimento de 28,62% na receita bruta, no comparativo entre 2011 e 2010. Dentre os fatores mais relevantes que contribuíram para que se atingisse esse patamar, estão: (i) inauguração de 89 lojas no período; (ii) crescimento do ticket médio em 6,76%, saindo de R\$ 35,51 para R\$ 37,91; e (iii) crescimento de 22,97%, nas vendas no conceito de mesmas lojas (*same store sales*). A concentração nas regiões Norte e Nordeste também tem sido um diferencial, já que tais regiões têm apresentado crescimento econômico superior à média nacional. Em linha com a sua posição inovadora, a Companhia tem incorporado receitas na prestação de serviços, como por exemplo a parceria com a o Grupo Martins para vendas de eletroeletrônicos, através do Pague Menos Home. O crescimento anual médio nos últimos 11 anos demonstra o compromisso com os resultados na condução dos negócios por parte da Administração. O *Compound Annual Growth Rate* (CAGR) - taxa composta de crescimento anual, aplicada ao faturamento da Pague Menos, entre os anos de 2000 a 2011, apresentou o percentual de 24,35%, demonstrando a tendência de crescimento sólido e sustentável da Companhia.

Lucro Bruto

No encerramento de 2011, houve crescimento de R\$ 199,7 milhões no lucro bruto, que passou de R\$ 518,3 milhões em 2010 para R\$ 718,0 milhões. A variação foi de 38,52% frente a 2010. A evolução mais rápida da maturação das lojas abertas em 2010 e 2011, bem como a maior eficiência no processo de compras, proporcionou um incremento na margem bruta da Companhia, conforme o gráfico a seguir.

Despesas Operacionais

Despesas com vendas

As despesas com vendas no encerramento de 2011 cresceram 8,60% em relação a 2010, saindo de R\$ 48,2 milhões para R\$ 52,4 milhões. O aumento nas despesas é decorrente de um forte incremento das campanhas de marketing. O investimento foi acelerado em 2011, devido ao maior número de abertura de lojas, bem como de ações direcionadas como a comemoração dos 30 anos da Companhia. Contudo, em termos relativos, o incremento de tais despesas ficou bem aquém do aumento obtido nas receitas.

Despesas Administrativas e Gerais

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 458,1 milhões, crescimento de 34,14% em relação a 2010. Contribuíram para este incremento: (i) gastos com despesas de pessoal e encargos, que registraram crescimento de R\$ 78,3 milhões ou 34,75% em relação a 2010. Isso é explicado pela abertura de novas lojas e pelo crescimento das vendas, que exigem maior número de funcionários, além do aumento da massa salarial preexistente em decorrência do dissídio coletivo da categoria. Em 2011, o quadro de funcionários aumentou em aproximadamente 2 mil colaboradores; (ii) investimentos com a abertura de novas lojas e os reajustes de aluguéis. O aumento nesse item foi de R\$ 28,7 milhões ou 53,1% em relação a 2010.

EBITDA

O EBITDA acumulado nos 12 meses de 2011 foi de R\$ 232,1 milhões, com evolução de 60,61% frente aos R\$ 144,5 milhões de 2010. O aumento das vendas no conceito de "mesmas lojas" somado ao processo de maturação das novas lojas inauguradas contribuiu para tal resultado.

Resultado Financeiro

Receitas Financeiras

Em 2011, as receitas financeiras totalizaram R\$ 7,3 milhões, praticamente em linha com o montante registrado em 2010.

Despesas Financeiras

A Companhia, no encerramento de 2011, apresentou crescimento nas despesas financeiras equivalente a 55,57%, evolução de R\$ 54,3 milhões para R\$ 84,5 milhões. O aumento é explicado pela maior necessidade de financiamento para desenvolvimento do plano de expansão por meio de abertura de lojas. A conta também sofreu o impacto contábil, sem efeito caixa, do resultado de operações de swap, contratadas para proteção da parcela da dívida em dólar, 10,95% do endividamento total, além do ajuste a valor presente sob a realização do saldo de fornecedores ao longo do exercício.

Lucro Líquido

A Pague Menos registrou lucro líquido de R\$ 109,1 milhões em 2011, crescimento de 49,47% frente aos R\$ 73,0 milhões de 2010, reflexo das explicações expostas nos tópicos acima.

Endividamento

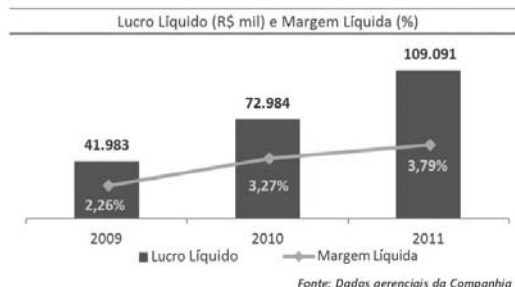
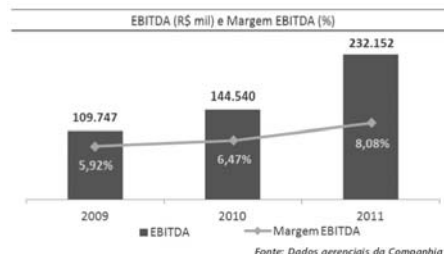
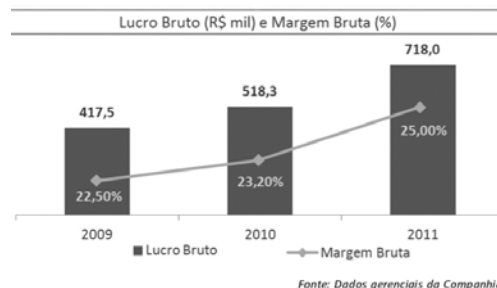
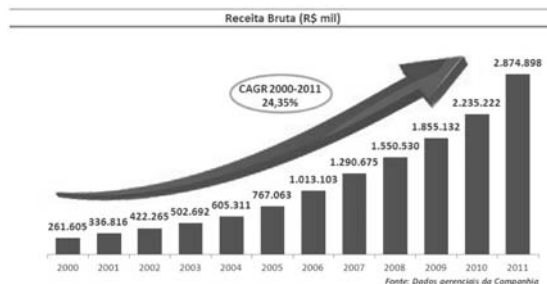
O endividamento financeiro bruto alcançou R\$ 283,2 milhões em 2011 ante R\$ 206,5 milhões em 2010. A elevação de 37,15% é explicada pela maior necessidade de financiamentos para suportar o crescimento orgânico da Companhia por meio da abertura de novas lojas e readequação de *layout* para as lojas já maduras. O perfil da dívida é composto por 54,91% no curto prazo e 45,09% no longo prazo. Quanto à moeda, 10,95% são em dólar (protegidos por swap) e 89,05% em moeda nacional. Considerando as disponibilidades de R\$ 19,3 milhões em 2011, o endividamento financeiro líquido totalizou R\$ 263,9 milhões, o que representa um índice de dívida líquida/EBITDA de 1,14x (1,37x em 2010).

Investimento

Os investimentos realizados ao longo do ano de 2011 somaram R\$ 90,0 milhões e foram direcionados para automatização do centro de distribuição, abertura de novas lojas e desenvolvimento da plataforma de *e-commerce* e de aplicativos, bem como de sistemas de gestão.

Sustentabilidade

O tripé Inovação, Conveniência e Cidadania é a base da estratégia de gestão sustentável da Pague Menos nestes 30 anos, que alinha discurso e ações para promover mais qualidade de vida e gerar emprego e renda para todo o país, de forma sustentável nas dimensões econômica, social e ambiental. A Pague Menos é uma Companhia que acredita no Brasil e no trabalho para torná-lo melhor. As ações sustentáveis são



planejadas com o intuito de beneficiar o maior número de pessoas. Tal conceito é aplicado tanto no trato com o público interno, o público externo, a comunidade e o governo. Em 2011, foram diversos projetos e ações com os mais diversos objetivos: engajamento, educação, conscientização e voluntariado. Os projetos já estão popularizados, como são exemplos: o programa de TV Sempre Bem, o Encontro de Mulheres e o Circuito de Corridas Pague Menos que contribuem para promover a saúde e o bem-estar. A Companhia mantém ainda programas assistenciais, como a doação de cadeiras de rodas e ambulâncias, em programas que a própria comunidade indica os beneficiários. Para o público interno, incentiva o voluntariado e investe constantemente em treinamento e capacitação.

Agradecimentos

A Administração manifesta seu agradecimento aos fornecedores, efetivos agentes na construção de uma relação comercial honesta e duradoura. Agradece também a seus demais parceiros por acreditarem em seu projeto. Aos colaboradores, grandes responsáveis pelos resultados e aos diretores e acionistas pelo apoio e confiança. Por fim, mas não menos importante, um muito obrigado àqueles que são o motivo e a razão da nossa busca pela qualidade e menor preço: nossos clientes.

Auditores Independentes

A KPMG Auditores Independentes prestou somente serviços de auditoria ou diretamente relacionados à auditoria nos exercícios apresentados. A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que principalmente determinam que o auditor não pode realizar trabalhos que conflitem com os trabalhos de auditoria independente de demonstrações financeiras nem exercer funções gerenciais em nome de seu cliente ou promover os seus interesses. As informações não financeiras da Pague Menos, bem como as expectativas da Administração quanto ao desempenho futuro da Companhia não foram examinadas pelos auditores independentes.

Declaração da Diretoria

Os diretores da Empreendimentos Pague Menos S.A. declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e exercício comparativo.

A Administração.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho da Administração e aos Acionistas da

Empreendimentos Pague Menos S.A.

Fortaleza - CE

Examinamos as demonstrações financeiras da Empreendimentos Pague Menos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empreendimentos Pague Menos S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhia aberta e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Fortaleza, 28 de março de 2012

KPMG Auditores Independentes - CRC 2SP014428/O-6 S-CE

Bernardo Moreira Peixoto Neto - Contador CRC RJ-064887/O-8 S-CE

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

Balanços patrimoniais - em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

Ativo circulante	Nota	2011	2010
Caixa e equivalentes de caixa	4	19.309	8.720
Arrecadação de recursos de terceiros	5	9.602	11.763
Outros investimentos	6	515	-
Contas a receber de clientes	7	151.420	120.685
Contas a receber de clientes - Partes relacionadas	11	-	20.890
Adiantamentos a terceiros		4.724	12.849
Adiantamentos a terceiros - Partes relacionadas	11	433	252
Estoques	8	523.282	354.623
Impostos e contribuições a recuperar	9	1.761	12.206
Pagamentos antecipados		3.144	815
Outros créditos		5.001	2.729
Outros créditos - Partes relacionadas	11	40	-
Total do ativo circulante		719.231	545.532
Ativo não circulante			
Impostos e contribuições a recuperar	9	6.006	4.537
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	24.755	28.030
Pagamentos antecipados		-	50
Mútuo - Partes relacionadas	11	89.952	17.723

Outros investimentos	6	1.642	-
Outros créditos		1.004	977
Propriedades para investimento	12	-	4.522
Investimentos		-	23
Imobilizado	13	150.757	131.327
Intangível	14	12.773	6.553
Total do ativo não circulante		286.889	193.742
Total do ativo		1.006.120	739.274

Passivo e patrimônio líquido**Passivo Circulante**

Fornecedores	15	365.146	291.832
Financiamentos e empréstimos	16	155.499	121.591
Arrendamentos mercantis	17	195	789
Impostos e contribuições a recolher	18	38.987	36.603
Programa de recuperação fiscal - REFIS	19	590	5073
Salários e férias a pagar		28.304	20.651
Arrecadação de recursos de terceiros	5	17.301	14.861
Arrecadação de recursos de terceiros - Partes relacionadas	5, 11	367	-
Outras contas a pagar		4.114	4.658
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	11	1.783	-
Juros sobre o capital próprio	11, 21	9.607	4.833

	Nota	2011	2010
Total do passivo circulante		621.893	500.891

Passivo não circulante

Financiamentos e empréstimos	16	127.680	84.884
Arrendamentos mercantis	17	-	194
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	4.514	1.219
Mútuo - Partes relacionadas	11	119	-
Provisão para contingências	20	4.652	5.167
Total do passivo não circulante		136.965	91.464
Total do passivo		758.858	592.355

Patrimônio líquido

	21		
Capital social		140.000	50.000
Reservas de lucros		106.863	95.803
Ajuste de avaliação patrimonial		399	1.116
Total do patrimônio líquido		247.262	146.919
Total do passivo e patrimônio líquido		1.006.120	739.274

Demonstrações de resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais, exceto pelo resultado por ação)

	Nota	2011	2010
Receita operacional líquida	24	2.783.129	2.167.578
Custos das mercadorias vendidas		(2.065.183)	(1.649.292)
Lucro bruto		717.946	518.286
(Despesas) receitas operacionais			
Outras receitas		3.435	4.448
Despesas com vendas	25	(52.376)	(48.230)
Despesas administrativas e gerais	25	(458.081)	(341.505)
Outras despesas		(171)	(8)
Resultado antes do resultado financeiro e dos impostos		210.753	132.991
Receitas financeiras	26	7.302	5.533
Despesas financeiras	26	(84.506)	(54.320)
Despesas financeiras, líquidas		(77.204)	(48.787)
Resultado antes dos impostos		133.549	84.204
Imposto de renda e contribuição social correntes	10	(17.888)	(8.423)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	(6.570)	(2.797)
Resultado do exercício		109.091	72.984
Resultado por ação			
Resultado por ação básico e diluído (em R\$)		0,73	0,49

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Legal	Incentivo Fiscal	Dividendos Adicionais Propostos	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2010	50.000	1.529	25.993	-	1.139	-	78.661
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	72.984	72.984
Destinações:							
Reserva legal	-	3.649	-	-	-	(3.649)	-
Reserva de incentivo fiscal de exercícios anteriores	-	-	20.744	-	-	(20.744)	-
Reserva de incentivo fiscal do exercício	-	-	43.888	-	-	(43.888)	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(23)	23	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(4.726)	(4.726)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	50.000	5.178	90.625	-	1.116	-	146.919
Aumento de capital	90.000	-	(90.000)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	109.091	109.091
Destinações:							
Reserva legal	-	5.455	-	-	-	(5.455)	-

Reserva de incentivo fiscal de exercícios anteriores	-	-	25.190	-	-	(25.190)	-
Reserva de incentivo fiscal do exercício	-	-	54.744	-	-	(54.744)	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(717)	717	-
Contribuições e distribuições para os acionistas:							
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(8.748)	(8.748)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	15.671	-	(15.671)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	140.000	10.633	80.559	15.671	399	-	247.262

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais

	2011	2010
Lucro líquido do exercício	109.091	72.984
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	21.399	11.549
Capitalização dos juros	(1.800)	(925)
Juros sobre empréstimos tomados	29.553	24.506
Perdas com operações de Swap	2.199	1.166
Variação cambial	1.708	-
Juros sobre arrendamento mercantil	118	407
Constituição (reversão) da provisão para contingências	(515)	3.731
Resultado na venda de ativo imobilizado	17	36
Impostos de renda e contribuição social correntes	17.888	8.423
Impostos de renda e contribuição social diferidos	6.570	2.797
	186.228	124.674

Variações nos ativos e passivos

Redução em arrecadação de recursos de terceiros	2.161	8.910
(Aumento) em contas a receber de clientes	(30.735)	(3.530)
Redução (aumento) em adiantamento a terceiros	8.125	(6.364)
(Aumento) nos estoques	(168.659)	(88.394)
Redução nos impostos a recuperar	8.976	10.012
(Aumento) em outros créditos	(2.299)	(381)
(Aumento) redução em despesas antecipadas	(2.279)	26
Aumento em fornecedores	73.314	45.634
Aumento em impostos e contribuições a recolher	916	6.577
(Redução) em programa de recuperação fiscal - REFIS	(4.483)	(6.777)
Aumento em salários e férias a pagar	7.653	3.980
Aumento (redução) em arrecadação de terceiros	2.440	(10.407)
(Redução) aumento em outras contas a pagar	(544)	1.371
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais	80.814	85.331

Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(16.420)	-
Pagamento de empréstimos tomados - Juros	(22.364)	(26.821)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	42.030	58.510

Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Empréstimos concedidos junto a partes relacionadas	(118.001)	(14.869)
Empréstimos tomados junto a partes relacionadas	7.119	-
Liquidações de empréstimos concedidos juntos a partes relacionadas	115.656	-
Liquidações de empréstimos tomados junto a partes relacionadas	(4.850)	-
Aquisição em outros investimentos	(2.157)	-
Alienação em outros investimentos	-	20.700
Alienação investimentos	1	-
Aquisição de propriedade para investimento	(2)	-
Aquisição de ativo imobilizado	(82.775)	(71.581)
Alienação de ativo imobilizado	-	(449)
Aquisição de intangível	(7.160)	(6.490)
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(92.169)	(72.689)

Fluxos de caixa das atividades de financiamentos

Empréstimos tomados - Principal	363.232	177.866
Pagamento de empréstimos tomados - Principal	(297.624)	(164.084)
Pagamento de arrendamento mercantil	(906)	(258)
Juros sobre capital próprio pagos	(3.974)	(2.510)
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de financiamentos	60.728	11.014

Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	10.589	(3.165)
--	--------	---------

Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa

No início do exercício	8.720	11.885
No fim do exercício	19.309	8.720
	10.589	(3.165)

Demonstrações do valor adicionado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

Receitas

	2011	2010
Vendas brutas de mercadoria, produtos e serviços	2.852.513	2.216.345
Outras receitas	3.435	4.441
	2.855.948	2.220.786

Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)

Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(2.065.183)	(1.373.806)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(166.998)	(140.697)
	(2.232.181)	(1.514.503)

Valor adicionado bruto

Depreciação e amortização	623.767	706.283
	(21.399)	(11.549)

Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	602.368	694.734
--	----------------	----------------

Valor adicionado recebido em transferência

Receitas financeiras	7.302	5.533
Valor adicionado total a distribuir	609.670	700.267
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	254.318	187.089
Remuneração direta	217.994	161.321
Benefícios	20.616	15.050
FGTS	15.708	10.718
Impostos, Taxas e Contribuições	154.478	380.481
Federais	116.373	128.229
Estaduais	35.489	250.439
Municipais	2.616	1.813
Remuneração de capitais de terceiros	91.783	59.713
Juros	41.815	26.079
Aluguéis	49.968	33.634
Remuneração de capitais próprios	109.091	72.984
Juros sobre o capital próprio	8.748	4.726
Lucro dos exercícios	100.343	68.258
Valor adicionado distribuído	609.670	700.267

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

1. Contexto operacional

A Empreendimentos Pague Menos S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima de capital aberto, sediada em Fortaleza, Estado do Ceará, e tem como atividade principal o comércio varejista de medicamentos, perfumaria, produtos de higiene pessoal e de beleza, cosméticos e dermocosméticos e como atividade secundária o recebimento de contas como correspondente bancário. A Empreendimentos Pague Menos S.A. obteve seu registro de Companhia aberta, na categoria "A", junto à Comissão de Valores Mobiliários - CVM em 21 de outubro de 2011.

2. Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e por normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Os pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC, aprovados por resoluções do CFC e por normas da CVM estão convergentes às Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 28 de março de 2012.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de alguns ativos e passivos não circulantes e instrumentos financeiros. As demonstrações financeiras foram preparadas baseadas nas mesmas políticas e métodos contábeis quando comparadas com as mais recentes demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2010.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 12 - Classificação de propriedade para investimento;
- Nota 17 - Contabilização de acordos contendo arrendamento mercantil;
- Nota 17 - Classificação de arrendamento mercantil.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 10 - Utilização de prejuízos fiscais;
- Nota 20 - Provisões e contingências;
- Nota 27 - Mensuração de instrumentos financeiros.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos, em moeda estrangeira, no encerramento do exercício, e a conversão dos valores das transações são reconhecidos na demonstração do resultado.

b. Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Caso a Companhia tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor

justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, clientes e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. Limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia são incluídos como um componente das disponibilidades para fins da demonstração dos fluxos de caixa. As arrecadações de recursos de terceiros correspondem aos valores recebidos no exercício da atividade de correspondente bancário, em média nos dois últimos dias de cada mês, e são repassados aos agentes no primeiro dia útil do mês subsequente. Não são classificados como caixa e equivalentes de caixa por não pertencerem à Companhia.

ii) Passivos financeiros não derivativo

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, limite de cheque especial bancário (conta garantida), fornecedores, arrendamento mercantil, partes relacionadas e outras contas a pagar.

iii) Capital social

Ações ordinárias com valor nominal são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo, podendo ser distribuídos como juros sobre capital próprio.

iv) Instrumentos financeiros derivativos

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações são reconhecidas imediatamente no resultado. O valor justo de contratos de swaps de taxas de juros é baseado nas cotações de corretoras. Essas cotações são testadas quanto à razoabilidade através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se taxas de juros de mercado para um instrumento semelhante apurado na data de mensuração. Os valores justos refletem o risco de crédito do instrumento e incluem ajustes para considerar o risco de crédito da Companhia e contraparte quando apropriado.

c. Contas a receber de clientes e outros créditos

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, não ajustado ao valor presente pelo julgamento da Administração não considerar aplicável e incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. Não há provisão para redução ao valor recuperável dos recebíveis por não haver histórico de perdas e a Administração não esperar que qualquer um dos montantes atualmente em circulação seja incobrável.

d. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado pelo critério do custo médio ponderado e inclui todos os custos de aquisição do bem. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

e. Propriedade para investimento

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na comercialização ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é mensurada pelo custo. O custo inclui despesa que é diretamente atribuível à aquisição de uma propriedade para investimento. Os custos das propriedades para investimentos construídas pelo proprietário incluem os custos de material e mão-de-obra direta, qualquer custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito e os juros capitalizados dos empréstimos.

f. Imobilizado

i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, se aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão-de-obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que essas sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis para os quais a data de início para a capitalização seja 1º de janeiro de 2008 ou data posterior. O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes de instrumentos de proteção de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo fixo em moeda estrangeira. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. A Companhia optou por reavaliar os ativos imobilizados pelo custo atribuído (*deemed cost*) considerados quando da adoção inicial às IFRS e às normas do CPC em 1º de janeiro de 2008. Os efeitos do custo atribuído aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. Embora a adoção do valor justo como custo atribuído tenha conseqüente aumento na despesa de depreciação nos exercícios futuros, a Companhia não alterará sua política de dividendos. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

ii) Reclassificação para propriedade para investimento

Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a Companhia mantém esse ativo mensurado pelo custo e reclassifica-o como propriedade para investimento.

iii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é contabilizado no resultado do exercício em que ocorre a reposição. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iv) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear, conforme as taxas mencionadas na Nota Explicativa 13, e leva em consideração as vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. A Administração entende que as taxas de depreciação representam a expectativa de vida útil dos seus ativos. As taxas médias ponderadas em 31 de dezembro de 2011 e 2010 estimadas são as seguintes:

	Taxa média
Edificações	4%
Benfeitorias em propriedades de terceiros	10% a 20%
Instalações	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Móveis e utensílios	10%
Veículos	20%
Equipamentos de informática	20%
Aeronaves	6,66%

g. Ativos intangíveis

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados e tem seu valor recuperável testado, anualmente. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando sua utilização efetiva.

i) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao quais se relacionam.

ii) Amortização

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

- Softwares: 5 anos;
- Desenvolvimento de websites: 10 anos.

h. Arrendamentos mercantis

A Companhia possui contratos de arrendamento operacional e financeiros.

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo. Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

i. Redução ao valor recuperável (impairment)

i) Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, tais como Imobilizado e Intangível, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). A Companhia considera cada loja individual como unidade geradora de caixa.

j. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

k. Benefícios a empregados

A Companhia concede apenas benefícios de curto prazo aos seus empregados, os quais são mensurados em uma base não descontada e são incorridos como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar o valor em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

l. Receita operacional

i) Venda de mercadorias

A receita operacional da venda de mercadorias no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade das mercadorias foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável e que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

ii) Comissão sobre serviços de correspondente bancário

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização por se caracterizar como um correspondente bancário. A atividade de correspondente bancário se concretiza pelo recebimento do valor das contas pagas pela população em geral, nas dependências da rede de farmácias Pague Menos. Esses valores recebidos precisam ser repassados para o titular do direito em aproximadamente 3 dias. A Companhia recebe por este serviço uma comissão que é mensurada por autenticação nos boletos bancários.

iii) Receita de aluguel

A receita de aluguel de propriedades para investimento é reconhecida no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

m. Subvenção governamental

Subvenções governamentais são reconhecidas no resultado (custo das mercadorias vendidas) quando há segurança razoável de que a subvenção será recebida e que as condições estabelecidas para a utilização serão cumpridas pela Companhia. Posteriormente, são destinadas para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido.

n. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos (incluindo variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado). A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

o. Imposto de renda e contribuição social**i) Impostos correntes**

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e considera a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

ii) Impostos diferidos

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. O total do imposto de renda e da contribuição social está constituído por impostos correntes e diferidos.

p. Custo de transação na emissão de títulos e valores mobiliários

Os custos de transação incorridos e diretamente atribuíveis às atividades necessárias exclusivamente à consecução da distribuição pública primária de ações são registrados no ativo circulante, em despesas antecipadas.

Os custos de transação incorridos na captação de recursos por meio da contratação de instrumento de dívida serão contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido do instrumento financeiro emitido, para evidenciar o valor líquido recebido.

q. Segmentos de negócios

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. Tendo em vista que todas as decisões são tomadas com base em relatórios consolidados, que todos os serviços são prestados utilizando-se sistema de comercialização similar, que não existem gerentes que sejam responsáveis por determinado segmento e que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são feitas em bases consolidadas, a Companhia concluiu que tem somente um segmento passível de reporte.

r. Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

s. Determinação do ajuste a valor presente

Os itens sujeitos ao desconto a valor presente são:

- Contas a pagar a fornecedores:

O cálculo do valor presente de fornecedores é efetuado para cada transação com base numa taxa média de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente dos fornecedores é contra estoque e custo dos produtos vendidos no resultado. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do custo é considerada despesa financeira e será apropriada com base nos métodos do custo amortizado e da taxa de juros efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação.

t. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Diversas normas, emendas a normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, sendo essas: Novos Standards, emendas aos Standards e interpretações são efetivos para os exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2012, e não foram aplicados na preparação destas demonstrações financeiras. É esperado que nenhum desses novos Standards tenha efeito material sobre as demonstrações financeiras da Companhia exceto pelo IFRS 9 - *Financial Instruments*, que pode modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros mantidos pela Companhia, e pelas IFRS 10 e IFRS 11. A Companhia não espera adotar tais standards antecipadamente e o impacto de sua adoção ainda não foi mensurado. O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes às IFRS acima citadas, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos das IFRS está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2011	2010
Caixa e bancos	18.453	6.944
Aplicações financeiras	856	1.776
	19.309	8.720

As aplicações financeiras correspondem às operações realizadas junto às instituições financeiras, remuneradas em condições e taxas normais de mercado e estão destinadas à negociação imediata nas operações da Companhia. As aplicações financeiras de curto prazo referem-se substancialmente a renda fixa, lastreadas a CDB – Certificados de Depósitos Bancários e Operações Compromissadas com característica de recompra, de alta liquidez, contratados diretamente com as instituições financeiras e remunerados a taxas que variam entre 100% e 101% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. O resgate antecipado dessas aplicações não ocasiona perdas financeiras. Por essa razão, a Companhia considerou esses ativos circulantes como caixa e equivalentes de caixa, para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa e, portanto, não existem diferenças entre os componentes de caixa e equivalentes de caixa apresentados nesta nota explicativa e os saldos considerados na demonstração do fluxo de caixa. Não existem saldos de caixa e equivalentes de caixa que não estejam disponíveis para uso imediato pela Companhia.

5. Arrecadação de recursos de terceiros

O saldo da conta Arrecadação de recursos de terceiros, no ativo circulante, corresponde aos valores recebidos na atividade de correspondente bancário, onde a Companhia recebe o valor das contas pagas por consumidores, em sua rede de farmácias, e que devem ser repassadas para o titular do direito, em média, em 3 dias. Os recursos arrecadados perfazem, respectivamente, os montantes de R\$ 9.602 e R\$ 11.763 em 31 de dezembro de 2011 e 2010. Os valores registrados na conta Arrecadação de recursos de terceiros, no passivo circulante, de forma similar, referem-se aos débitos a serem repassados aos conveniados quando da atividade de correspondente bancário. Os valores dos débitos a serem repassados perfazem, respectivamente, os montantes de R\$ 17.668, sendo R\$ 17.301 junto a terceiros e R\$ 367 junto a partes relacionadas em 31 de dezembro de 2011, e R\$ 14.861 junto a terceiros, em 31 de dezembro de 2010.

6. Outros investimentos

	2011	2010
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	2.157	-
	2.157	-
Circulante	515	-
Não circulante	1.642	-

Aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a renda fixa, lastreadas a CDB – Certificados de Depósitos Bancários, e remunerados a taxas de 99% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), classificadas como mantidos para negociação, no ativo circulante. Os ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento, no valor de R\$ 1.642, estão atrelados a uma obrigatoriedade de um

financiamento, o qual deve ser mantido por toda a vigência do contrato junto ao Banco do Nordeste do Brasil – BNB, a ser encerrado em 2 de abril de 2015.

7. Contas a receber de clientes

Composição da conta	2011	2010
Cartões de crédito a receber	139.732	113.960
Convênios a receber	8.697	4.412
Comissões a receber	3.095	2.313
Perdas por redução no valor recuperável	(104)	-
	151.420	120.685

A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas a contas a receber de clientes e a outras contas são divulgadas na Nota Explicativa 26. Alguns saldos de recebíveis de cartões de crédito foram dados como garantias para os financiamentos da Companhia e os detalhes encontram-se divulgados na Nota Explicativa 16 – Financiamentos e Empréstimos.

Ajustes a Valor Presente (AVP)

A Companhia realizou estudos para calcular os ajustes a valor presente e, com base nesses estudos, a Administração entende que não há necessidade de contabilização do AVP, considerando que o prazo médio de recebimento das contas a receber de clientes é de 30 a 60 dias, prazo esse considerado como parte das condições normais e inerentes das operações da Companhia.

Perdas por redução no valor recuperável (impairment)

A Companhia não tem histórico de perdas com seus recebíveis de clientes, razão pela qual nenhuma provisão para crédito de liquidação duvidosa vinha sendo reconhecida. No entanto, foi necessário realizar uma provisão de R\$ 104 no exercício de 2011, em decorrência do decreto presidencial do Banco Central da interdição em 15 de setembro de 2011 da Oboé Tecnologia e Serviços Financeiros S.A. (Oboé Card). Mesmo com este efeito considerado extraordinário, a Administração entende que não há risco de crédito em sua carteira de cliente, uma vez que nas transações com administradoras de cartão, o risco de crédito é transferido.

8. Estoques

Composição da conta	2011	2010
Mercadorias de revenda nas lojas	224.216	149.557
Mercadorias de revenda no centro de distribuição	298.572	205.066
Materiais para uso e consumo	494	-
	523.282	354.623

Ajustes a Valor Presente (AVP)

A Companhia calculou o ajuste a valor presente (AVP) do saldo de fornecedores, das compras totais no ano, com o correspondente cálculo envolvendo as mercadorias ainda em estoque, utilizando uma taxa média de 12,03% a.a. e 12% a.a. na data de cada operação (ver explicação na Nota Explicativa 15). O efeito do AVP foi de R\$ 10.147 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 6.418 em 31 de dezembro de 2010), apresentado líquido no saldo de estoque.

Provisão para obsolescência de estoque (impairment)

Não há registro de provisão para obsolescência por historicamente não existirem perdas. O estoque da Companhia é composto substancialmente por itens de medicamentos. A Companhia, portanto, possui negociações informais com seus fornecedores para reposição, troca e/ou retirada dos produtos antes de seus vencimentos.

9. Impostos e contribuições a recuperar

	2011		2010	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
IRRF (a)	-	-	1.293	-
ICMS (b)	545	-	3.456	-
IRPJ (c)	118	-	2.894	-
CSLL (c)	273	-	1.224	-
COFINS (d)	677	4.297	2.988	3.850
PIS (d)	148	767	351	687
Outros	-	942	-	-
	1.761	6.006	12.206	4.537

(a) Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF): crédito decorrente de rendimentos de aplicações financeiras e das retenções pelas prestações de serviços.

(b) Imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação (ICMS): é resultante basicamente do regime de apuração normal de ICMS da central de distribuição da Pague Menos localizado no Estado do Ceará.

(c) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL): são decorrentes das antecipações e pagamentos a maior ou indevidos.

(d) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS): são créditos oriundos do regime de não cumulatividade estabelecido pelas Leis nos. 10.637/02 e 10.833/03, respectivamente.

10. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis. A Companhia, com base em estudo técnico aprovado pela Administração, relativo à estimativa de lucros tributáveis futuros, reconheceu os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. A recuperação do valor do ativo fiscal diferido é revisada periodicamente e as projeções são revisadas anualmente. Caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício pela Companhia.

Origem dos créditos fiscais diferidos

	2011	2010
Prejuízo fiscal e Base negativa de contribuição social (b)	18.914	26.273
Diferenças temporárias (c)	1.617	1.757
Impostos diferidos sobre os ajustes de CPC (c)	(290)	(1.219)
Total	20.241	26.811
Não circulante		
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Ativo	24.755	28.030
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Passivo	(4.514)	(1.219)
Efeito líquido	20.241	26.811

a. Conciliação das despesas e receitas de imposto de renda (IR) e contribuição social (CS) e da alíquota efetiva vigente sobre esses impostos:

	2011	2010
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social [A]	133.549	84.204
Alíquota fiscal combinada [D]	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	45.407	28.629
Adições permanentes: [B]	4.949	458
Multas não dedutíveis	184	435
Resultado na venda de imóveis (reavaliação)	4.459	-

Outras adições permanentes	306	23
Exclusões permanentes: [C]	66.564	51.661
ICMS sobre operações interestaduais	54.744	43.888
Juros sobre capital próprio	8.748	4.726
Outras exclusões permanentes	3.072	3.047
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido no resultado do exercício após adições/exclusões [A] + [B] – [C] X [D] = [E]	24.458	11.220
Alíquota efetiva [E]/[A]	18,31%	13,32%

b. Composição e movimentação do prejuízo fiscal (IRPJ) e base negativa de contribuição social (CSLL) a compensar

As variações verificadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foram decorrentes da utilização dos créditos de base negativa de contribuição social para compensação dos encargos previstos no parcelamento descrito na Nota Explicativa 19 e da constituição dos valores relativos ao resultado fiscal de 2010. A movimentação dos saldos existentes de 31 de dezembro de 2010 a 31 de dezembro de 2011 pode assim ser demonstrada:

	IRPJ	CSLL	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2010	26.870	3.670	30.540
Compensação de Prejuízo fiscal/ Base de cálculo negativa da CSLL	(2.710)	(975)	(3.685)
Constituição de tributos diferidos proveniente dos ajustes de CPC	(427)	(155)	(582)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	23.733	2.540	26.273
Compensação de Prejuízo fiscal/ Base de cálculo negativa da CSLL	(5.819)	(2.095)	(7.914)
Reversão de tributos diferidos proveniente dos ajustes de CPC	408	147	555
Saldo em 31 de dezembro de 2011	18.322	592	18.914

c. Composição dos tributos diferidos oriundos das diferenças temporárias e dos ajustes da adoção do CPC

	Saldo em	Reconhecidos	Saldo em	Reconhecidos	Saldo em
	01/01/10	no	31/12/10	no	31/12/11
		resultado		resultado	
Custo atribuído	(587)	12	(575)	369	(206)
Capitalização dos juros	(344)	(300)	(644)	(37)	(681)
Ajuste a valor de mercado	-	-	-	748	748
Custos com IPO	-	-	-	(725)	(725)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	35	35
Outras provisões	-	1.757	1.757	399	2.156
Total	(931)	1.469	538	789	1.327

d. Segregação entre tributos diferidos ativos e passivos

a. Segregação entre tributos diferidos ativos e passivos				
	Ativo não circulante		Passivo não circulante	
	2011	2010	2011	2010
Custo atribuído	-	-	(206)	(575)
Capitalização dos juros	-	-	(681)	(644)
Provisão para contingências	2.143	1.757	(562)	-
Ajuste a valor presente	575	-	-	-
Ajuste a valor de mercado	3.088	-	(2.340)	-
Custos com IPO	-	-	(725)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	35	-	-	-
Prejuízo fiscal e Base negativa de contribuição social a compensar	18.914	26.273	-	-
Total	24.755	28.030	(4.514)	(1.219)

e. Expectativa de realização

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados a Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de bases negativas de contribuição social e prejuízo fiscal a compensar, conforme segue:

Anos	R\$
2012	7.344
2013	8.813
2014	2.757
	18.914

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício.

11. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas decorrem de transações da Companhia com suas partes relacionadas, acionistas, profissionais-chaves da Administração e outras partes relacionadas.

	Natureza da operação	2011	2011	2010	2010
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Partes relacionadas					
Adiantamento a terceiros					
Distribuidora de Produtos Hospitalares Ame	Compra de medicamentos	261	-	252	-
Farma Ltda. (a)					
Gráfica Boa Letra Ltda. (f)	Serviços gráficos	172	-	-	-
		433	-	252	-
Contas a receber					
Farmácia Preço Baixo Ltda. (b)	Venda de medicamentos	-	-	20.890	-
Outros créditos					
Pax Corretora de Valores e Câmbio Ltda. (h)	Serviços de corretagem	40	-	-	-
Mútuo financeiro					
Renda Participações S.A. (c)	Mútuo financeiro	5.572	-	-	-
Dupar Participações S.A. (d)	Mútuo financeiro	80.307	-	17.723	-
Francisco Deusmar de Queirós (l)	Mútuo financeiro	4.073	-	-	-
Mario Henrique Alves de Queirós (m)	Mútuo financeiro	-	119	-	-
		89.952	119	17.773	-
Partes relacionadas					
Fornecedores					
Midigraf Serviços Digitais Ltda. (e)	Prestação de serviços gráficos	-	-	-	-

Praxis Consultoria Ltda. (g)	Consultoria em informática	-	-	-	-
PH Segurança Ltda. (i)	Serviços de segurança	-	-	-	-
Ponte & Caminha Consultoria (j)	Consultoria empresarial	-	-	-	-
ePharma PBM do Brasil S.A. (n)	Mútuo financeiro	-	-	-	-
Arrecadação de recursos de terceiros					
Pague Menos Gerenciadora de Serviços Ltda. (k)	Arrecadação de recursos de terceiros	-	367	-	-
Outras contas a pagar					
Renda Participações S.A. (c)	Aluguéis	-	302	-	-
Dupar Participações S.A. (d)	Aluguéis	-	1.481	-	-
		-	1.783	-	-
Juros sobre capital próprio					
Acionistas	JSCP	-	9.607	-	4.833
Total		90.425	11.876	38.865	4.833
Circulante		473	11.757	21.142	4.833
Não circulante		89.952	119	17.723	-

Conforme definido no CPC 05, uma transação com partes relacionadas é a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre uma entidade que reporta a informação e uma parte relacionada, independentemente de ser cobrado um preço em contrapartida. Conforme tal definição, uma transação com parte relacionada pode apresentar uma característica de empréstimo sob a forma de mútuo, compra e venda de serviços dentre outras. Em decorrência do exposto acima, a Administração contemplou na abertura do balanço as transações de naturezas diferentes entre partes relacionadas. E desta forma, também reclassificou os saldos comparativos anteriormente apresentados de forma agregada nas demonstrações financeiras para rubricas específicas identificadas como "Partes relacionadas". Demonstramos abaixo as reclassificações dos saldos comparativos de partes relacionadas:

	Publicado	Ajustes e reclassificações	Reapresentado
Ativo circulante			
Partes relacionadas	20.890	(20.890)	-
Contas a receber de clientes - Partes relacionadas	-	20.890	20.890
Adiantamentos a terceiros - Partes relacionadas	-	252	252
Ativo não circulante			
Partes relacionadas	17.975	(252)	17.723

(a) Distribuidora de Produtos Hospitalares Ame Farma Ltda. - Atua no comércio atacadista de drogas, medicamentos de uso humano, insumos farmacêuticos para manipulação e produtos hospitalares em geral. Ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 não houve novas compras de medicamentos junto a essa parte relacionada. Os saldos apresentados são, basicamente, decorrentes de compras, no montante de R\$ 195, realizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

(b) Farmácia Preço Baixo Ltda. - Atuava no comércio varejista de medicamentos e produtos farmacêuticos de uso humano, produtos de beleza e perfumaria em geral, até o encerramento de suas operações comerciais em abril de 2011 e venda de seus estoques para a Pague Menos. As transações realizadas com essa parte relacionada foram liquidadas até 30 de junho de 2011, representadas por:

- Vendas de medicamentos com esta parte relacionada totalizando R\$ 34.509 até 4 de abril de 2011 (R\$ 42.265 em 30 de junho de 2010) em contrapartida ao custo de R\$ 27.607 (R\$ 33.812 em 30 de junho de 2010), resultando no ganho na venda no valor de R\$ 6.902 (R\$ 8.453 em 30 de junho de 2010);

- Venda de ativos por parte de Preço Baixo para a Pague Menos em função do encerramento de suas atividades comerciais em 4 de abril de 2011 totalizando R\$ 10.533;

- Saldo de contas a pagar da Preço Baixo no montante de R\$ 14.107 em favor da Pague Menos foram assumidos pela sua controladora Dupar Participações S.A.

(c) Renda Participações S.A. - Atua no ramo de compra, venda e administração de bens móveis e imóveis próprios e de terceiros, bem como na administração de carteira de ações próprias e de terceiros. Além das transações de mútuos entre as partes relacionadas existem operações de locações de imóveis entre a Pague Menos (locatária) e sua parte relacionada. Em 31 de dezembro de 2011, existem 9 imóveis em locação impactando o resultado em R\$ 3.048 durante o exercício de 2011 (R\$ 2.976 durante o exercício de 2010). O saldo de aluguéis a pagar em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 302. A projeção de despesas com aluguéis, incluindo os imóveis da Renda Participações S.A. e de terceiros, está apresentada na Nota Explicativa 17. Esta parte relacionada ainda é garantidora da Pague Menos em um contrato de financiamento com o Banco do Nordeste referente ao contrato nº. 16.2008.12524.2938 apresentado na Nota Explicativa 16.

(d) Dupar Participações S.A. - Atua no ramo de administração de bens móveis e imóveis próprios e de terceiros, representação comercial, participação em outras empresas, bem como na administração de carteira de ações próprias e de terceiros. Em 30 de junho de 2011, através de contrato de compra e venda de imóveis, a Companhia vendeu os 45 imóveis de não uso e 130 imóveis de uso na atividade operacional, para a sua parte relacionada, Dupar Participações S.A., resultando no saldo a receber de R\$ 49.584 com vencimento previsto para 15 de novembro de 2011 (vide divulgação ampla na Nota Explicativa 12). Em 31 de dezembro de 2011 existem 152 imóveis de propriedade da Dupar e alugados pela Pague Menos (locatária). O valor fixo dos aluguéis dos imóveis é de R\$ 5, chegando ao máximo de valor de R\$ 20, com o limitador de 2% do faturamento da respectiva loja. O impacto no resultado de 2011 foi de R\$ 4.305. O saldo de aluguéis a pagar em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 1.481. No decorrer do exercício de 2011, foi transacionado o montante de R\$ 65.362 de transações financeiras (mútuos) entre esta parte relacionada e a Pague Menos. O saldo com esta parte relacionada poderá ser liquidado através das operações de aluguéis acima comentadas por compensação. A projeção de despesas com aluguéis, incluindo os imóveis da Dupar Participações S.A. e de terceiros está apresentada na Nota Explicativa 17. As operações de mútuo junto à Dupar Participações S.A. serão liquidadas através de encontro de contas com despesas de aluguel; de forma similar, despesas de natureza diversas podem ser utilizadas para liquidação do saldo. Esta parte relacionada ainda é garantidora da Pague Menos em um contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste referente ao contrato nº. 16.2008.12524.2938 apresentado na Nota Explicativa 16 e fiadora no contrato junto ao Banco Santander Bancário nº. R-640884223 e no contrato junto ao Banco Itaú Bancário nº 100111020016500.

(e) Midigraf Serviços Digitais Ltda. - Atua principalmente na execução de serviços gráficos digitais, comércio varejista de produtos de papelaria e artigos de escritório. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo transacionado com esta parte relacionada no resultado totalizou R\$ 227.

(f) Gráfica Boa Letra Ltda. - Esta parte relacionada tem como objetivo a impressão de livros, revistas, material de publicidade, material de escritório e outros periódicos em geral sob encomenda. No decorrer do exercício de 2011 foi transacionado o montante de R\$ 172, remanescendo este o saldo em 31 de dezembro de 2011.

(g) Praxis Consultoria Ltda. - Empresa que atua no ramo de gestão e consultoria em informática. No decorrer do exercício de 2011, foi transacionado montante de R\$ 29. Não há saldo remanescente na data-base de 31 de dezembro de 2011.

(h) Pax Corretora de Valores e Câmbio Ltda. - Atua como agente intermediário na compra e venda de ações no mercado financeiro. No decorrer do exercício de 2011, foi transacionado o montante de R\$ 9.019, remanescendo um saldo de R\$ 40.

(i) PH Segurança Ltda. - Empresa que atua no mercado de prestação de serviços de segurança pessoal, patrimonial e empresarial. No decorrer do exercício de 2011, foi transacionado o montante de R\$ 971. Não há saldo remanescente na data-base de 31 de dezembro de 2011.

(j) Ponte & Caminha Consultoria Ltda. – Atua principalmente na área de treinamentos, locação de sistemas, consultoria empresarial, prestação de Serviços de Assistência Técnica; Representações Comerciais e Industriais; Participações em outras Empresas. Em 2011, foi transacionado o montante de R\$ 180. Não há saldo remanescente na data-base de 31 de dezembro de 2011.

(k) Pague Menos Gerenciadora de Serviços Ltda. – Opera como correspondente bancário, em unidades próprias ou de terceiros, na forma como disciplinada pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e regulamentada pelo Banco Central do Brasil – BACEN. Em 2011, foi transacionado o montante de R\$ 4.850, remanescendo um saldo de R\$ 367.

(l) Francisco Deusmar de Queirós – Principal acionista da Empreendimentos Pague Menos S.A. com 70% de controle do capital societário. No exercício de 2011, foi transacionado o montante de R\$ 4.072 de transações financeiras (mútuos) entre esta parte relacionada e a Pague Menos.

(m) Mario Henrique Alves de Queirós – Acionista da Empreendimentos Pague Menos S.A. com 4% de controle do capital societário. No exercício de 2011, foi transacionado o montante de R\$ 119 de transações financeiras (mútuos) entre esta parte relacionada e a Pague Menos.

(n) ePharma PBM do Brasil S.A. - Programa de Benefícios de Medicina da Saúde - Tem como objetivo principal o desenvolvimento e a comercialização de serviços de gestão de assistência farmacêutica e de saúde, provendo conhecimento e ferramentas tecnológicas para a sua implantação e operação. O principal negócio da Sociedade é representado pelo gerenciamento de programas de benefícios de medicamentos. As operações de mútuo financeiro entre as partes relacionadas não preveem cláusulas de atualizações e não possuem prazos de vencimentos. Nenhum dos saldos possui garantia. A Administração entende que os valores transacionados com suas partes relacionadas não seriam diferentes se transacionados com terceiros. As entidades listadas abaixo são consideradas Partes relacionadas pela Companhia por atenderem aos critérios previstos no CPC 05 (IAS 24), porém, não possuíram transações no exercício:

- Giss do Brasil S.A.;
- Fundação Educacional Deusmar Queirós;
- Renda Corretora de Mercadorias SC Ltda.;
- Construtora Boa Terra Ltda.;
- Renda Florestal Ltda.;
- Edson de Arruda Camara Junior ME.

A remuneração total dos administradores totalizou R\$ 574, no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e R\$ 286 em 31 de dezembro de 2010, e está relacionada apenas a benefícios de curto prazo. A Companhia não possui política de Benefícios pós-emprego (Previdência privada) e Remuneração baseada em ações. A Companhia possui ainda transações com partes relacionadas das pessoas físicas dos acionistas que, segundo as normas contábeis, devam ser divulgadas nas demonstrações financeiras. As Partes Relacionadas são fiadoras dos Contratos, porém não recebem qualquer remuneração por tal prestação. Abaixo relacionados:

Parte relacionada	Banco	Contrato	Saldo existente	Duração
Francisco Deusmar de Queirós	Itaú	Cédula de Crédito Bancário nº 100111020016500	R\$ 19.499	05/03/2014
Francisco Deusmar de Queirós	Itaú	100108100012300	R\$ 7.772	04/10/2013
Francisco Deusmar de Queirós	Itaú	100109070001800	R\$ 5.621	20/06/2012
Deusmar Queirós, Josué Ubiranilson e respectivos cônjuges	Banco do Brasil	160400989, 160401032, 160400996, 160401249 e 160401401	R\$ 173.384	Entre 2012 e 2014

O valor de R\$ 22 que se refere à baixa por alienação do saldo de Investimentos foi desconsiderado na Demonstração do fluxo de caixa por não impactar o saldo de caixa.

12. Propriedades para investimento

Custo	Terrenos	Edificações	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010	2.704	4.277	6.981
Adições no período	-	2	2
Baixas no período	(2.704)	(4.279)	(6.983)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	-	-	-
Depreciação	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010	-	(2.459)	(2.459)
Depreciação do período	-	(69)	(69)
Depreciação do custo atribuído	-	(2)	(2)
Baixas no período	-	(2.530)	(2.530)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	-	-	-
Saldo contábil			
Em 31 de dezembro de 2010	2.704	1.818	4.522
Em 31 de dezembro de 2011	-	-	-

Em 31 de dezembro de 2010 as Propriedades para investimento incluíam 38 imóveis comerciais e 7 imóveis residenciais que eram arrendados para terceiros, avaliados pelo custo de aquisição, formação ou construção. Em 30 de junho de 2011, através de contrato de compra e venda de imóveis, a Companhia vendeu os 45 imóveis destinados a aluguel ou valorização do capital, não de uso na atividade, para a sua parte relacionada, Dupar Participações S.A., pelo valor contábil, os quais estavam registrados pelo montante líquido de R\$ 4.452. O saldo a receber foi registrado em conta de Partes relacionadas (vide Nota Explicativa 11). Este valor foi desconsiderado na Demonstração do fluxo de caixa por não impactar o saldo de caixa. A depreciação sobre o saldo de Edificações foi calculada, até o momento da venda, pelo método linear à taxa média anual de 4%, registrada em contrapartida da rubrica de despesas administrativas. O valor justo destes ativos não diferia, substancialmente, do custo dos ativos, pois estes imóveis foram objeto da reavaliação junto com demais ativos imobilizados, pelo custo atribuído (*deemed cost*), para aplicação das novas normas contábeis, na data de transição em 1º de janeiro de 2008. A Companhia vinha calculando a depreciação sobre o montante agregado contabilizado como custo atribuído mensalmente, conforme quadro acima apresentado. Em 30 de junho de 2011, data da venda, o efeito da depreciação foi de R\$ 71. Até a data da venda, um montante de R\$ 343 foi reconhecido como receita de aluguel no resultado da Companhia (R\$ 757 em 30 de junho de 2010). Não houve novas transações dessa natureza no segundo semestre de 2011.

13. Imobilizado

13. Imobilizado	Terrenos	Edificações	Obras em Andamento	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios
Custo							
Saldos em 01/01/2010	12.115	32.023	154	26.781	7.537	10.577	4.553
Adições	11.029	6.047	16.682	10.492	1.853	4.296	2.764
Capitalização de Juros (CPC 20)	-	-	926	-	-	-	-
Transferências	233	(406)	(1.080)	838	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2010	23.377	37.664	16.682	38.111	9.390	14.873	7.317
Adições	-	3.466	31.304	25.421	3.418	3.145	4.050
Capitalização de Juros (CPC 20)	-	-	1.709	91	-	-	-
Transferências	21.364	(41.130)	(40.409)	53.100	-	-	-
Baixas	(44.741)	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2011	-	-	9.286	116.723	12.808	18.018	11.367
Depreciação							
Saldos em 01/01/2010	-	(5.756)	-	(18.069)	(3.854)	(2.645)	(1.223)
Depreciação no período	-	(1.234)	-	(3.679)	(723)	(1.187)	(575)
Custo atribuído (CPC 27)	-	(31)	-	-	-	-	-
Capitalização de Juros (CPC 20)	-	(21)	-	(20)	-	-	-
Transferências	-	415	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2010	-	(6.627)	-	(21.768)	(4.577)	(3.832)	(1.798)
Depreciação no período	-	(627)	-	(11.478)	(913)	(1.605)	(920)
Custo atribuído (CPC 27)	-	(13)	-	(68)	-	-	-
Capitalização de Juros (CPC 20)	-	(20)	-	(187)	-	-	-
Transferências	-	7.075	-	-	-	-	-
Estornos	-	212	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2011	-	-	-	(33.501)	(5.490)	(5.437)	(2.718)
Valor contábil							
Em 31/12/2010	23.377	31.037	16.682	16.343	4.813	11.041	5.519
Em 31/12/2011	-	-	9.286	83.222	7.318	12.581	8.649
	Veículos	Aeronave	Equipamentos de Informática	Importações em Andamento	Adiantamento a Fornecedores	Total	
Custo							
Saldos em 01/01/2010	3.203	-	13.529	-	-	-	110.472
Adições	940	-	6.087	11.180	-	-	71.370
Capitalização de Juros (CPC 20)	-	-	-	-	-	-	926
Transferências	-	-	-	-	-	-	(415)
Baixas	(411)	-	-	-	-	-	(411)
Saldos em 31/12/2010	3.732	-	19.616	11.180	-	-	181.942
Adições	337	218	3.885	1.697	5.622	-	82.563
Capitalização de Juros (CPC 20)	-	-	-	-	-	-	1.800
Transferências	-	12.877	-	(12.877)	-	-	(7.075)
Baixas	(370)	-	-	-	-	-	(45.111)
Saldos em 31/12/2011	3.699	13.095	23.501	-	5.622	-	214.119
Depreciação							
Saldos em 01/01/2010	(1.950)	-	(7.144)	-	-	-	(40.641)
Depreciação no período	(615)	-	(2.678)	-	-	-	(10.691)
Custo atribuído (CPC 27)	-	-	-	-	-	-	(31)
Capitalização de Juros (CPC 20)	-	-	-	-	-	-	(41)
Transferências	-	-	-	-	-	-	415
Baixas	374	-	-	-	-	-	374
Saldos em 31/12/2010	(2.191)	-	(9.822)	-	-	-	(50.615)
Depreciação no período	(598)	(724)	(3.234)	-	-	-	(20.099)
Custo atribuído (CPC 27)	-	-	-	-	-	-	(81)
Capitalização de Juros (CPC 20)	-	-	-	-	-	-	(207)
Transferências	-	-	-	-	-	-	7.075
Estornos	-	-	-	-	-	-	212
Baixas	353	-	-	-	-	-	353
Saldos em 31/12/2011	(2.436)	(724)	(13.056)	-	-	-	(63.362)
Valor contábil							
Em 31/12/2010	1.541	-	9.794	11.180	-	-	131.327
Em 31/12/2011	1.263	12.371	10.445	-	5.622	-	150.757

As adições no imobilizado referem-se às aquisições de ativos operacionais, benfeitorias em imóveis de terceiros para expansão das atividades com a construção de novas lojas, modernização da central de distribuição e das instalações das lojas já existentes e investimentos em equipamentos de informática. Outra adição relevante refere-se à compra da aeronave da Companhia, imobilizada em 9 de março de 2011, e que será depreciada no prazo de 15 anos. Em 30 de junho de 2011, através de contrato de compra e venda de imóveis entre a Pague Menos e sua parte relacionada, Dugar Participações S.A., foram vendidos, pelo valor contábil, os 130 imóveis de uso na atividade operacional, os quais totalizavam R\$ 44.741. Estes imóveis vendidos, anteriormente registrados no ativo imobilizado, não contemplam os 45 imóveis igualmente vendidos à Dugar Participações S.A. e, anteriormente, registrados como Propriedades para investimentos (vide Nota Explicativa 12). Este valor foi desconsiderado na Demonstração do fluxo de caixa por não impactar o saldo de caixa. Os bens mantidos no ativo imobilizado, totalmente depreciados, somam R\$ 26.845 até 31 de dezembro de 2011. O saldo é formado substancialmente pela depreciação das benfeitorias em imóveis de terceiros as quais foram depreciadas pelo prazo de contrato do imóvel, que, em média, é de 5 anos. A Companhia não possui ativo imobilizado temporariamente ocioso. Não existem transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa e que estejam registradas na Demonstração do fluxo de caixa, exceto pela transação já mencionada acima.

a. Custo atribuído

Os valores justos utilizados na adoção do custo atribuído foram estimados por três especialistas com experiência e competência profissional, objetividade e conhecimento técnico dos bens avaliados. Para realizarem este trabalho, os especialistas consideraram informações a respeito da utilização dos bens avaliados e do ambiente econômico em que operam, considerando o planejamento e outras peculiaridades dos negócios da Companhia. Como parte da adoção do custo atribuído a Administração avaliou as classes de terrenos e edificações do ativo imobilizado para fins de adoção do custo atribuído em 1º de janeiro de 2008. Adicionalmente, foi realizada a revisão da vida útil estimada e do valor residual.

O relatório de avaliação gerado pelos especialistas, datado de 31 de dezembro de 2010, foi aprovado pela Diretoria e em comum acordo com os acionistas da Companhia, conforme requerido pelo estatuto social. A Companhia vem calculando a depreciação sobre o montante agregado contabilizado como custo atribuído mensalmente, conforme quadro anteriormente apresentado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o efeito da depreciação da parcela do custo atribuído foi de R\$ 81. O maior efeito do custo atribuído foi sobre terrenos e, portanto, sem efeito de depreciação.

b. Imobilizado em construção

A Companhia possui estabelecimentos (lojas) em construção, sendo 36 lojas em 31 de dezembro de 2011 (39 lojas em 31 de dezembro de 2010). O saldo dos custos incorridos com lojas em construção até a data da demonstração financeira totalizava R\$ 9.286 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 16.682 em 31 de dezembro de 2010). Tais montantes incluem os custos de empréstimos capitalizados. Foram capitalizados os custos dos empréstimos no montante de R\$ 1.800 em 2011 (R\$ 926 em 2010). Esses custos foram apurados utilizando-se a taxa média entre 14% a 12,03% a.a. (12% a.a. em 2010) referente aos contratos de financiamentos utilizados na construção dos estabelecimentos da Companhia.

c. Provisão para redução no valor recuperável (impairment)

Os ativos da Companhia estão contabilizados por valores que não superam seus valores recuperáveis, inexistindo a necessidade do reconhecimento da desvalorização por meio da constituição da provisão para perdas. Para assegurar-se de que seus ativos não estão contabilizados por valor superior ao de recuperação pelo uso ou venda, a Companhia toma por base as seguintes análises:

Externas

c.1. Se, durante o período, o valor de mercado de um ativo diminuiu sensivelmente, mais do que se esperava como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;

c.2. Se mudanças significativas com efeito adverso sobre a entidade ocorreram durante o período ou ocorrerão em futuro próximo, no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal, no qual a entidade opera ou no mercado para o qual o ativo é utilizado;

c.3. Se as taxas de juros de mercado ou outras taxas de mercado de retorno sobre investimentos aumentaram durante o período, e se esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de desconto usada no cálculo do valor em uso de um ativo em uso e se diminuirão significativamente o valor recuperável do ativo;

Internas

c.4. As evidências disponíveis de obsolescência ou de dano físico de um ativo;

c.5. Se mudanças significativas, com efeito adverso sobre a entidade, ocorreram durante o período ou devem ocorrer em futuro próximo, na medida ou maneira em que um ativo é ou será usado; e

c.6. As evidências disponíveis, provenientes de relatório interno, que indiquem que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado.

Após a avaliação dos fatores externos ou internos, a Companhia não indicou a necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável de seus ativos.

14. Intangível

	Vida útil indefinida	Vida útil definida			
	Marcas e patentes	Fundo de comércio (Key money)	Softwares	Desenvolvimento de websites	Total
Custo					
Saldo em 1º de janeiro de 2010	153	-	527	-	680
Adições	4.028	1.456	1.011	-	6.495
Baixas	-	(4)	-	-	(4)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	4.181	1.452	1.538	-	7.171
Adições	14	4.100	3.010	36	7.160
Saldo em 31 de dezembro de 2011	4.195	5.552	4.548	36	14.331
Amortização					
Taxas anuais de amortização	-	(*)	20%	10%	-
Saldo em 1º de janeiro de 2010	-	-	(215)	-	(215)
Amortização	-	(254)	(149)	-	(403)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	-	(254)	(364)	-	(618)
Amortização	-	(456)	(484)	-	(940)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	-	(710)	(848)	-	(1.558)
Valor contábil					
Em 31 de dezembro de 2010	4.181	1.198	1.174	-	6.553
Em 31 de dezembro de 2011	4.195	4.842	3.700	36	12.773

(*) A amortização do fundo de comércio (Key money) é calculada pelo prazo de vigência de cada contrato de aluguel das lojas, os quais possuem uma média de 60 meses (5 anos). Não existem transações de aquisições e baixas no ativo intangível que não envolveram caixa e que estejam registradas na Demonstração do fluxo de caixa. A amortização mensal dos ativos intangíveis, com vida útil definida, é registrada em contrapartida do resultado no grupo de Despesas administrativas e gerais.

Fundo de comércio (Key money)

Fundo de comércio (Key money) compreende cessão de pontos comerciais adquiridos na contratação de locação de lojas, que são demonstrados a valor de custo de aquisição e amortizados pelo método linear e leva em consideração os prazos dos contratos de locação. As baixas dos fundos de comércio se dão por desativação de lojas, sendo seus efeitos registrados no resultado.

Marcas e patentes

A Companhia havia perdido o direito de utilização da marca "Pague Menos" no estado da Paraíba devido a uma disputa judicial. Em 30 de dezembro de 2010, através de contrato particular de compra e venda da marca "Pague Menos", a Companhia adquiriu novamente o direito de utilização de sua marca naquele Estado.

Desenvolvimento de websites

Representam gastos com a plataforma e-commerce (desenvolvimento de Infraestrutura tecnológica, conteúdo, aplicativos e layout gráfico dos sites) sendo amortizados de forma linear, considerando-se o prazo estipulado de utilização dos benefícios auferidos.

Teste de valor recuperável de marcas e patentes

A Companhia aplicou teste de recuperação do valor contábil do ativo intangível na conta Marcas e Patentes, baseado no seu valor em uso, com a utilização do modelo de fluxo de caixa descontado. Importante ressaltar que o processo de estimativa do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e projeções sobre os fluxos de caixa futuros, taxas de crescimento e de desconto. Assim, as premissas do modelo tomaram por base as expectativas de crescimento da operação, aprovado pela Diretoria, seu desempenho histórico, bem como dados de mercado, representando, assim, a melhor estimativa da Administração acerca das condições econômicas que poderão prevalecer durante a vida útil econômica dos ativos que são responsáveis pela geração dos fluxos de caixa. De acordo com as técnicas de avaliação da Companhia, a avaliação do valor em uso foi efetuada por um período de 5 anos e o modelo foi baseado nas seguintes premissas fundamentais aplicadas:

- As receitas foram projetadas considerando-se um crescimento médio anual de 20% em função do desempenho histórico e das expectativas quanto ao desempenho futuro;
- Os custos e despesas operacionais foram projetados com base no desempenho histórico, e sua expectativa quanto à evolução dos custos das mercadorias no contexto do crescimento das vendas projetado;
- Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a infra-estrutura necessária para suportar o crescimento das vendas;
- Os fluxos de caixas futuros estimados foram descontados a uma única taxa de desconto, a qual reflete o custo de oportunidade da Companhia (WACC).

Nesse processo de avaliação, o valor da marca obtido nos testes de recuperação do ativo intangível da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas, visto que o valor contábil dos ativos não excedeu seu valor estimado de uso na data da avaliação.

15. Fornecedores**a. Composição da conta**

	2011	2010
Fornecedores	422.101	321.524
(-) Crédito por devoluções	(56.955)	(29.692)
	365.146	291.832

O efeito do ajuste a valor presente (AVP) foi de R\$ 9.552 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 7.514 em 31 de dezembro de 2010), apresentado líquido no saldo de fornecedores. Em atendimento ao CPC 12 (IAS 39), foi utilizada taxa média correspondente a 12,03% a.a. (12% a.a. em 31 de dezembro de 2010), considerando um prazo médio de pagamento de 50 a 75 dias, sendo este critério uniforme para o exercício de 2011 e 2010. Em atendimento à Deliberação nº. 564, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 12 (IAS 39), a Companhia realizou estudos para calcular os ajustes a valor presente de seus ativos e passivos, utilizando-se as taxas de juros acima citadas que refletem a natureza desses ativos no que tange ao prazo, risco, moeda, condição de recebimento prefixada ou pós-fixada. A taxa utilizada para o desconto dos fluxos corresponde à Taxa Média Ponderada de Capital (WACC – *Weighted Average Cost of Capital*) da Companhia na data-base de 31 de dezembro de 2011, que por sua vez, é calculada através da ponderação do custo de capital de terceiros líquido e do capital próprio, este último, calculado através da metodologia CAPM (*Capital Asset Pricing Model*).

Os créditos por devoluções referem-se a negociações com os fornecedores relacionadas à troca e/ou retiradas de mercadorias, ou seja, os créditos por devoluções funcionam como notas de créditos.

b. Por vencimento (sem efeito do AVP)

A vencer	2011	2010
1 a 30 dias	179.919	123.349
31 a 60 dias	109.491	114.593
61 a 90 dias	38.230	34.217
Acima de 91 dias	24.367	10.740
Subtotal	352.007	282.899
Títulos contra-apresentação	79.646	46.139
Total	431.653	329.038

Os títulos contra-apresentação vencem apenas quando da venda das mercadorias a terceiros e não possuem incidência de encargos.

c. Concentração da carteira (sem efeito do AVP)

Fornecedores	2011	2010
Maior fornecedor	20.011 5%	44.151 14%
2º ao 25º	204.568 47%	152.082 46%
26º ao 50º	84.281 20%	49.731 15%
Outros fornecedores	122.793 28%	83.074 25%
Total	431.653 100%	329.038 100%

Nos exercícios de 2011 e 2010, a Companhia não realizou transações com fornecedores vinculados às suas partes relacionadas (vide Nota Explicativa 11 – Partes relacionadas).

16. Financiamentos e empréstimos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição do grupo a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez, veja Nota Explicativa 27 – Instrumentos financeiros.

a. Composição da conta

Banco	Tipo	Index	Taxa de juros nominal	2011	2010
Banco do Brasil	Capital de giro	CDI	1,82% a 2,5% a.a.	170.728	81.261
Banco do Brasil	Capital de giro		7% a 8,7% a.a.	1.947	581
Banco do Brasil	Finame	TJLP	3,4% a.a.	1.238	1.827
Banco do Brasil	Finame		4,5% a.a.	1.419	1.893
Banco do Nordeste do Brasil	Capital de giro		10% a 15,21% a.a.	11.306	26.634
HSBC	Capital de giro	CDI	1,99% a.a.	-	6.096
HSBC	Capital de giro		13,35% a.a.	6.595	-
Safra	Capital de giro – swap	USD/CDI	1,9% a.a.	-	10.592
Safra	Capital de giro	CDI	2,42% a 2,67% a.a.	3.018	3.058
Safra	Capital de giro		16,35% a.a.	288	771
Citi	Garantida CDI	-		-	2.241
Citi	Capital de giro – swap	USD/CDI	2,52% a.a.	3.738	13.366
Santander Real	Capital de giro – swap	Tx fixa/CDI	2,4% a.a.	10.406	23.979
Santander Real	Compror CDI		1,98% a.a.	779	1.119
Santander Real	Capital de giro	CDI	2,4% a.a.	8.407	-
Itaú	Capital de giro – swap	USD/CDI	1,95% a.a.	27.274	-
Itaú	Capital de giro	CDI	1,95% a 3,67% a.a.	31.139	26.919
Itaú	Garantida CDI	-		4.897	4.920
BBM	Capital de giro	CDI	2,92% a.a.	-	1.218
Total de financiamentos e empréstimos				283.179	206.475
Circulante				155.499	121.591
Não circulante				127.680	84.884

A Companhia não possui linhas de crédito obtidas e não utilizadas. Não existem transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa e que estejam registradas na Demonstração do fluxo de caixa.

b. Por moeda

	2011	2010
Em moeda nacional – (R\$)	252.168	182.517
Em moeda estrangeira, dólar – (R\$)	31.011	23.958
Total	283.179	206.475

c. Cronograma de desembolso

Vencimentos	2011	2010
2011	-	121.591
2012	155.499	66.296
2013	81.071	12.956
2014	44.653	4.181
2015	1.530	1.271
Acima de 2015	426	180
Total	283.179	206.475

d. Avas e garantias

Em garantia ao financiamento junto ao Banco do Nordeste referente ao contrato nº. 16.2008.12524.2938, foram oferecidos os imóveis a seguir mencionados de propriedade de sua parte relacionada, Dugar Participações S.A. Esse contrato contempla uma cláusula de obrigatoriedade de constituição de um Fundo de liquidez, o qual deve ser mantido por toda a vigência do contrato, que se encerra em 2 de abril de 2015. Em 31 de dezembro de 2011 o saldo do Fundo de liquidez perfaz o montante de R\$ 1.642 registrado no grupo de Outros investimentos, no ativo circulante, conforme Nota Explicativa 6.

Apresentamos a seguir o detalhamento dos imóveis em 31 de dezembro de 2011:

Proprietário	Bens em garantia	Número de matrícula	Data de matrícula	Valor
Dugar Participações S.A.	Rua Tenente Lisboa, 1620	3.977	28/08/2008	238
Renda Participações S.A.	Rua Senador Pompeu, 1520	49.593	23/08/1990	3.308
Dugar Participações S.A.	Av. Francisco Cordeiro, 300	4.927	18/10/2007	14.622
Renda Participações S.A.	Av. Dom Manuel, s/n	29.572	18/09/2008	780
Dugar Participações S.A.	Rua Juvêncio Barroso, s/n	462	25/01/2008	878
Dugar Participações S.A.	Rua Tenente Lisboa, s/n	11.617	25/01/2008	3.017
Renda Participações S.A.	Rua General Sampaio, 1501	36.686	12/06/1986	119
Renda Participações S.A.	Rua General Sampaio, 1485	38.239	06/10/1986	186
Renda Participações S.A.	Av. Dom Manuel, 1020	72.206	17/09/2008	2.764
Renda Participações S.A.	Rua General Sampaio, 1505	1.636	05/06/1986	112
Dugar Participações S.A.	Av. Francisco Sá, 6200	64.997	11/02/2000	1.480
Total de imóveis				27.504

A Companhia não possui os imóveis relacionados acima sob sua propriedade (vide Notas Explicativas 11 e 12). Conforme contrato de compra e venda com sua parte relacionada Dugar Participações S.A., quando da transferência da propriedade dos bens para sua parte relacionada, esta passou a ser a fiadora desta garantia para a Pague Menos, sem a cobrança de valores. Para os financiamentos FINAME e FINAME Empresarial PSI do Banco do Brasil S.A. foram garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados e fianças dos Srs. Deusmar Queirós e Josué Ubiranilson e cônjuges. Para os empréstimos do Banco do Brasil S.A. (operações 160400989, 160401032, 160400996, 160401249 e 160401401), foram oferecidas garantias de Cessão de Direitos Creditórios – Faturas VISANET e fianças dos acionistas (Deusmar Queirós, Josué Ubiranilson e respectivos cônjuges).

e. Cláusulas restritivas

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos em contratos financeiros, são utilizadas cláusulas restritivas a título de covenants operacionais, em alguns contratos de dívida. A Companhia está cumprindo as cláusulas restritivas.

17. Arrendamentos mercantis**a. Operacionais**

• Arrendamentos como arrendatário

Os arrendamentos operacionais não canceláveis serão liquidados do seguinte fluxo de pagamento:

Vencimentos	Valores
2012	54.691
2013	46.745
2014	36.905
2015	25.836
2016	15.634
Após 2016	18.997
	198.808
Partes relacionadas	37.434
Terceiros	161.374
Total	198.808

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía 571 contratos de arrendamento operacional os quais se referem aos aluguéis de lojas, contratados junto a terceiros (405 contratos), incluindo os terrenos arrendados junto às suas partes relacionadas, Dugar Participações S.A. (152 contratos) e Renda Participações S.A. (14 contratos). Esses arrendamentos têm prazo de duração de 5 anos, com opção de renovação do arrendamento por igual período. Os pagamentos dos arrendamentos são reajustados periodicamente, de acordo com os aluguéis e práticas de mercado em que os imóveis estão situados. A projeção dos aluguéis foi apresentada pelo valor presente dos fluxos de caixa dos valores fixos considerando a data de vencimento individual de cada contrato, com exceção para a parte relacionada, Dugar Participações S.A., para a qual foi considerado o valor fixo dos imóveis de R\$ 5 (ver explicação do cálculo de aluguéis na Nota Explicativa 11). Para os contratos junto a terceiros utiliza-se o IGP-M projetado como taxa futura de desconto e, para as partes relacionadas a taxa de oportunidade da Companhia. Em 30 de junho de 2011 foram vendidos 130 terrenos em uso, conforme contrato de compra e venda de imóveis, entre a Companhia e sua parte relacionada Dugar Participações S.A., sobre os quais a Companhia detém 129 lojas de sua propriedade submetidas a contratos de aluguel junto à arrendadora, Dugar Participações S.A., cujos pagamentos têm vigência a partir de 1º de outubro de 2011, após o período de carência de três meses previsto em cláusula de contrato de aluguel entre as partes. A projeção acima demonstrada contempla os montantes destes aluguéis. Os arrendamentos das lojas contemplam terrenos e edificações. O aluguel pago ao arrendador da edificação é ajustado de acordo com os preços de mercado (atualizados pelo IGP-M ou IPC), em intervalos regulares, e a Companhia não participa no valor residual da edificação; foi determinado que, basicamente, todos os riscos e benefícios das edificações são do arrendador. Diante do exposto, a Companhia, em sua melhor avaliação, concluiu que os arrendamentos são operacionais. Foi reconhecido como despesa no resultado no exercício de 2011 o montante de R\$ 47.935, referente aos arrendamentos operacionais (R\$ 32.429 em 2010). Nos termos dos contratos de aluguéis, o montante de R\$ 6.654 foi reconhecido como despesa de manutenção no exercício de 2011, referente aos arrendamentos operacionais (R\$ 4.721 em 2010).

• Arrendamentos como arrendador

A Companhia arrendava suas propriedades para investimento mantidas sob arrendamentos operacionais até 30 de junho de 2011, quando foram vendidas, cujos efeitos estão mencionados na Nota Explicativa 12.

b. Financeiros

A Companhia possui ativos no montante de R\$ 1.356, composto de veículos e computadores obtidos por meio de contratos de arrendamento mercantil financeiro. Os contratos possuem prazo de duração de 3 anos, com cláusulas de opção de renovação, opção de compra e de reajustamento após esse período. O saldo de arrendamento financeiro em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 195, registrado no passivo circulante (R\$ 789 no passivo circulante e R\$ 194 no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2010).

18. Impostos e contribuições a recolher

	2011	2010
ICMS	26.399	21.642
IRPJ - Imposto de renda	2.551	6.147
CSLL - Contribuição social	918	2.276
Retenções de PIS e COFINS	69	47
IRRF	1.124	530
ISS	58	20
INSS	5.916	4.479
FGTS	1.894	1.406
Contribuição sindical - Empregados	58	56
	38.987	36.603

A Companhia atua em diversos Estados da Federação e o ICMS a recolher é decorrente das apurações com base no regime normal e/ou substituição tributária aplicados em cada Estado.

19. Programa de recuperação fiscal - REFIS

	2011	2010
INSS	590	4.929
PAES	-	144
Total	590	5.073

Em novembro de 2009, a Companhia aderiu ao Parcelamento Especial (PAES) de que trata o art. 1º da Lei nº. 10.684, de 30 de maio de 2003, visando regularizar os passivos existentes de PAES - Débitos não Previdenciários e Débitos Ordinários - Previdenciários. A adesão ao novo parcelamento foi deferida em 12 de dezembro de 2009. A adesão acarretou um efeito de R\$ 5.709 no resultado da Companhia findo em 31 de dezembro de 2009, reconhecido na conta de outras receitas operacionais, referente à redução de multas e juros, prevista na Lei nº. 11.941/09. Em decorrência deste reparcelamento a Companhia utilizou base negativa de contribuição social no valor de R\$ 6.002, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, para abatimento do saldo devedor remanescente. Em 29 de junho de 2011, a Receita Federal consolidou a débitos previdenciários dos contribuintes que entraram no Programa REFIS (Programa de Refinanciamento Fiscal), em novembro de 2009. Conforme REFIS, as dívidas fiscais e previdenciárias dos contribuintes poderiam ser consolidadas e pagas em várias prestações. Após a consolidação, houve cinco parcelas restantes devidas pela Pague Menos, no valor de R\$ 524 cada. A primeira parcela já foi paga em 29 de junho de 2011 e a última, em 28 de outubro de 2011. Além da dívida acima referida, atualmente quitada, remanesceram outros débitos previdenciários incluídos no REFIS, no montante de R\$ 581 a pagar em 161 parcelas no valor de R\$ 3,6 cada uma, atualizadas mensalmente. A primeira parcela também foi paga em 29 de junho de 2011.

20. Provisão para contingências

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e seguindo critério de reconhecimento das provisões estabelecido pelo CPC 25 (IAS 37), que determina que uma provisão deve ser reconhecida quando: i) a entidade tiver uma obrigação presente decorrente de um evento passado; ii) for provável que os recursos sejam exigidos para liquidar tal obrigação; e iii) o montante da obrigação puder ser estimado com suficiente segurança. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Companhia constituiu provisão para contingências mediante análises das demandas judiciais pendentes em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso.

a. Composição da conta

	2011	2010
Administrativas	71	71
Cíveis	507	690
Trabalhistas	3.629	4.321
Tributárias	445	85
	4.652	5.167

O saldo das contingências trabalhistas acima descritos é formado principalmente por causas cujos valores individuais são pulverizados e referem-se substancialmente a recursos de verbas rescisórias, horas extras, diferenças salariais, férias, FGTS e aviso prévio. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Companhia detinha demandas judiciais, classificadas por seus assessores jurídicos com risco de perda possível, no montante de R\$ 6.224 e R\$ 4.658, respectivamente.

b. Movimentação dos processos no exercício

	Saldo inicial 01/01/10	Adição a provisão	Reversão a provisão	Utilização da provisão	Saldo final 31/12/10
2010					
Administrativas	3	68	-	-	71
Cíveis	297	393	-	-	690
Trabalhistas	1.059	3.262	-	-	4.321
Tributárias	77	8	=	=	85
	1.436	3.731	=	=	5.167
	Saldo inicial 31/12/10	Adição a provisão	Reversão a provisão	Utilização da provisão	Saldo final 31/12/11
2011					
Administrativas	71	-	-	-	71
Cíveis	690	535	(718)	-	507
Trabalhistas	4.321	2.757	(3.204)	(245)	3.629
Tributárias	85	360	-	-	445
	5.167	3.652	(3.922)	(245)	4.652

21. Patrimônio líquido**a. Capital social**

O capital social autorizado, conforme reunião de Assembleia Geral Extraordinária - AGE, realizada em 4 de janeiro de 2007 era de 50.000.000 de ações ordinárias nominativas de valor nominal de R\$ 1,00 cada uma. Em 1º de março de 2011 ocorreu o desdobramento da totalidade das ações ordinárias em que se divide o capital social da Companhia à proporção de um terço. Cada ação ordinária da Companhia passou a ser representada por 3 (três) ações após o desdobramento, mediante a distribuição gratuita de 2 (duas) novas ações para cada ação existente, sem aumento do valor do capital social. Em 21 de junho de 2011 foi aprovada por unanimidade a proposta da Diretoria para aumento de capital social, sem aumento de número de ações, em R\$ 90.000, mediante a incorporação de parte do saldo existente a título de Reservas de lucros - Reserva de incentivos fiscais. Em 31 de dezembro de 2011 o capital social, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 150.000.000 de ações ordinárias escriturais sem valor nominal perfazendo um montante total de R\$ 140.000.

b. Reservas de lucros**• Reserva legal**

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Do resultado do exercício de 2010, o montante de R\$ 3.649 foi destinado para a constituição da reserva legal, conforme aprovado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 6 de julho de 2011. Para o exercício de 2011, o montante de R\$ 5.455 foi destinado para a constituição da reserva legal. Em 31 de dezembro de 2011 o saldo de reserva legal é de R\$ 10.633.

• Reserva de incentivo fiscal

É constituída a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para investimento recebidas pela Companhia, conforme detalhado em Nota Explicativa 23 - Subvenção governamental. Do saldo da Reserva de incentivo fiscal do exercício de 2010, o montante de R\$ 90.000 foi destinado para aumento do capital social, conforme aprovado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 6 de julho de 2011. A reserva de incentivo fiscal vem sendo constituída a partir de 2009 visto que no exercício de 2008 ocorreu um prejuízo. Em 2008, 2009, 2010 e 2011 foram apurados os montantes de R\$ 32.672, R\$ 39.255, R\$ 43.888 e R\$ 54.744. Do saldo acumulado em 2009 foram destinados apenas R\$ 25.993 do saldo remanescente dos Lucros /Prejuízos. No exercício de 2010, foram destinados para a reserva de incentivo fiscal o valor de R\$ 43.888 referente ao exercício corrente e ainda, R\$ 20.744 correspondente ao saldo remanescente dos exercícios anteriores. E por fim, em 2011, foi destinado R\$ 79.934, sendo que R\$ 54.744 apurado no ano corrente e R\$ 25.190 de saldos remanescentes dos exercícios anteriores. Desta forma o saldo de reserva de incentivos fiscais foi completamente destinado.

c. Ajuste de avaliação patrimonial

A reserva para ajuste de avaliação patrimonial inclui os ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição. Os valores registrados em ajuste de avaliação patrimonial são realizados em contrapartida da conta de Lucros acumulados, integral ou parcialmente, quando da depreciação ou alienação dos ativos a que elas se referem.

d. Remuneração aos acionistas (Dividendos e Juros sobre capital próprio)

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76, bem como a possibilidade de crédito aos acionistas na forma de juros sobre capital próprio, com observância dos limites previstos em Lei. O montante dos juros sobre capital próprio será atribuído ao dividendo obrigatório. Os dividendos referentes aos exercícios de 2011 e 2010 foram pagos em forma de Juros sobre capital próprio conforme previsto em estatuto social da Companhia. A Companhia efetuou no exercício o cálculo dos juros sobre capital próprio de acordo com os limites estabelecidos pela Lei nº. 9.249/95, e o montante creditado, por proposta do Conselho de Administração, para o exercício de 2011, foi de R\$ 8.748 (R\$ 4.726 em 2010). O valor correspondente foi contabilizado como despesa financeira para fins fiscais, porém para fins societários e contábeis, os juros sobre capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado (dividendos) diretamente no patrimônio líquido, não afetando o resultado do exercício, nos termos da Deliberação CVM 207/96. Conforme proposta da Diretoria, os acionistas deliberaram, por unanimidade, pela não distribuição de dividendos no montante mínimo definido no nosso estatuto social no momento de encerramento das demonstrações financeiras dos exercícios de 2010, 2009 e 2008. O dividendo foi limitado à forma de Juros sobre Capital Próprio pelo fato dos acionistas priorizarem reinvestir os valores na Companhia e possibilitar que a mesma tenha recursos para auxiliar o seu expressivo plano de expansão. Aliado a isto, os acionistas tencionaram buscar a melhora do índice de endividamento e formação de colchão de liquidez para possíveis momentos econômicos adversos. Não há provisão adicional para complemento da remuneração aos acionistas (dividendos obrigatórios) no exercício corrente de 2011. A distribuição de dividendos através dos juros sobre capital próprio já contempla o mínimo obrigatório, conforme demonstrado a seguir:

	2011
Lucro líquido do exercício	109.091
(-) Reserva legal	(5.455)
(-) Reserva de incentivo fiscal	(79.934)
Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios	23.702
Dividendos mínimos obrigatórios	25%
Dividendo anual mínimo	5.925
Juros sobre capital próprio calculado em 2011	8.748

A parcela do dividendo excedente ao mínimo obrigatório o qual foi distribuído sob forma de Juros sobre capital próprio, declarada pela Administração após o exercício a que se referem as demonstrações financeiras, não deverá ser registrada como passivo nas respectivas demonstrações financeiras, devendo os efeitos da parcela dos dividendos complementares ser divulgados em nota explicativa. Portanto, em 31 de dezembro de 2011, o valor de R\$ 15.671 excedente ao Juros sobre capital próprio foi registrado no patrimônio líquido como "Dividendo adicional proposto".

22. Lucro líquido por ação

Conforme Nota Explicativa 21 - Patrimônio líquido, em 1º de março de 2011 ocorreu um desdobramento de ações na proporção de 1 para 3 cada (de 50.000.000 para 150.000.000 de ações). De acordo com os itens 64 e 65 do CPC 41 - Resultados por ação (IAS 33), o cálculo do resultado básico e diluído por ação deve ser ajustado para todos os exercícios apresentados retrospectivamente mesmo que essas alterações ocorram após a data do balanço, mas antes da autorização para emissão destas demonstrações financeiras. Portanto, o lucro por ação referente ao exercício comparativo foi apresentado em adequação a essa situação.

Lucro básico e diluído por ação

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e a respectiva quantidade média de ações ordinárias em circulação neste exercício, comparativamente com o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, conforme o quadro abaixo:

	2011	2010
Lucro atribuível aos acionistas - R\$	109.091	72.984
Quantidade média ponderada de ações durante o exercício (lote de mil)	150.000	150.000
Resultado por ação básico (lote de mil) - R\$	0,73	0,49

23. Subvenção governamental

A Companhia possui Regime Especial de Tributação (RTT) que dispõe acerca do Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicações (ICMS). A Companhia possui um regime especial de tributação de ICMS, concedido pelo Estado do Ceará, que implica na redução do ICMS devido, ao próprio Estado do Ceará, por substituição tributária nas operações dentro do Estado. O referido regime tem como objetivo substituir o ressarcimento que é garantido por lei para as mercadorias vendidas em outros Estados e garante que recolhemos o complemento de ICMS por uma carga líquida correspondente a 3,27%, 6% ou 8,5%, dependendo da alíquota dentro do Estado do Ceará aplicável à mercadoria (se 7%, 12% ou 17%, respectivamente). Tais percentuais substituem os percentuais de carga líquida, normalmente aplicáveis, previstos nos artigos 546 a 548-H do Decreto Cearense nº 24.569, de 31 de julho de 1997 (Regulamento do ICMS do Estado do Ceará), que são os seguintes: (i) de 2,7%, 4,7% ou 6,8%, dependendo da origem, para as mercadorias sujeitas à alíquota de 7%; (ii) de 4,6%, 8,1% ou 11,6%, dependendo da origem, para as mercadorias sujeitas à alíquota de 12%; e (iii) de 6,5%, 11,5% ou 16,5%, também a depender da origem, para as mercadorias sujeitas à alíquota de 17%. A Companhia tem cumprido as exigências básicas voltadas ao Termo de Acordo de Regime Especial de Tributação, que basicamente são aumento do volume de arrecadação do ICMS, incremento da geração de emprego e a observância quanto às vedações ao ressarcimento previsto no referido Termo de Acordo. Esses itens dependem basicamente da atuação da Companhia e temos atingido estas exigências anualmente. Esse Regime Especial de Tributação tratado como subvenção governamental é reconhecido no resultado como redutor do custo das mercadorias vendidas. Esta subvenção vem sendo concedida ao longo dos últimos 7 anos e sua última prorrogação foi em 16 de março de 2012 com vigência até 31 de maio de 2013. A Companhia apurou o montante de R\$ 54.744 de subvenções governamentais no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 43.888 no exercício findo em 31 de dezembro de 2010). A Companhia não foi beneficiada por outras subvenções governamentais no exercício comparativo a 2011.

24. Receita operacional líquida

A receita da Companhia engloba o comércio varejista de medicamentos, perfumaria, produtos de higiene pessoal e de beleza, cosméticos e dermocosméticos, e como atividade secundária, o recebimento de contas como correspondente bancário. Abaixo, apresentamos a formação da Receita operacional líquida:

	2011	2010
Receita operacional bruta	2.874.898	2.235.222
Venda de mercadoria	2.861.708	2.224.676
Serviços prestados	13.190	10.546
Deduções	(91.769)	(67.644)
Impostos sobre vendas	(69.384)	(48.768)
Devoluções e abatimentos	(22.385)	(18.876)
Receita operacional líquida	2.783.129	2.167.578

A receita apresentada na Demonstração de Valor Adicionado – DVA na sessão de valores produzidos/gerados pela Companhia desconsidera os impostos sobre vendas, os quais são demonstrados na sessão de distribuição do valor adicionado.

25. Despesas com vendas, administrativas e gerais

Despesas com vendas	2011	2010
Veiculação, publicidade e produção	(22.392)	(20.079)
Patrocínio, shows e pesquisas	(2.339)	(1.661)

Taxas de administração de operadoras de cartões de crédito	(27.645)	(26.490)
Subtotal	(52.376)	(48.230)
Despesas administrativas e gerais		
Despesas com pessoal	(303.535)	(225.260)
Despesas com ocupação	(82.712)	(54.023)
Despesas com utilidades e serviços	(26.796)	(20.405)
Impostos, taxas e contribuições	(5.718)	(3.833)
Despesas gerais	(39.320)	(37.984)
Subtotal	(458.081)	(341.505)
Total	(510.457)	(389.735)

Até 31 de dezembro de 2011, em conformidade com o CPC 8 (R1) (IAS 39) - Custos de transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários, a Companhia capitalizou os gastos no total de R\$ 2.132, relacionados à oferta pública de ações, compondo o maior valor do saldo da conta de pagamentos antecipados no ativo circulante, que também é formado por outros pagamentos antecipados. Pelo contexto da Companhia, que se encontra em processo de abertura de capital, este saldo não possui comparabilidade com o exercício anterior.

26. Receitas financeiras e despesas financeiras reconhecidas na demonstração de resultados

	2011	2010
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	422	488
Receitas com operações de swap	6.095	-
Variação cambial	-	523
Juros sobre capital próprio	11	279
Variação monetária	678	4.197
Outros juros	96	46
Total de receita financeira	7.302	5.533
Despesas financeiras		
Juros de financiamentos e empréstimos	(29.553)	(23.753)
Despesas com operações de swap	(8.294)	(1.166)
Juros de fornecedores	-	(1)
Juros de arrendamentos mercantis	(118)	(34)
Juros de parcelamentos de impostos	(501)	(803)
Outros juros	(1.470)	(748)
Comissões e despesas bancárias	(530)	(519)
IOF	(3.448)	(1.089)
Ajustes a valores presentes	(38.709)	(26.141)
Variação cambial	(1.708)	-
Descontos concedidos	(175)	(66)
Total de despesa financeira	(84.506)	(54.320)
Despesas financeiras líquidas	(77.204)	(48.787)

27. Instrumentos financeiros e Gerenciamento de Risco

A Companhia possui instrumentos financeiros, sendo eles: aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e financiamentos e empréstimos. Também fazem parte da carteira de instrumentos financeiros as operações com derivativos.

Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco operacional.

Estrutura de gerenciamento de risco

O Conselho de Administração tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da Companhia de estrutura de gerenciamento de risco. O gerenciamento desses instrumentos é efetuado por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de treinamento e procedimentos de gestão, busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros estabelecidos em seus contratos de financiamento (cláusulas restritivas).

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrente de falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento.

Exposição a riscos de crédito

A Administração entende que a Pague Menos possui risco baixo de crédito, pois sua carteira de clientes é composta de consumidores finais e não possui nenhum cliente que exceda o limite de 10% de suas receitas e as suas vendas são efetuadas à vista, portanto, sem risco, bem como sua política de investimento em outras Sociedades representa uma parcela insignificante. Considerando o eventual risco decorrente do repasse das administradoras dos cartões de crédito, este é controlado diariamente através de um processo rigoroso de conferências entre o faturamento e o recebimento. A rede de farmácias Pague Menos atualmente trabalha com administradoras de cartões de primeira linha, logo, entende que o seu risco é baixo, além de que estas assumem total responsabilidade pelo repasse dos créditos. A Companhia limita sua exposição a riscos de crédito ao investir apenas em títulos líquidos e apenas em instituições financeiras de grande porte e de primeira linha. A Administração monitora ativamente as classificações de créditos e, uma vez que a Companhia tenha investido apenas em títulos com classificações altas de crédito, a Administração não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações, portanto, considera o risco de crédito insignificante.

• Contas a receber de clientes

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima de crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	2011	2010
Contas a receber de clientes	151.420	120.685
	151.420	120.685
A exposição máxima ao risco de crédito para empréstimos e recebíveis em 31 de dezembro de 2011 por tipo de contraparte foi:		
Cartões de crédito	139.732	113.960
Convênios	8.697	4.412
Comissões	3.095	2.313

Perdas por redução no valor recuperável	(104)	-
	151.420	120.685
Perdas por redução no valor recuperável		
A vencer	2011	2010
1 a 30 dias	79.609	73.645
31 a 60 dias	30.827	27.694
61 a 90 dias	20.339	6.748
Acima de 90 dias	8.957	5.873
Total	139.732	113.960

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, não existem saldos vencidos decorrentes de contas a receber de clientes. Além do fato pontual explicado na Nota Explicativa 7, a Companhia entende que não há necessidade de constituição de perda por redução ao valor recuperável adicional.

• Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia detinha alguns equivalentes de caixa de R\$ 19.309 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 8.720 em 31 de dezembro de 2010), os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. O caixa e equivalentes de caixa são mantidos junto a instituições financeiras, os quais possuem *ratings* abaixo listados:

Instituição financeira

Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Itaú Unibanco Holding S.A.

Banco Bradesco S.A.

Banco Santander Brasil S.A.

Banco do Brasil S.A.

Banco Safra S.A.

Ratings

- FITCH: LT FC Issuer Default BBB
- FITCH: LT FC Issuer Default BBB+
- FITCH: LT FC Issuer Default BBB+
- FITCH: LT FC Issuer Default BBB+
- FITCH: LT FC Issuer Default BBB
- FITCH: LT FC Issuer Default BBB-

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Pague Menos na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A Companhia utiliza o custeio baseado em atividades para precificar suas mercadorias e serviços, que auxilia no monitoramento de exigências de fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos. A Pague Menos faz um acompanhamento minucioso do nosso fluxo de caixa através de testes de estresses diários, o que permite não só o cumprimento das obrigações financeiras, bem como a realização de operações de curto prazo no mercado financeiro, rentabilizando assim nossas sobras de caixa. As maturidades contratuais dos principais instrumentos financeiros, incluindo eventuais juros reconhecidos até a data-base das demonstrações financeiras, estão demonstradas a seguir:

Em 31 de dezembro de 2011	Valor contábil	1 ano ou menos	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Caixa e equivalentes de caixa	19.309	19.309	-	-	-
Contas a receber de clientes	151.420	151.420	-	-	-
Fornecedores sem efeito do AVP (Nota 15)	431.653	431.653	-	-	-
Financiamentos e empréstimos (Nota 16)	283.179	155.612	80.958	46.183	426
Em 31 de dezembro de 2010	Valor contábil	1 ano ou menos	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Caixa e equivalentes de caixa	8.720	8.720	-	-	-
Contas a receber de clientes	120.685	120.685	-	-	-
Fornecedores sem efeito do AVP (Nota 15)	329.038	329.038	-	-	-
Financiamentos e empréstimos (Nota 16)	206.475	121.591	66.296	18.408	180

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e aumento nos preços das mercadorias, tenham impacto nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração entende que, no contexto da Pague Menos, o risco de mercado que se aplica refere-se ao risco relacionado à taxa de juros e de câmbio, já que o risco relacionado ao aumento dos preços das mercadorias junto aos fornecedores e laboratórios está mitigado, pois a situação é controlada pela Câmara de regulação do mercado de medicamentos - CMED, ou seja, o aumento de preços ocorre apenas anualmente. A Companhia adota uma política de balancear suas transações atreladas a taxas de juros fixas e variáveis nos seus contratos de empréstimos, para que não haja uma exposição significativa. Os empréstimos e financiamentos atrelados a taxas de juros variáveis e aos *swaps* são monitorados através de análises de sensibilidade.

• Risco cambial

Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações significativas, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente do dólar norte-americano (USD), que encerrou o exercício em 31 de dezembro de 2011, com a variação positiva de 12,58% em relação à última cotação do exercício de 2010. Como estratégia para prevenção e redução dos efeitos da flutuação da taxa de câmbio, a Administração contrata instrumentos financeiros derivativos, suscetíveis também à variação cambial. A Administração contrata instrumentos financeiros para eliminar sua exposição aos riscos de câmbio, que estão demonstrados a seguir:

Moeda dólar	2011	2010
Ativos em moeda estrangeira (a)	-	-
Passivos em moeda estrangeira (b)	(16.532)	(14.379)
Déficit apurado (a-b)	(16.532)	(14.379)

Para fins de atendimento à Deliberação CVM nº. 475, de 17 de outubro de 2008, dada a exposição do risco de oscilação da cotação, a Companhia apresenta abaixo três cenários de variação do dólar e os respectivos resultados futuros que seriam gerados a partir da posição de 31 de dezembro de 2011, que utiliza o dólar PTAX médio de R\$ 1,8758. São eles: (i) cenário provável e que é adotado pela Companhia: cotação do dólar futuro de R\$ 1,9600, em 31 de dezembro de 2011; (ii) cenário possível: conforme determina a deliberação da CVM, o cenário é construído considerando um aumento de 25% na cotação do dólar, passando para R\$ 2,45; e (iii) cenário remoto: ainda de acordo com a norma da CVM, neste cenário a cotação do dólar é elevada em 50% da utilizada no cenário provável, passando a R\$ 2,94.

Análise de sensibilidade

Em 31 de dezembro de 2011: Abaixo demonstramos a variação do déficit no valor de US\$ 16.532 mil, em 31 de dezembro de 2011 conforme os cenários demonstrados acima.

Transação	Risco	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
	US\$ 16,532 mil	Câmbio de 1.96	Câmbio de 2.45	Câmbio de 2.94
Despesa financeira	Alta do US\$	-	(8,101)	(16,202)

• Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas, e em determinadas circunstâncias são efetuadas operações de *hedge* para travar o custo financeiro das operações.

As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia. Abaixo demonstramos os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia, atreladas ao CDI. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada em dois cenários além do provável. Apresentamos um cenário com taxas nominais verificadas em 31 de dezembro de 2011 (saldo contábil tendo por base o CDI de 11,64% a.a.) e o cenário provável considerado pela Administração, que corresponde à projeção do CDI e TJLP para 31 de dezembro de 2011, de acordo com a curva de juros da BM&F (10,04% a.a para o CDI) e ainda mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II) dos indexadores.

Análise de sensibilidade

A seguir, demonstramos os efeitos no resultado em função das apreciações:

Instituições financeiras e modalidades	Risco (taxa)	Saldo contábil	Cenário provável	Cenário I 25%	Cenário II 50%
CDI					
Financiamentos e empréstimos	Alta do CDI	216.961	(3.452)	(1.963)	(7.378)
Financiamentos e empréstimos (com swap)	Alta do CDI	44.723	(716)	(407)	(1.530)

Pelas análises efetuadas, a Companhia apuraria uma despesa nos cenários Provável, I e II. A Companhia não sensibiliza a exposição da dívida em TJLP por considerar que as análises de sensibilidades não são representativas. O saldo da dívida exposto em TJLP é de R\$ 1.238 em 31 de dezembro de 2011. A administração não utiliza este saldo para administrar os riscos financeiros da Companhia.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo da Pague Menos é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. A principal responsabilidade para o desenvolvimento e a implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- Exigências para a reconciliação e o monitoramento de operações;
- Cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- Documentação de controles e procedimentos;
- Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- Treinamento e desenvolvimento profissional;
- Padrões éticos e comerciais.

O cumprimento das normas da Companhia é apoiado por um programa de análises periódicas de responsabilidade do Departamento de Qualidade.

Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora o retorno sobre o capital, que foi definido como os resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Diretoria monitora o nível de dividendos para seus acionistas. A Administração não possui planos relacionados à remuneração de seus empregados por meio de pagamento baseado em ações ou opções. A Diretoria procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Não houve alterações na abordagem da Companhia à administração de capital durante o exercício. A Companhia não está sujeita às exigências externas de capital.

Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros

Os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 estão identificados a seguir:

Descrição	2011		2010	
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalente de caixa	19.309	19.309	8.720	8.720
Arrecadação de recursos de terceiros	9.602	9.602	11.763	11.763
Contas a receber de clientes	151.566	151.566	120.685	120.685
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado				
Fornecedores	(365.146)	(365.146)	(291.832)	(291.832)
Financiamentos e empréstimos	(283.179)	(284.770)	(206.475)	(203.923)
Valor justo por meio do resultado				
Instrumentos financeiros derivativos	(2.790)	(2.790)	(1.166)	(1.166)

Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos (fair value)

Caixa e equivalentes de caixa

São classificados como ativos financeiros com alta liquidez e são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos são mensurados pelo custo amortizado que são obtidos com base nas cotações divulgadas pelos administradores. O valor justo reflete o valor registrado no balanço patrimonial.

Arrecadação de recursos de terceiros

Correspondem aos valores recebidos na atividade de correspondente bancário, em que a Companhia recebe o valor das contas pagas por consumidores, em nossa rede de farmácias, que precisam ser repassadas para o titular do direito, em média, em 3 dias. Estima-se que o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo, dado o curtíssimo prazo das operações realizadas.

Contas a receber de clientes

Decorrem diretamente das operações da Companhia e estão registradas pelos seus valores originais, sujeitos a perda por redução ao valor recuperável e ajuste a valor presente, quando aplicável. Estima-se que o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo, dado o curto prazo das operações realizadas.

Fornecedores

Decorrem diretamente das operações da Companhia, são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço patrimonial, bem como ajustados a valor presente. A Administração entende que o valor contábil não diverge substancialmente do valor justo.

Financiamentos e empréstimos

Os valores dos financiamentos atrelados a TJLP e ao CDI aproximam-se dos valores de exigibilidade registrados nas demonstrações financeiras em virtude dessas taxas serem pós-fixadas, mesmo considerando os casos onde há uma taxa fixa adicional. No caso dos financiamentos prefixados, o valor justo foi determinado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa média de mercado dos juros, correspondente aos demais empréstimos, apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2 - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Descrição	2011		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Instrumentos financeiros derivativos	-	(2.790)	-

O valor justo dos instrumentos financeiros foi obtido por meio de projeções dos fluxos de caixa futuros, descontados a valor presente, por moedas e índices de mercado cotados em bolsas de valores. Os ganhos ou perdas totais dos instrumentos financeiros derivativos classificados no nível 2, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foram reconhecidos no resultado do exercício e estão apresentados na demonstração de resultado, nas contas de receitas e despesas com operações de *swap*, para passivos mantidos na data das demonstrações financeiras (vide Nota Explicativa 26). A análise de sensibilidade desses instrumentos está apresentada a seguir nesta Nota Explicativa.

Instrumentos financeiros derivativos

As operações com *swap* estão impactando o grupo de Financiamentos e empréstimos (vide Nota Explicativa 19) com seus efeitos registrados nas receitas e despesas financeiras (vide Nota Explicativa 26).

Swap 1

Tem por objetivo proteger suas obrigações indexadas ao dólar americano contra oscilações dos juros brasileiros. Basicamente, a Companhia realizou *swap* de suas obrigações indexadas ao dólar, no qual recebe juros de 3,76% a.a. sobre o valor nominal em dólar (ponta ativa) e paga 2,52% de taxa mais o Certificado de Depósito Interbancário - CDI sobre o valor de referência em reais na data da contratação (ponta passiva). O valor de referência deste *swap* em 31 de dezembro de 2011 é de US\$ 2.500 (em 31 de dezembro de 2010, é de US\$ 7.500). Os ganhos e perdas deste contrato estão diretamente relacionados às oscilações de câmbio (dólar) e do CDI e são registrados no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2011, o efeito no resultado foi de R\$ 1.257.

Operações em aberto Swap 1

Em 31 de dezembro de 2011, a posição desses contratos é a seguinte:

Data de Vencimento	Contrapartes	Valor de referência	Valor de	Valorização 2011 R\$		Valor Justo
		US\$ (31/12/2011)	referência R\$ (31/12/2011)	Posição Ativa	Posição Passiva	
23/05/2012	Citibank	2.500	4.324	4.700	4.409	291

Swap 2

Tem por objetivo proteger suas obrigações indexadas ao dólar americano contra oscilações dos juros brasileiros. Basicamente, a Companhia realizou *swap* de suas obrigações indexadas ao dólar, no qual recebe juros variáveis de 1,52% a 3,21% a.a. sobre o valor nominal em dólar (ponta ativa) e paga 1,92% a 1,95% a.a. de taxa mais o Certificado de Depósito Interbancário - CDI sobre o valor de referência em reais na data da contratação (ponta passiva). Não há saldo de referência destes *swap*, em 31 de dezembro de 2011 (em 31 de dezembro de 2010 é de US\$ 5.923). Os ganhos e perdas deste contrato estão diretamente relacionados às oscilações de câmbio (dólar) e do CDI e são registrados nas respectivas receitas ou despesas financeiras. O efeito no resultado do exercício foi de R\$ 16.

Swap 3

Tem por objetivo proteger seu endividamento contra oscilações dos juros brasileiros. Basicamente, a Companhia realizou *swaps* de suas obrigações indexadas com juros fixos de 13,39% e 13,78% a.a. sobre o valor nominal em reais (ponta ativa) para juros de 2,4% a.a. mais a variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI sobre o mesmo valor de referência em reais na data da contratação (ponta passiva). O valor de referência destes *swaps*, em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 3.248 e R\$ 7.105 (em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 8.815 e R\$ 15.000), respectivamente. Os ganhos e perdas destes contratos estão diretamente relacionados às oscilações de taxa fixa e do CDI e são registrados no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2011, o efeito no resultado foi de R\$ 27.

Operações em aberto Swap 3

Em 31 de dezembro de 2011, a posição desses contratos é a seguinte:

Data de Vencimento	Contrapartes	Valor de referência R\$ (31/12/2011)	Valorização 2011 R\$		Valor Justo
			Posição Ativa	Posição Passiva	
17/07/2012	Santander	3.248	3.261	3.263	(2)
10/09/2012	Santander	7.105	7.158	7.159	(1)
Total					(3)

Swap 4

Tem por objetivo proteger suas obrigações indexadas ao dólar americano contra oscilações dos juros brasileiros. Basicamente, a Companhia realizou *swaps* de suas obrigações indexadas ao dólar, nos quais recebe juros variáveis de 3,11% a.a. sobre o valor nominal em dólar (ponta ativa) e paga 1,95% a.a. de taxa mais o Certificado de Depósito Interbancário - CDI sobre o valor de referência em reais na data da contratação (ponta passiva). Os valores de referência destes *swaps*, em 31 de dezembro de 2011, são de US\$ 5.005 e US\$ 9.980, respectivamente. Os ganhos e perdas destes contratos estão diretamente relacionados às oscilações de câmbio (dólar) e do CDI e são registrados no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2011, o efeito no resultado foi de R\$ 4.315.

Operações em aberto Swap 4

Em 31 de dezembro de 2011, a posição desses contratos é a seguinte:

Data de Vencimento	Contrapartes	Valor de referência US\$ (31/12/2011)	Valor de referência R\$ (31/12/2011)	Valorização 2011 R\$		Valor Justo
				Posição Ativa	Posição Passiva	
24/03/2014	Itaú BBA S.A.	5.005	8.333	9.398	8.359	1.039
07/02/2014	Itaú BBA S.A.	9.980	16.667	19.034	17.571	1.463
Total						2.502

28. Cobertura de seguros (não auditado)

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de um exame das demonstrações financeiras. Consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 18.806 e R\$ 114.100, respectivamente, para danos materiais. Em 31 de dezembro de 2011, as apólices eram formadas pelas coberturas dos imóveis da Companhia e, no exercício de 2011, apenas por coberturas de danos materiais nos veículos e na aeronave da Companhia (ver explicação das vendas dos imóveis nas Notas Explicativas 12 e 13).

29. Eventos subsequentes

• Contratação de Financiamentos e Empréstimos

Em 20 de janeiro de 2012, a Companhia contratou empréstimo com o Banco Itaú BBA S.A. no montante de R\$ 20.000, equivalente a US\$ 11.331.445. Este empréstimo possui vencimento em 20 de janeiro de 2015, a ser pago em 6 parcelas semestrais e vinculado a uma operação de *swap* de mesmo montante, tendo como garantia a fiança do acionista Deusmar Queirós. Em 31 de janeiro de 2012, a Companhia contratou um empréstimo com o Banco do Brasil S.A. no montante de R\$ 30.000 com vencimento em 15 de dezembro de 2014, a ser pago em 30 parcelas mensais, tendo como garantias Cessão de Direitos Creditórios - Faturas VISANET e fianças dos acionistas (Deusmar Queirós, Josué Ubiranilson e respectivos cônjuges). A contratação destes dois empréstimos faz parte da gestão do fluxo de caixa da Companhia para suportar o seu plano de expansão no exercício de 2012.

• Construção do novo Centro de Distribuição

A Companhia após realizar estudos e análises detalhadas sobre recursos, condições, potencialidades técnicas, econômicas e regionais geográficas, condições logísticas, aspectos mercadológicos e humanos, firmou junto ao governo de Goiás um protocolo de intenções para a implantação de um Centro de Distribuição e Logística na BR-153, KM 518, na cidade de Hidrolândia, distante 37,5 km de Goiânia. Em reunião do CONDEL/FCO - Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste em 8 de fevereiro, a Companhia teve a carta-consulta aprovada para pleito de financiamento junto ao FCO (Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste) no valor de R\$ 37.450. Os demais R\$ 16.100 virão de recursos próprios, totalizando um investimento total de R\$53.550.

Francisco Deusmar de Queirós

Presidente

Josué Ubiraniilson Alves

Diretor Vice-presidente

Armando Lima Caminha Filho

Diretor financeiro

Carlos Henrique Alves de Queirós

Diretor de expansão e novos negócios

Mario Henrique Alves de Queirós

Diretor de Planejamento e Relações com investidores

Patriciana Maria de Queirós Rodrigues

Diretora comercial

Edson de Arruda Camara Júnior

Diretor de operações

Pedro Ronaldo de Carvalho Praxedes

Diretor de sistemas e logística

Marcos Ezequias Cavalcante Costa

Contador CRC CE 8408

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO.

*** **

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A
CNPJ Nº 07.237.373/0001-20 NIRE: 23300006178**AVISO AOS ACIONISTAS**

Comunicamos aos Senhores Acionistas que o Conselho de Administração do Banco do Nordeste, em reunião realizada em 30/03/2012, aprovou o pagamento de juros sobre o capital próprio (JCP) complementares do exercício de 2011 no valor de R\$7.048.312,99. Levando-se em conta o pagamento antecipado dos dividendos e juros sobre o capital próprio realizados em agosto de 2011, os valores distribuídos representam um payout de 50% sobre o resultado do exercício de 2011, sendo os valores por ação descritos abaixo:

	Ação Ordinária (ON)	Ação Preferencial (PN)
Juros sobre o Capital Próprio (JCP)	0,079516354488	0,08746798998

Data e Forma de Pagamento

- por crédito em conta corrente, disponível em 17/04/2012;
- por caixa, disponível a partir de 17/04/2012;
- os JCP relativos às ações custodiadas na BM&F BOVESPA serão pagos à mesma, em 17/04/2012, que os repassará aos acionistas titulares por intermédio das corretoras depositantes.

IRRF

Haverá retenção de imposto de renda na fonte sobre o valor nominal do JCP de acordo com a legislação vigente, exceto para os acionistas dispensados da referida tributação e que comprovem esta condição até 11/04/2012.

Base de Cálculo

- as ações negociadas até 30.03.2012 farão jus aos JCP declarados;
- a partir de 02.04.2012, os negócios com ações deste Banco deverão ser realizados "ex-juros sobre o capital próprio";
- os processos referentes às negociações realizadas até o dia 30.03.2012 deverão ser entregues neste Banco, até o dia 11.04.2012, para que os benefícios sejam pagos aos respectivos cessionários. Os processos de transferências entregues após 11.04.2012, bem como os inadequadamente instruídos, terão os JCP pagos aos respectivos cedentes;
- com vistas à preparação dos cálculos e atribuição dos citados JCP, estarão suspensas as transferências de ações no período de 02.04.2012 a 17.04.2012;
- os JCP foram atualizados pela Taxa Selic de 31.12.2011 até 30.03.2012;
- os JCP serão atualizados pela Taxa Selic de 30.03.2012 até 16.04.2012 para o pagamento.

Atualização Cadastral

Comunicamos, ainda, que os acionistas deverão atualizar os seus registros cadastrais, em quaisquer de nossas agências, devendo ser apresentadas cópias dos documentos CPF, Identidade e comprovante de endereço, se pessoa física, ou contrato social/estatuto e prova de representação, se pessoa jurídica.

Atendimento ao Investidor

Para maiores esclarecimentos entrar em contato com o Ambiente de Relacionamento com Investidores e Mercado Financeiro – telefone (85) 3299-5188 ou pela caixa postal institucional ri@bnb.gov.br.

Fortaleza (CE), 02 de abril de 2012.

Fernando Passos
Diretor de Relações com Investidores

*** **

NOVA SÃO LUÍS PROJETOS TURÍSTICOS E ECOLÓGICOS S.A. - NIRE: 23.3.0002898-8 - CNPJ: 10.962.148/0001-60 - **EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA** - Ficam convocados os acionistas de **NOVA SÃO LUÍS PROJETOS TURÍSTICOS E ECOLÓGICOS S.A.**, para participar da Assembléia Geral Extraordinária, a se realizar na Av. Santos Dumont, n.º 2.122 / 20.º Andar, Aldeota, Fortaleza, Ceará, CEP. 60.150-161, ao dia 12 de abril de 2012 (quinta-feira), às 9 horas, em primeira convocação, instalando-se com a presença dos acionistas representando no mínimo 1/4 (um quarto) do capital social, com direito a voto, a fim de se deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) ratificação da nomeação de Luis Farriols Moreno ao cargo de Diretor Superintendente; (ii) alteração do endereço da sede social, com a consequente modificação do artigo 2.º do Estatuto Social; e (iii) aumento do capital social, mediante a emissão de novas ações ordinárias e a consequente modificação do artigo 5.º do Estatuto Social. Fortaleza, 27 de março de 2012. **MODESTO BATLLE BLANCO** - Diretor Presidente.



VICUNHA TÊXTIL S.A.

CNPJ nº 07.332.190/0001-93

NOSSAS AÇÕES
SÃO NEGOCIADAS
NAS BOLSAS DE VALORES



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Vicunha Têxtil S.A. submete para a apreciação de seus acionistas o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, em conformidade com as normas internacionais contábeis (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

Mensagem da Administração

O ano de 2011 representou um grande desafio para a Vicunha. O foco da Companhia na melhoria contínua, inovação e presença no mercado internacional possibilitou a superação de diversos obstáculos que surgiram durante o exercício, entre os quais se destacam:

- A apreciação do Real frente ao Dólar nos últimos anos reduziu a competitividade das nossas exportações, além de viabilizar a entrada de produtos importados no país e aumentar a concorrência no mercado interno. Como resultado, observamos em 2011 um déficit de US\$ 4,7 bilhões na balança comercial brasileira de produtos têxteis e confeccionados.
- A crise econômica vivenciada em alguns países europeus prejudicou a atuação da Companhia através da sua subsidiária sediada na Suíça.
- A instabilidade no preço da nossa principal matéria-prima, o algodão, contribuiu para o desaquecimento do consumo no mercado interno, sobretudo no segundo semestre de 2011.
- Perda de competitividade no negócio de fios, decorrente da instabilidade no preço de sua principal matéria-prima, do baixo volume de produção e das importações, acarretando em resultado negativo operacional de R\$ 14 milhões (2010: resultado positivo operacional de R\$ 3 milhões). Diante dos resultados, a Administração vem analisando a verticalização da unidade fabril de fios para o atendimento exclusivo dos negócios de índigo e brim.

Apesar do cenário adverso, a Companhia registrou em 2011 um lucro líquido de R\$ 80 milhões, uma melhora significativa se comparado ao exercício anterior, quando apresentou um lucro líquido de R\$ 70 milhões.

O aumento da lucratividade consolida o sucesso da estratégia e do plano de ações conduzido pela Administração desde 2009. Dentre as principais ações, que visaram o fortalecimento de sua atuação no mercado nacional e internacional, destacam-se:

- O foco da Administração nos seus principais negócios de atuação: tecidos índigos e brins.
- A venda dos negócios malharia e poliéster.
- A transferência para uma subsidiária do grupo da operação de fibra de viscose, possibilitando foco e independência na gestão deste negócio.
- Segregação dos imóveis não operacionais em uma subsidiária integral criada exclusivamente para gestão desses ativos.
- Expansão internacional, com aumento de produção no Equador e aquisição de três empresas que compõem uma unidade fabril na Argentina.

Como reflexo dessa reestruturação, os indicadores da Companhia nos negócios de índigo e brim apresentaram uma expressiva melhora. O faturamento líquido atingiu R\$ 1.004 milhões, um crescimento de 12% quando comparado a 2010 (R\$ 894 milhões). O lucro bruto totalizou R\$ 301 milhões, representando um aumento de 11% se comparado ao exercício anterior, quando apresentou R\$ 270 milhões. O EBITDA dos negócios alcançou R\$ 177 milhões, representando uma margem de 18%.

Investimentos

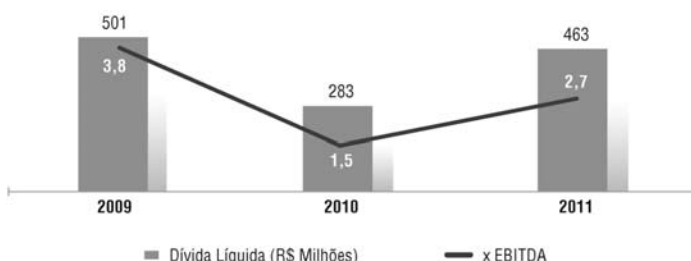
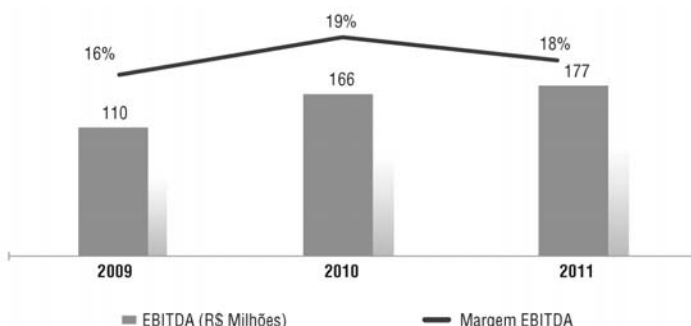
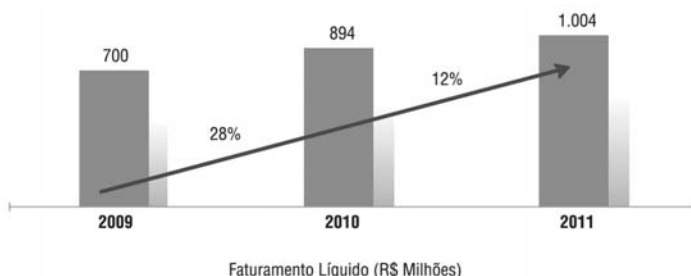
A Companhia está realizando significativos investimentos, entre os quais se destacam:

- Projeto de modernização das unidades fabris brasileiras instaladas no Nordeste (três no Ceará e uma no Rio Grande do Norte), com investimento total estimado de R\$ 430 milhões, dos quais R\$ 168 milhões foram investidos nos últimos dois anos e R\$ 157 milhões serão aplicados em 2012.
- Em 2011, a Companhia concluiu o projeto de duplicação da capacidade de produção de índigo na unidade instalada em Quito, no Equador, com investimento total de R\$ 45 milhões.
- Em agosto de 2011, a Companhia adquiriu as empresas integrantes do Grupo Ullum, na Argentina, que engloba Tintoreria Ullum S.A., Tejeduria Galicia S.A. e Tejeduria Panamá S.A., todas do segmento têxtil. O montante total estimado para aquisição mais investimentos para aumento, modernização e flexibilização da produção é de aproximadamente US\$ 60 milhões.

Endividamento

O endividamento líquido consolidado da Companhia atingiu R\$ 463 milhões no final do exercício, correspondendo a 2,7 vezes o EBITDA do período (em 2010, o endividamento líquido era de R\$ 283 milhões, representando 1,5 vezes o EBITDA). O aumento no endividamento é reflexo dos expressivos investimentos que a Companhia vem realizando no Brasil e na América Latina, estando de acordo com a estratégia de expansão e com o plano plurianual de investimentos em aumento, modernização e flexibilização de produção.

Balança Comercial do Setor Têxtil e de Confeção
(Em Milhões de Dólares)



Continuação do Balanço Patrimonial da VICUNHA TÊXTIL S.A.**Distribuição de dividendos**

Em 2011, a Administração provisionou R\$ 17,7 milhões de dividendos mínimos obrigatórios, sendo R\$ 13,1 milhões pagos a título de antecipação e R\$ 4,6 milhões a ser pago em 2012.

Adicionalmente, a Administração proporá, em Assembleia, distribuição de dividendos complementares no montante de R\$ 12,9 milhões, correspondendo a R\$ 0,28039 para cada ação ordinária nominativa e R\$ 0,33647 para cada ação preferencial nominativa.

Expectativas

Os investimentos no Brasil reforçam a importância da Companhia no mercado nacional de produção de tecidos índigos e brins. Além da modernização das unidades fabris já em operação no Nordeste do país, a Companhia vem analisando o projeto de expansão da capacidade produtiva, com a construção da nova unidade fabril no Mato Grosso.

Em âmbito internacional, com a operação da subsidiária no Equador e a recente aquisição na Argentina, a Companhia se prepara para consolidar sua produção e presença na América Latina.

Relacionamento com os auditores externos independentes

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003, a Companhia e suas controladas não contrataram serviços não relacionados à auditoria externa independente. A Companhia adota como política observar e atender às regulamentações que definem as restrições de serviços dos auditores independentes.

Declaração da Administração

O EBITDA representa o lucro líquido (prejuízo) antes do resultado financeiro, contribuição social e imposto de renda e depreciação e amortização. O EBITDA não deve ser considerado como uma alternativa para o lucro líquido (prejuízo), como um indicador de desempenho operacional da Companhia, ou uma alternativa para fluxo de caixa como um indicador de liquidez. A Administração da Companhia acredita que o EBITDA é uma medida prática para aferir seu desempenho operacional e permitir uma comparação com outras companhias. Entretanto, ressalta-se que o EBITDA não é uma medida estabelecida de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pode ser definido e calculado de maneira diversa por outras companhias.

Em observância às disposições constantes em instruções da CVM, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, autorizando a sua divulgação.

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos acionistas, clientes, fornecedores, instituições financeiras e entidades pela confiança, preferência, apoio e estímulo, à Diretoria e aos colaboradores pelo envolvimento, integridade e comprometimento, fatores que fazem da Vicunha Têxtil uma empresa líder, reconhecida nacional e internacionalmente pela inovação, qualidade, atendimento, e por sua responsabilidade social e ambiental.

Maracanaú, 30 de março de 2012.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		2011	2010	2011	2010
					Reapre-
					sentado
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.384	3.138	22.010	13.769
Aplicações financeiras	5	104.391	45.168	111.516	72.732
Contas a receber de clientes	6	322.521	277.253	330.981	286.962
Estoques	7	237.973	177.225	311.671	216.922
Dividendos a receber		1.606	1.339	-	-
Impostos a recuperar	8	25.552	9.401	39.035	10.331
Valores a receber	9	30.287	40.467	30.287	40.467
Operações com derivativos	21	8.394	-	8.394	-
Outras contas a receber		5.698	11.251	10.166	18.385
Total do ativo circulante		743.806	565.242	864.060	659.568
NÃO CIRCULANTE					
Aplicações financeiras	5	491	594	491	594
Impostos a recuperar	8	5.778	5.598	7.968	5.616
Depósitos judiciais		14.410	17.267	14.410	17.267
Partes relacionadas	10	186	14.943	186	14.827
Valores a receber	9	128.748	137.756	128.748	137.756
Operações com derivativos	21	2.136	-	2.136	-
Outras contas a receber		9.070	9.270	10.680	9.617
		160.819	185.428	164.619	185.677
Investimentos	14	347.375	326.965	22.630	22.982
Propriedades para investimentos	11	7.577	7.250	7.577	7.250
Imobilizado	12	450.998	373.516	770.530	661.774
Intangível	13	8.244	6.790	9.844	6.792
		814.194	714.521	810.581	698.798
Total do ativo não circulante		975.013	899.949	975.200	884.475
TOTAL DO ATIVO		1.718.819	1.465.191	1.839.260	1.544.043

Continuação do Balanço Patrimonial da VICUNHA TÊXTIL S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Em milhares de reais)

PASSIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		2011	2010	2011	2010
					Reapre- sentado
CIRCULANTE					
Fornecedores	15	41.522	28.191	49.111	34.124
Empréstimos e financiamentos	16	264.819	154.533	273.317	154.533
Salários, provisões e contribuições previdenciárias		18.433	16.739	21.775	17.177
Impostos a recolher		3.295	5.643	5.208	6.780
Dividendos a pagar	20	4.632	-	4.846	-
Impostos parcelados	17	51.669	49.434	51.669	49.434
Provisões diversas		12.186	15.844	14.120	15.844
Outras obrigações		19.976	17.947	26.850	23.921
Total do passivo circulante		416.532	288.331	446.896	301.813
NÃO CIRCULANTE					
Fornecedores	15	3.616	4.270	3.616	5.544
Empréstimos e financiamentos	16	264.939	173.737	334.595	215.392
Impostos a recolher		7.998	3.244	7.998	3.244
Impostos parcelados	17	57.465	74.052	57.465	74.052
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	66.751	62.207	70.625	66.146
Demandas judiciais e administrativas	19	19.067	28.230	19.067	28.230
Outras obrigações		3.425	376	14.036	10.499
Total do passivo não circulante		423.261	346.116	507.402	403.107
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	20	664.563	660.809	664.563	660.809
Reservas de capital		5.450	6.049	5.450	6.049
Reserva de lucros		91.146	54.931	91.146	54.931
Ajustes de avaliação patrimonial		116.837	114.681	116.837	114.681
Ajustes acumulados de conversão	20	1.030	(5.726)	1.030	(5.726)
Participação dos acionistas controladores		879.026	830.744	879.026	830.744
Participação dos acionistas não controladores		-	-	5.936	8.379
Total do patrimônio líquido		879.026	830.744	884.962	839.123
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.718.819	1.465.191	1.839.260	1.544.043

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2011	2010	2011	2010 Reapresentado
Receita líquida	23	952.291	901.995	1.070.957	974.760
Custo dos produtos vendidos	24	(697.628)	(652.991)	(761.402)	(685.379)
Lucro Bruto		254.663	249.004	309.555	289.381
Receitas (Despesas) operacionais					
Despesas com vendas	24	(77.211)	(65.253)	(97.987)	(81.308)
Despesas gerais e administrativas	24	(64.821)	(56.420)	(91.261)	(71.427)
Honorários da administração	10	(5.260)	(6.921)	(5.260)	(6.921)
Outras despesas operacionais líquidas	26	(878)	(5.098)	(1.590)	(6.594)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, equivalência patrimonial e impostos - operações continuadas		106.493	115.312	113.457	123.131
Receitas financeiras	25	73.143	33.552	73.840	33.857
Despesas financeiras	25	(74.655)	(75.749)	(79.544)	(77.350)
Variação cambial líquida	25	(22.323)	(325)	(23.371)	(2.985)
Despesas financeiras líquidas		(23.835)	(42.522)	(29.075)	(46.478)
Resultado de equivalência patrimonial	14	1.149	(3.589)	-	(3.007)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		83.807	69.201	84.382	73.646
Impostos de renda e contribuição social					
Corrente	18	(4.510)	(2.825)	(4.164)	(6.090)
Diferido	18	967	452	378	360
		(3.543)	(2.373)	(3.786)	(5.730)
Resultado líquido das operações continuadas		80.264	66.828	80.596	67.916
Resultado líquido das operações descontinuadas		-	2.684	-	2.684
Resultado líquido do exercício		80.264	69.512	80.596	70.600
Atribuído a sócios da empresa Controladora		-	-	80.264	69.512
Atribuído a sócios não controladores		-	-	332	1.088
Lucro líquido por ação básico - R\$					
ON	20	1,74	1,85	1,74	1,85
PN	20	2,09	2,22	2,09	2,22

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Continuação do Balanço Patrimonial da VICUNHA TÊXTIL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
				Reapre- sentado
Lucro líquido do exercício	80.264	69.512	80.596	70.600
Outros componentes de resultado abrangente				
Outros resultados abrangentes de controladas	3.473	7.066	2.047	9.874
Variação cambial investimento no exterior	6.756	73	7.269	(305)
Imposto de renda incentivado - CPC 07	(9.620)	-	(9.620)	-
Total do resultado abrangente do período	80.873	76.651	80.292	80.169
Atribuído a sócios da Controladora	-	-	80.873	76.651
Atribuído a sócios não controladores	-	-	(581)	3.518

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
				Reapre- sentado
Receitas (despesas)				
Vendas de mercadoria, produtos e serviços (deduzidas de devoluções e abatimentos)	1.116.198	1.231.432	1.265.048	1.324.407
Provisões/Reversão para créditos de liquidação duvidosa	(9.145)	22.345	(10.780)	21.629
Outras receitas operacionais	6.923	9.074	6.334	9.019
	1.113.976	1.262.851	1.260.602	1.355.055
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	520.601	598.192	581.400	630.580
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	213.089	230.983	234.388	245.208
Perda/recuperação de valores ativos	5.500	10.610	5.800	10.637
	739.190	839.785	821.588	886.425
Valor adicionado bruto	374.786	423.066	439.014	468.630
Retenções				
Depreciação e amortização	(37.695)	(43.450)	(47.851)	(48.583)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia e suas controladas	337.091	379.616	391.163	420.047
Valor adicionado Recebido em transferência				
Resultado de Equivalência Patrimonial	1.149	(3.589)	-	(3.007)
Receitas financeiras	144.313	66.904	145.010	67.209
	145.462	63.315	145.010	64.202
Valor adicionado total a distribuir	482.553	442.931	536.173	484.249
Distribuição do valor adicionado				
Empregados				
Pessoal e encargos	162.829	175.245	177.288	184.445
Imposto, taxas e contribuições				
Federais	53.653	63.639	83.852	87.891
Estaduais	8.170	17.194	8.170	17.194
Municipais	919	2.017	1.116	2.236
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros inclusive variação cambial	167.844	108.374	173.780	112.635
Aluguéis	8.874	6.950	11.371	9.248
Remuneração de capitais próprios				
Dividendos distribuídos	17.661	26.500	17.661	26.500
Dividendos propostos	12.939	30.000	12.939	30.000
Lucros retidos	49.664	13.012	49.664	13.012
Participação dos não controladores nos lucros retidos	-	-	332	1.088
	482.553	442.931	536.173	484.249

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Continuação do Balanço Patrimonial da VICUNHA TÊXTIL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
				Reapresentado
Fluxo de Caixa Proveniente das Operações				
Das Operações Sociais				
Resultado antes dos impostos	83.807	71.885	84.050	75.242
Participação de acionistas não controladores	-	-	332	1.088
Equivalência patrimonial	(1.149)	3.589	-	3.007
Baixa na alienação de bens	2.931	28.703	5.991	40.517
Baixa por conferência de bens	-	10.649	-	10.649
Baixa de investimentos	17	-	17	-
Provisão para perdas com imobilizado	-	474	-	474
Provisão para perdas com investimentos	2.434	1.719	2.795	1.719
Reversão da provisão para perdas com investimentos	(2.460)	(2.820)	(2.460)	(395)
Ganho de participação por integralização de capital	(3.882)	-	-	-
Depreciação e amortização	37.694	43.450	47.851	48.583
Variações monetárias, cambiais e juros, líquidas	(683)	1.578	27.820	1.449
Juros e variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	27.820	25.651	(4.182)	25.651
Juros sobre debêntures	-	8.743	-	8.743
Provisões para contingências cíveis e trabalhistas	(9.163)	3.159	(9.163)	3.159
Dividendos e Juros sobre capital próprio recebidos	56	48	-	-
	137.422	196.828	153.051	219.886
Redução (aumento) de ativos				
Aplicações financeiras	(59.120)	44.947	(38.681)	47.534
Contas a receber de clientes	(48.764)	37.165	(101.532)	40.284
Estoques	(59.915)	44.107	(92.422)	43.001
Impostos a recuperar	(2.969)	1.283	(16.158)	2.718
Valores a receber	34.520	(99.935)	35.346	(99.935)
Operações com derivativos	(10.530)	-	(10.530)	-
Depósitos judiciais	3.103	1.707	3.103	1.707
Outros ativos	6.321	3.726	7.743	(807)
	(137.354)	33.000	(213.131)	34.502
(Redução) aumento de passivos				
Fornecedores	7.402	(46.794)	63.084	(56.112)
Dividendos	-	-	22	(20)
Salários e encargos sociais	1.694	(5.975)	4.105	(5.749)
Tributos e contribuições	(24.720)	(35.919)	(24.627)	(38.603)
Adiantamento de clientes	(3.179)	1.228	(2.725)	501
Provisões diversas	(3.658)	5.282	(941)	5.282
Imposto de renda e contribuição social pagos	(5.604)	(252)	(5.604)	(252)
Outras contas a Pagar	5.085	(7.702)	4.105	(8.454)
	(22.980)	(90.132)	37.419	(103.407)
Recursos líquidos provenientes das (usados nas) atividades operacionais	(22.912)	139.696	(22.661)	150.981
Atividades de financiamento				
Empréstimos e financiamentos captados	348.245	189.299	384.744	189.299
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e Swap	(207.484)	(279.875)	(207.484)	(283.638)
Variação no mútuo com partes relacionadas	14.299	4	12.452	(18.161)
Pagamentos de debêntures	-	(220.874)	-	(220.874)
Dividendos pagos	(43.056)	(26.472)	(43.056)	(26.472)
Adiantamento para futuro aumento de capital	5.450	3.754	5.450	3.760
Patrimônio de minoritários na aquisição de controladas	-	-	-	4.373
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	32.907	(2.519)	32.907	(2.519)
Aquisição de controladas	-	-	(575)	(13.012)
Aumento de capital social	-	274.659	-	274.659
Recursos líquidos (usados nas) provenientes das atividades financeiras	150.361	(62.024)	184.438	(92.585)
Atividades de investimento				
No imobilizado	(115.166)	(52.944)	(148.107)	(61.086)
No investimento	(8.037)	(32.762)	(5.429)	-
Recursos líquidos usados nas atividades de investimentos	(123.203)	(85.706)	(153.536)	(61.086)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	4.246	(8.034)	8.241	(2.690)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	3.138	11.172	13.769	16.459
No final do exercício	7.384	3.138	22.010	13.769
	4.246	(8.034)	8.241	(2.690)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Continuação do Balanço Patrimonial da VICUNHA TÊXTIL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Em milhares de reais)

	Reserva de capital			Reserva de lucros							Patri- mônio líquido conso- lidado	
	Capital social	Adianta- mento para futuro	Divi- dendos adicionais	Reserva legal	Reserva estatutária para investi- mentos	Incentivos fiscais	Ajuste de avaliação patri- monial	Ajuste acumu- lado de conversão	Lucros acumu- lados	Patri- mônio líquido		Partici- pação de não con- troladores
Saldos em 31 de dezembro de 2009	1.097.061	-	5.212	-	-	-	111.699	(5.799)	(708.497)	499.676	488	500.164
Aumento de capital	274.659	-	-	-	-	-	-	-	-	274.659	-	274.659
Redução de capital social	(710.911)	-	(5.212)	-	-	-	-	-	716.123	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	3.754	-	-	-	-	-	-	-	3.754	-	3.754
Aquisição da controlada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
La Internacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.373	4.373
Resultado abrangente total	-	-	-	-	-	-	7.066	73	69.512	76.651	3.518	80.169
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	69.512	69.512	1.088	70.600
Outros resultados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
abrangentes	-	-	-	-	-	-	7.066	73	-	7.139	2.430	9.569
Ajuste de conversão	-	-	-	-	-	-	-	73	-	73	(378)	(305)
no período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros resultados abran- gentes de controladas	-	-	-	-	-	-	7.066	-	-	7.066	2.808	9.874
Realização da reserva	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
de reavaliação	-	-	-	-	-	-	(6.188)	-	6.188	-	-	-
Tributos s/realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	-	2.104	-	(2.104)	-	-	-
Incentivos fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
imposto de renda	-	-	2.295	-	-	-	-	-	-	2.295	-	2.295
Reserva legal	-	-	-	3.475	-	-	-	-	(3.475)	-	-	-
Reserva estatutária para investimento	-	-	-	-	21.456	-	-	-	(21.456)	-	-	-
Dividendos adicionais	-	-	-	-	-	-	-	-	(30.000)	-	-	-
propostos	-	-	-	30.000	-	-	-	-	(30.000)	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	(26.500)	(26.500)	-	(26.500)
Realização do diferido	-	-	-	-	-	-	-	-	209	209	-	209
Saldos em 31 de dezembro de 2010 (Reapresentado)	660.809	3.754	2.295	3.475	21.456	-	114.681	(5.726)	-	830.744	8.379	839.123

Continuação do Balanço Patrimonial da VICUNHA TÊXTIL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Em milhares de reais)

Notas	Reserva de capital			Reserva de lucros					Participação não controladores	Patrimônio líquido consolidado
	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Dividendos adicionais propostos	Reserva legal	Reserva estatutária investimentos	Incentivos fiscais	Ajuste de avaliação patrimonial	Ajuste acumulado de conversão	Lucros acumulados	Patrimônio líquido consolidado
Aumento de capital social	20 3.754	(3.754)	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	5.450	-	-	-	-	-	-	-	5.450
Perda de capital na mudança de participação da La Internacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de ações de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente total	-	-	-	-	-	-	3.473	6.756	70.644	80.873
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	80.264	80.264
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de conversão no período	-	-	-	-	-	-	3.473	6.756	(9.620)	609
Outros resultados abrangentes de controladas	-	-	-	-	-	-	-	6.756	-	7.269
Imposto de renda incentivado - CPC 07	-	-	-	-	-	-	3.473	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	-	(1.996)	-	(9.620)	(9.620)
Tributos s/realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	1.996	-
Transferência de incentivos fiscais de imposto de renda	-	-	-	-	-	-	679	-	(679)	-
Incentivos fiscais imposto de renda	-	(2.295)	-	-	-	2.295	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	9.620	-	-	-	-
Reserva estatutária para investimento	-	-	-	3.532	-	-	-	-	(3.532)	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	37.829	-	-	-	(37.829)	-
Dividendos distribuídos	-	-	12.939	-	-	-	-	-	(12.939)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	664.563	5.450	12.939	7.007	59.285	11.915	116.837	1.030	879.026	884.962

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Continuação do Balanço Patrimonial da VICUNHA TÊXTIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de reais)

1. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA E SUAS CONTROLADAS

A Vicunha Têxtil S.A. ("Controladora" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na Rodovia Dr. Mendel Steinbruch, s/nº, bloco 1 - Km. 9, na cidade de Maracanaú, Estado do Ceará, com operações concentradas na fabricação de índigo e brim, fios, fibras têxteis artificiais e sintéticas e artigos têxteis confeccionados à base de algodão para comercialização nos mercados interno e externo. A Companhia e suas controladas La Internacional S.A., Tintoreria Ullum S.A., Tejeduria Galicia S.A., Tejeduria Panamá S.A. e Vicunha Têxtil Argentina S.A. possuem parques industriais localizados no Brasil (Rio Grande do Norte e Ceará), Equador e Argentina.

As ações são negociadas na BM&F Bovespa sob códigos de negociação VINE3, VINE5 e VINE6.

Os projetos de construção e instalação dos parques industriais, localizados no nordeste do país, foram aprovados pela Agência do Desenvolvimento do Nordeste - ADENE (antiga SUDENE) e têm benefícios fiscais de redução da base do imposto de renda até 2013 (unidade de Pacajus - CE) e até 2017 (unidades de Maracanaú - CE e Natal - RN).

Eventos societários

Em julho de 2011, a Companhia e sua controlada Vicunha Têxtil Argentina S.A. adquiriram 5.315.000 ações do capital da empresa Tintoreria Ullum S.A., localizada na Argentina pelo montante de R\$ 3.253 (US\$ 2.084) equivalentes a 100% do seu capital social, sendo 78,96% de participação da Vicunha Têxtil S.A. e 21,04% de participação da controlada Vicunha Têxtil Argentina S.A. Esse investimento foi adquirido com R\$ 785 de ágio. Na avaliação preliminar da Companhia o ágio possui como fundamento econômico a perspectiva de rentabilidade futura.

Em julho de 2011, a Companhia e sua controlada Vicunha Têxtil Argentina S.A. adquiriram 1.000.000 ações do capital da empresa Tejeduria Galicia S.A., localizada na Argentina pelo montante de R\$ 999 (US\$ 640) equivalente a 100% do seu capital social, sendo 78,96% de participação da Vicunha Têxtil S.A. e 21,04% de participação da Vicunha Têxtil Argentina S.A. Esse investimento foi adquirido com R\$ 1.419 de ágio. Na avaliação preliminar da Companhia o ágio possui como fundamento econômico a perspectiva de rentabilidade futura.

Em julho de 2011, a Companhia e sua controlada Vicunha Têxtil Argentina S.A. adquiriram 2.000.000 ações do capital da empresa Tejeduria Panamá S.A., localizada na Argentina pelo montante de R\$ 2.574 (US\$ 1.649) equivalente a 100% do seu capital social, sendo 78,96% de participação da Vicunha Têxtil S.A. e 21,04% de participação da controlada Vicunha Têxtil Argentina S.A. Esse investimento foi adquirido com R\$ 3.778 de ágio. Na avaliação preliminar da Companhia o ágio possui como fundamento econômico a perspectiva de rentabilidade futura.

Em agosto de 2011, a Companhia adquiriu 188.670 ações do capital da controlada indireta Vicunha Têxtil Argentina S.A. (denominada Brastex S.A. até 25 de agosto de 2011), localizada na Argentina, pelo montante de R\$ 792, equivalentes a 9,93% do capital social dessa companhia. Esse investimento foi adquirido pelo seu valor patrimonial. Somando-se esta aquisição à participação já existente na controlada Nova Marajó S.A., a qual passou a deter 100% do capital da controlada.

Em dezembro de 2011, a Companhia adquiriu 1.330 ações do capital da controlada indireta Vicunha Têxtil Argentina S.A. pelo montante de R\$ 6, equivalentes a 0,07% do capital social dessa Companhia. Esse investimento foi adquirido pelo valor patrimonial.

Em dezembro de 2011, a Companhia integralizou capital na controlada Vicunha Têxtil Argentina S.A. no valor de R\$ 9.275 (US\$ 5.000), mediante emissão de 5.000.000 novas ações, passando a deter diretamente 75,22% do seu capital social. Essa integralização gerou um ganho de capital de R\$ 2.789.

O valor justo dos ativos e passivos identificáveis das empresas do Grupo Ullum na data da aquisição é apresentado a seguir:

	Tintoreria Ullum S.A.	Tejeduria Galícia S.A.	Tejeduria Panamá S.A.	Vicunha Têxtil Argentina S.A.
Ativos				
Circulante	5.137	3.930	1.702	54.158
Não circulante	1.643	474	678	230
	6.780	4.404	2.380	54.388
Passivos				
Circulante	3.516	4.373	3.332	46.255
Não circulante	794	451	252	158
Total dos ativos identificáveis líquidos	2.470	(420)	(1.204)	7.975
Ágio na aquisição	785	1.419	3.778	-
Total da contraprestação	3.255	999	2.574	7.975

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas premissas utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras tiveram como premissas fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para riscos tributários, cíveis e trabalhistas. Os valores contábeis de ativos e passivos reconhecidos que representam itens objeto de *hedge* a valor justo que, alternativamente, seriam contabilizados ao custo amortizado, são ajustados para demonstrar as variações nos valores justos atribuíveis aos riscos que estão sendo objeto de *hedge*.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

A Companhia está rerepresentando os saldos relativos às demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 para possibilitar a comparação com os saldos do exercício findo em 31 de dezembro de 2011. Os saldos do exercício anterior haviam sido consolidados considerando o exato percentual de participação da controladora em cada uma de suas controladas, não havendo, por consequência, o destaque da participação de não controladores no patrimônio líquido das controladas.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada em reunião da diretoria em 30 de março de 2012.

2.1 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Vicunha Têxtil S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2011 e 2010, respectivamente, apresentadas abaixo:

Razão social	País sede	Participação em			
		2011		2010	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Vicunha Europe S.à.r.l.	Suíça	100	-	100	-
Nova Marajó S.A.	Uruguai	100	-	100	-
Asaki Participações Ltda.	Brasil	100	-	100	-
La Internacional S.A.	Equador	88,42	-	71,56	-
Vicunha Distribuidora de Produtos Têxteis Ltda.	Brasil	99,90	-	99,90	-
Vicunha Têxtil Argentina S.A. (antiga Brastex S.A.)	Argentina	75,22	24,78	-	90
Tintoreria Ullum S.A.	Argentina	78,96	21,04	-	-
Tejeduria Galicia S.A.	Argentina	78,96	21,04	-	-
Tejeduria Panamá S.A.	Argentina	78,96	21,04	-	-
Vicunha USA, Inc.	Estados Unidos	-	-	-	100
Vicunha Ásia Têxteis International Trading Co., Ltd	China	-	100	-	100
Nova Marajó Trading Intermediary LLC	Estados Unidos	-	100	-	100
VTA Andina S.A.	Colômbia	-	-	-	95

Continuação do Balanço Patrimonial da VICUNHA TÊXTIL S.A.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, ou constituição, sendo esta a data na qual a Vicunha Têxtil S.A. obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo.

O resultado do exercício e cada componente dos outros resultados abrangentes (reconhecidos diretamente no patrimônio líquido) são atribuídos aos proprietários da controladora e à participação dos não controladores. Perdas são atribuídas à participação de não controladores, mesmo que resultem em um saldo negativo.

2.2 Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Controladora. Cada entidade determina sua própria moeda funcional, e naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do Real, as demonstrações financeiras são traduzidas para o real na data do fechamento.

2.2.1 Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço.

Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado.

2.2.2 Empresas do Grupo

Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio da data das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido. No momento da venda de uma controlada no exterior, o valor diferido acumulado reconhecido no patrimônio líquido, referente a essa controlada no exterior, é reconhecido na demonstração do resultado.

Eventual ágio na compra de uma controlada no exterior após 1º de janeiro de 2009 e eventuais ajustes a valor justo dos valores contábeis dos ativos e passivos resultantes da aquisição são tratados como ativos e passivos da controlada no exterior e convertidos na data do fechamento.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas consideram equivalentes de caixa um investimento de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.4 Contas a receber de clientes

As contas a receber são registradas pelo valor faturado, ajustadas ao valor presente, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia e de suas controladas.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa está constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e teve como critério a análise individual dos saldos de clientes com risco de inadimplência.

2.5 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor.

Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

Matérias-primas - custo de aquisição segundo o custo médio.

Produtos acabados e em elaboração - custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para a realização da venda e provisão para realização, quando aplicável.

Flutuação nos preços do algodão, principal insumo da Companhia

Uma parcela significativa do custo da Companhia e suas controladas é o algodão, *commodity* internacional que pode sofrer variações de preços significativas.

2.6 Investimentos em controladas

Os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. Nas demonstrações financeiras consolidadas, os investimentos em controladas são integralmente consolidados.

Com base no método da equivalência patrimonial, os investimentos nas controladas são contabilizados no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária nas controladas.

A demonstração do resultado reflete a parcela de participação da Controladora nos resultados das operações das controladas. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio da controlada, a Controladora reconhece sua parcela nas variações ocorridas e divulga esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Controladora e as controladas, são eliminados de acordo com a participação mantida nas controladas.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Controladora. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Controladora.

2.7 Imobilizado

Itens do ativo imobilizado são apresentados ao custo de aquisição ou construção e de reavaliação parcial registrada pela Controladora em 2006, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia e suas controladas reconhecem essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios de reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.8 Intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso,

Continuação do Balanço Patrimonial da VICUNHA TÊXTIL S.A.

sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.9 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio pago por expectativa de rentabilidade futura é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

2.10 Propriedades para investimentos e operações descontinuadas

Propriedades para investimentos são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo foi incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos; excluindo os custos do serviço diário da propriedade para investimento. A Companhia optou pelo método de custo para mensurar as propriedades para investimento após o reconhecimento inicial.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa.

Na demonstração consolidada do resultado do exercício, as receitas e despesas de operações descontinuadas, quando existem, são divulgadas em separado das demais receitas e despesas, depois da rubrica de lucros após impostos, mesmo quando a Companhia detiver participação não controladora após a venda. O lucro ou prejuízo resultante (após os impostos) é divulgado separadamente na demonstração do resultado.

Uma vez classificados como mantidos para venda, os ativos não são depreciados ou amortizados.

2.11 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

2.11.1 Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia e suas controladas são partes de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.11.2 Passivos contingentes reconhecidos em uma combinação de negócios

Um passivo contingente reconhecido em uma combinação de negócios é inicialmente mensurado ao valor justo.

Subsequentemente, é mensurado entre o maior de:

- o valor que seria reconhecido de acordo com a política contábil de provisões acima (CPC 25); ou
- o valor inicialmente reconhecido menos, quando for o caso, amortização acumulada reconhecida de acordo com a política de reconhecimento de receita (CPC 30).

2.12 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Reunião do Conselho de Administração e ratificada na próxima Ata da Assembleia Geral Ordinária.

2.13 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixas contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. A Companhia utiliza o WACC (*Weighted Average Cost of Capital*) como taxa de desconto.

2.14 Instrumentos financeiros**2.14.1 Ativos financeiros****Reconhecimento inicial e mensuração**

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de *hedge* eficazes, conforme a situação. A Companhia e suas controladas determinam a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando elas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, a data em que a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o bem.

Os ativos financeiros da Companhia e suas controladas incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e partes relacionadas, valores a receber e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pelas empresas do Grupo que não satisfazem os critérios para a contabilidade de *hedge*, definidos pelo CPC 38. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Continuação do Balanço Patrimonial da VICUNHA TÊXTIL S.A.

A Companhia e suas controladas avaliaram seus ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, pois pretendem negociá-los em um curto espaço de tempo. Quando a Companhia e suas controladas não estiverem em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da Administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas, a Companhia e suas controladas podem optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias. A reclassificação para empréstimos e contas a receber, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, depende da natureza do ativo. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia e suas controladas tiverem manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização dos juros efetivos é incluída na rubrica receitas financeiras, na demonstração do resultado. As perdas originadas da redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. Estes ativos financeiros incluem instrumentos patrimoniais e de títulos de dívida. Títulos de dívida nessa categoria são aqueles que se pretende manter por um período indefinido e que podem ser vendidos para atender às necessidades de liquidez ou em resposta às mudanças nas condições de mercado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente na reserva de disponíveis para venda dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

Quando o investimento é desreconhecido ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou as perdas cumulativos anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos no resultado.

O valor justo de ativos monetários disponíveis para a venda denominados em moeda estrangeira é mensurado nessa moeda estrangeira e convertido utilizando-se a taxa de câmbio à vista vigente na data de reporte das demonstrações financeiras. As variações do valor justo atribuíveis a diferenças de conversão que resultam de uma mudança do custo amortizado do ativo são reconhecidas no resultado, e as demais variações são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia e suas controladas transferiram os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repassar”; e (a) a Companhia e suas controladas transferiram substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia e suas controladas não transferiram nem retiveram substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiram o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia e suas controladas tiverem transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia e suas controladas com o ativo.

Nesse caso, a Companhia e suas controladas também reconhecem um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia e suas controladas mantiveram.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia e suas controladas, dos dois o menor.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas avaliam nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, *default* ou atraso de pagamento de juros ou principal pode ser indicada por uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*.

2.14.2 Passivos financeiros**Reconhecimento inicial e mensuração**

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. A Companhia e suas controladas determinam a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia e suas controladas incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras obrigações.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de *hedge* definidos pelo CPC 38 - Derivativos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (Baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Continuação do Balanço Patrimonial da VICUNHA TÊXTIL S.A.**2.14.3 Instrumentos financeiros - Apresentação líquida**

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.14.4 Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

2.15 Instrumentos financeiros derivativos**Reconhecimento inicial e mensuração subsequente**

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como *swaps* de taxa de moeda estrangeira para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio, o risco de variação dos preços de commodities e o risco de variação das taxas de juros. Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Companhia e suas controladas não possuíam instrumentos financeiros derivativos registrados segundo a contabilidade de *hedge* ("*hedge accounting*"), nem instrumentos financeiros com derivativos embutidos.

Classificação entre curto e longo prazo

Quando a Companhia mantiver um derivativo como *hedge* econômico por um período superior a 12 meses após a data do balanço, o derivativo é classificado como de longo prazo (ou segregado em parcela de curto e longo prazo), consistentemente com a classificação do item correspondente.

2.16 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e suas controladas e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

2.16.1 Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

2.16.2 Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.17 Impostos**2.17.1 Imposto de renda e contribuição social correntes**

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia e suas controladas operam e geram receita tributável.

2.17.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

2.17.3 Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.
- quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2.18 Subvenções governamentais

As filiais da Companhia, localizadas na região administrada pela Agência do Desenvolvimento do Nordeste - ADENE (antiga SUDENE), usufruem de incentivo fiscal federal, equivalente à redução fixa de 75% do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e adicionais não-restituíveis, calculado sobre o lucro de exploração. A Companhia registra o benefício fiscal reduzindo o montante correspondente da despesa e contas a pagar de imposto de renda. O valor da subvenção governamental não poderá ser distribuído ou de qualquer forma repassado aos acionistas, fazendo-se necessária a retenção, após trânsito pela demonstração do resultado, em conta apropriada de patrimônio líquido, para comprovação do atendimento dessa condição. Nessas situações, tal valor, após ter sido reconhecido na demonstração do resultado, é creditado à reserva própria (reserva de incentivos fiscais), a partir da conta de lucros ou prejuízos acumulados.

2.19 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo exercício, nos termos do CPC 41- Resultado por Ação e IAS 33 - Resultado por Ação.

Continuação do Balanço Patrimonial da VICUNHA TÊXTIL S.A.**2.20 Combinação de negócios**

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a Companhia mensura a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, quando existente, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Se a combinação de negócios for realizada em estágios, o valor justo na data de aquisição da participação societária previamente detida no capital da adquirida é reavaliado a valor justo na data de aquisição, sendo os impactos reconhecidos na demonstração do resultado.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela Companhia é reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo são reconhecidas de acordo com o CPC 38 na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, ela não é reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença é reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio faz parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada é incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

2.21 Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia e suas controladas que desenvolve atividades de negócio das quais se pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pelos Administradores da Companhia para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis. Os resultados de segmentos incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

2.22 Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Essas demonstrações são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme práticas contábeis adotadas no Brasil segundo o CPC, a legislação societária e as normas da CVM aplicáveis às companhias abertas, enquanto que, para IFRS, representam informação adicional.

2.23 Pronunciamentos do IFRS revisados em 2010

Em maio de 2010, o Conselho do IASB emitiu seu terceiro conjunto de emendas a suas normas, com o objetivo de eliminar inconsistências e esclarecer dúvidas na redação. Existem provisões de transição em separado para cada norma. A adoção das emendas descritas a seguir trouxe alterações às políticas contábeis; porém, não impactou o desempenho ou a situação financeira da Companhia e de suas controladas.

- IFRS 3 Combinações de Negócios: As opções de mensuração disponíveis para participação minoritária (NCI) receberam emendas. Somente os itens de NCI que constituem 100% de participação corrente que outorgam ao acionista uma parcela proporcional dos ativos líquidos da entidade no caso de dissolução da sociedade deverão ser mensurados por seu valor justo ou pela parcela proporcional dos instrumentos de participação dos ativos líquidos identificáveis da adquirida. Todos os outros itens devem ser mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição.

As emendas ao IFRS 3 entram em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de julho de 2011. Porém, a Companhia e suas controladas adotaram essas emendas a partir de 1º de janeiro de 2011 e modificaram sua política contábil, visto que a emenda foi emitida a fim de eliminar consequências indesejadas que podem advir da adoção do IFRS 3.

- IFRS 7 Instrumentos Financeiros - Divulgações: O objetivo desta emenda é simplificar a divulgação apresentada, através da redução no volume de divulgações no que se refere a garantias recebidas e melhoria nas divulgações, através da exigência de divulgação de informações qualitativas a fim de colocar as informações quantitativas em perspectiva. A Companhia e suas controladas refletem as requisições de divulgação revisadas na Nota Explicativa 22.

- IAS 1 Apresentação das demonstrações financeiras: Esta emenda esclarece que a entidade pode apresentar análise de cada item de outros resultados abrangentes nas demonstrações de mutações no patrimônio líquido ou nas notas explicativas, o que não é aplicável no Brasil. A Companhia apresenta as Demonstrações dos resultados abrangentes em peça separada.

2.24 Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2011

As normas emitidas pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2011 são as seguintes:

IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras - Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes	Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2012.
IAS 12 Imposto de Renda - Recuperação dos Ativos Subjacentes	Esta emenda entra em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2012.
IAS 19 Benefícios aos Empregados (Emenda)	Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013.
IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais (revisado em 2011)	Esta emenda entra em vigor para períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.
IAS 28 Contabilização de Investimentos em Associadas e Joint Ventures (revisado em 2011)	Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.
IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações - Aumento nas Divulgações Relacionadas a Baixas	A emenda em questão afeta apenas as divulgações e não tem impacto sobre o desempenho ou a situação financeira da Companhia e suas controladas.
IFRS 9 Instrumentos Financeiros - Classificação e Mensuração	A Companhia e suas controladas quantificarão o efeito dessa emenda em conjunto com as outras fases, quando emitidas, a fim de apresentar um quadro abrangente.
IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas	Esta norma entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.
IFRS 11 - Acordos Conjuntos	Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.
IFRS 13 - Mensuração de Valor Justo	Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.

Continuação do Balanço Patrimonial da VICUNHA TÊXTIL S.A.**3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS****3.1 Julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

3.2 Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia e suas controladas ainda não tenham se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia e suas controladas constituem provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e suas controladas.

Imposto diferido ativo é reconhecido somente na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia apresenta prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social a compensar no valor de R\$ 253.378 (2010: R\$ 196.969). Esses prejuízos não prescrevem e não podem ser utilizados para fins de compensação com lucro tributável de controladas. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. Se a Companhia fosse capaz de reconhecer todos os impostos diferidos ativos não reconhecidos, haveria aumento de lucro em R\$ 83.040.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Caixa	24	24	473	1.009
Bancos	7.360	3.114	21.537	12.760
	<u>7.384</u>	<u>3.138</u>	<u>22.010</u>	<u>13.769</u>

Os depósitos bancários representam saldos em bancos e direitos de liquidez imediata que não estão sujeitos a restrições de qualquer natureza para sua utilização.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS**a) Composição das aplicações financeiras por natureza**

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
				Reapresentado
Certificados de depósitos bancários (a)	92.008	27.652	99.133	55.216
Letras de crédito do agronegócio (b)	12.222	17.366	12.222	17.366
Poupança (c)	491	594	491	594
Outros	161	150	161	150
	<u>104.882</u>	<u>45.762</u>	<u>112.007</u>	<u>73.326</u>
(-) Circulante	(104.391)	(45.168)	(111.516)	(72.732)
Não circulante	<u>491</u>	<u>594</u>	<u>491</u>	<u>594</u>

(a) As aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários possuem vencimento de até 721 dias e remuneração que varia entre 100% e 118% do Certificado de Depósitos Interbancários.

(b) As aplicações financeiras em Letras de Crédito do Agronegócio possuem liquidez imediata e remuneração que varia entre 61% a 70% do Certificado de Depósitos Interbancários.

(c) Os valores em caderneta de poupança referem-se a bloqueios judiciais em garantia a processos de natureza trabalhista, não disponível para resgate e por isso estão classificadas como não circulante.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota 22.

b) Composição das aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
				Reapresentado
Partes relacionadas	86.808	15.811	93.927	15.811
Instituições financeiras	18.074	29.951	18.080	57.515
	<u>104.882</u>	<u>45.762</u>	<u>112.007</u>	<u>73.326</u>

Continuação do Balanço Patrimonial da VICUNHA TÊXTIL S.A.**6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES****a) Composição das contas a receber**

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
				Reapresentado
Clientes nacionais	260.712	233.030	263.419	233.030
Clientes no exterior	33.384	27.604	81.453	75.929
Partes relacionadas nacionais	263	476	263	476
Partes relacionadas no exterior	66.837	46.492	15.221	10.884
Outros	6.122	4.609	16.979	4.609
(-) Ajuste a valor presente	(2.417)	(1.822)	(2.417)	(1.822)
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(42.380)	(33.136)	(43.937)	(36.144)
	<u>322.521</u>	<u>277.253</u>	<u>330.981</u>	<u>286.962</u>

Para mais informações sobre os termos e condições envolvendo contas a receber de partes relacionadas, vide Nota 11.

b) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia e suas controladas constituem a provisão para créditos de liquidação duvidosa com base na análise individual do saldo dos clientes, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais.

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
				Reapresentado
No início do exercício	33.136	66.009	36.144	66.765
Constituição (reversão) provisão	13.962	(11.735)	12.511	(9.118)
(-) Perdas	(4.718)	(21.138)	(4.718)	(21.503)
No final do exercício	<u>42.380</u>	<u>33.136</u>	<u>43.937</u>	<u>36.144</u>

c) Vencimentos das contas a receber, líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
				Reapresentado
Contas a receber a vencer	257.816	230.485	250.510	233.482
Contas a receber vencidas:				
Até 30 dias	19.754	17.998	29.241	20.956
De 31 a 60 dias	12.367	6.757	15.236	6.950
De 61 a 90 dias	5.322	1.725	6.018	1.884
De 91 a 180 dias	7.802	4.262	8.398	4.520
Acima de 181 dias	19.460	16.026	21.578	19.170
	<u>64.705</u>	<u>46.768</u>	<u>80.471</u>	<u>53.480</u>
	<u>322.521</u>	<u>277.253</u>	<u>330.981</u>	<u>286.962</u>

d) Contas a receber por moeda

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
				Reapresentado
Reais	230.817	211.261	235.464	225.174
Dólares americanos	91.704	65.950	63.195	53.208
Franco suíço	-	-	3.806	8.499
Peso argentino	-	42	28.516	81
	<u>322.521</u>	<u>277.253</u>	<u>330.981</u>	<u>286.962</u>

A exposição da Companhia e suas controladas a 3 de crédito e de moeda relacionados às contas a receber é divulgada na Nota 22.

7. ESTOQUES**a) Composição dos estoques**

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
				Reapresentado
Produtos acabados	90.728	43.753	130.549	64.682
Produtos em elaboração	35.500	25.063	42.030	28.246
Matérias-primas	52.805	42.314	68.214	46.098
Suprimentos, embalagens e outros	23.274	24.000	35.301	35.941
Adiantamento a fornecedores	38.262	44.525	38.262	44.524
Provisão para perda com estoques	(2.596)	(2.430)	(2.685)	(2.569)
	<u>237.973</u>	<u>177.725</u>	<u>311.671</u>	<u>216.922</u>

b) Movimentação da provisão para estoques

Determinados itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade, foram objeto de constituição de provisões para o ajuste ao valor de realização.

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
				Reapresentado
No início do exercício	2.430	6.924	2.569	6.924
(+) Constituição	1.282	1.178	1.282	1.317
(-) Reversão	(1.116)	(5.672)	(1.166)	(5.672)
No final do exercício	<u>2.596</u>	<u>2.430</u>	<u>2.685</u>	<u>2.569</u>

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
				Reapresentado
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	3.145	2.533	3.145	2.533
Imposto sobre produtos industrializados - IPI	614	562	614	562
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	17.116	3.346	23.567	4.007
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	5	47	83	67
Programa de integração social - PIS	2.325	1.683	2.342	1.687
Imposto sobre o valor agregado - IVA	-	-	7.651	-
Imposto de importação - II	1.082	1.394	1.082	1.394
Outros	7.043	5.434	8.519	5.697
	<u>31.330</u>	<u>14.999</u>	<u>47.003</u>	<u>15.947</u>
(-) Circulante	(25.552)	(9.401)	(39.035)	(10.331)
Não circulante	<u>5.778</u>	<u>5.598</u>	<u>7.968</u>	<u>5.616</u>

Continuação do Balanço Patrimonial da VICUNHA TÊXTIL S.A.**9. VALORES A RECEBER****a) Composição dos valores a receber**

	Controladora e Consolidado	
	2011	2010
Transações com partes relacionadas:		
Venda de imóveis (i) e (ii)	61.693	59.992
Venda de máquinas, equipamentos, instalações, marca e outros (iii)	-	28.702
Venda de máquinas, equipamentos, instalações e móveis (iv)	50.770	53.833
Venda de máquinas, estoques, serviços e aluguel (v) e (vi)	47.566	39.922
Venda de imóveis (vii) e (viii)	3.163	6.831
Transações com terceiros	2.188	-
Ajuste a valor presente	(6.345)	(11.057)
	159.035	178.223
(-) Circulante	(30.287)	(40.467)
Não circulante	128.748	137.756

Os valores a receber são provenientes dos seguintes contratos de venda:

- i) Em 2007, a Companhia alienou imóvel situado na cidade de São Paulo - SP para as empresas Partifib Projetos Imobiliários Epsilon Ltda., Partifib Projetos Imobiliários Theta Ltda. e Partifib Projetos Imobiliários Zeta Ltda. pelo valor de R\$ 22.600. Em 2010, por meio do aditivo ao instrumento particular de confissão de dívida e outras avenças, a dívida passou para as empresas Partifib Projetos Imobiliários Nações Unidas Ltda. e Partifib Projetos Imobiliários Nações Unidas II Ltda. Esse montante é corrigido pelo Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M e com pagamentos previstos de 30 de outubro de 2011 até 30 de setembro de 2016.
- ii) Em 2008, a Companhia alienou imóvel situado na cidade de Fortaleza - CE para empresa Partifib Projetos Imobiliários Shfor Ltda. pelo valor de R\$ 32.000. Esse montante foi corrigido pela Taxa Referencial - TR até outubro de 2011. Desde novembro de 2011 este montante está sendo corrigido pelo índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M. Conforme aditivo, os pagamentos estão previstos de julho de 2012 até junho de 2020. Ambas as operações acima descritas estão garantidas por fiança outorgada pela empresa relacionada Fibra Empreendimentos Imobiliários S.A. (nota explicativa nº 11).
- iii) Em outubro de 2010, a Companhia firmou Instrumento Particular de Cessão de Crédito com a Vicunha S.A., referente aos valores a receber pela venda de estoques, serviços de beneficiamento, máquinas e aluguéis de imóveis, pelo valor de R\$ 24.265. Esse contrato foi pago da seguinte forma: (i) o valor de R\$ 1.500 por meio de cessão de crédito com a empresa Têxtil Itatiba Ltda.; (ii) e R\$ 22.765 em 56 parcelas mensais corrigidas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI a partir de outubro de 2010. Em junho de 2011 foram liquidadas antecipadamente 34 parcelas sobrando um saldo remanescente de 14 parcelas que foram liquidadas em julho de 2011 (nota explicativa nº 11).
- iv) Em dezembro de 2010, a Companhia alienou equipamentos, instalações e móveis à Fibracel Têxtil Ltda. pelo montante de R\$ 16.386 e mercadorias pelo valor de R\$ 37.446, todos referentes à operação de viscose, a serem pagos em 53 parcelas mensais e consecutivas corrigidas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI a partir de janeiro de 2011 (nota explicativa nº 11).
- v) Refere-se aos valores a receber pela venda, em 2009, da operação de malharia, incluindo máquinas, equipamentos, instalações, móveis, equipamentos de informática, veículos e marca, para a Têxtil Itatiba Ltda. pelo valor de R\$ 36.000. Em dezembro de 2011, referida dívida foi assumida pela Vicunha S.A. que deverá liquidar o saldo remanescente de R\$ 29.352 em 36 parcelas mensais corrigidas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, a partir de abril de 2012 até março de 2015 (nota explicativa nº 10).
- vi) Refere-se aos valores a receber pela venda de quotas e estoques em junho de 2010 da então controlada Texfibra Têxtil Ltda. para a Wpar Administração de Bens Próprios, Empreendimentos e Participações Ltda., pelo valor de R\$ 16.556. Em dezembro de 2011, referida dívida foi assumida pela Vicunha S.A. que deverá liquidar o saldo remanescente de R\$ 17.768 em 48 parcelas mensais corrigidas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, vencíveis de janeiro de 2012 a dezembro de 2015 (nota explicativa nº 10).
- vii) Em agosto de 2010, a Companhia alienou imóvel para a empresa Hipercon Terminais de Cargas Ltda. no montante de R\$ 7.500, sendo paga uma parcela de sinal no valor de R\$ 2.250, e o restante pago em 12 parcelas mensais acrescido de juros de 12% ao ano calculado pelo Sistema "Tabela Price", a partir de agosto de 2010. O saldo foi liquidado em agosto de 2011.
- viii) Em outubro de 2010, a Companhia alienou edifícios para a empresa Elizabeth S.A. - Indústria Têxtil no montante de R\$ 3.948, a ser pago em 10 parcelas iguais, semestrais e consecutivas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, a partir de outubro de 2010.

10. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas às operações com partes relacionadas decorrem de transações provenientes do curso normal das operações de vendas e compras das partes relacionadas, bem como contratos de alienação de bens imóveis e contratos de mútuos. A Companhia não espera incorrer em perdas com essas transações.

A estrutura societária da Companhia é a seguinte:

- CFL Participações S.A. - detém 39,02% da Vicunha Participações S.A.;
- Rio Purus Participações S.A. - detém 58,74% da Vicunha Participações S.A.;
- Vicunha Participações S.A. - detém 62,51% da Têxtilia S.A.; e
- Têxtilia S.A. - detém 91,19% da Vicunha Têxtil S.A.

Os preços e demais condições comerciais praticadas nas transações entre partes relacionadas são acordados em contratos firmados entre as partes envolvidas.

a) Saldos e transações com partes relacionadas:

	Ativo circulante			Ativo não circulante			Controladora Transações	
	Aplicações financeiras	Contas a receber	Valores a receber	Dividendos a receber	Contratos de mútuo	Valores a receber	Receitas	Compras e despesas financeiras
Banco Fibra	86.808	-	-	-	-	-	6.586	-
Vicunha Têxtil Argentina S.A.	-	45.238	-	-	-	-	70.447	-
Vicunha Europe S.à.r.l	-	5.881	-	1.606	-	-	18.324	96
Partifib Projetos Imobiliários Shfor Ltda.	-	-	835	-	-	32.407	341	-
Partifib Projetos Imobiliários Nações Unidas Ltda.	-	-	1.980	-	-	26.471	1.139	-
Elizabeth S.A.	-	-	904	-	-	2.259	304	-
Indústria Têxtil	-	-	-	-	-	-	-	-
Finobrasa Agroindustrial S.A.	-	206	-	-	-	-	-	-
La Internacional S.A.	-	15.718	-	-	-	-	27.991	-
Vicunha S.A.	-	-	11.891	-	-	35.675	1.101	-
Fibracel Têxtil Ltda.	-	-	14.677	-	-	36.093	5.170	-
Vicpetro S.A.	-	-	-	-	-	-	668	-
Outras	-	57	-	-	186	-	1	-
Total	86.808	67.100	30.287	1.606	186	132.905	132.072	96
Ajuste a valor presente	-	-	-	-	-	(6.345)	-	-
31 de dezembro de 2011	86.808	67.100	30.287	1.606	186	126.560	132.072	96
31 de dezembro de 2010	15.811	46.968	20.230	1.339	14.943	109.461	101.085	160

Continuação do Balanço Patrimonial da VICUNHA TÊXTIL S.A.

	Consolidado						
	Ativo Circulante		Ativo não Circulante		Passivo Circulante	Transações	
	Aplicações Financeiras	Contas a receber	Valores a receber	Contratos de mútuo	Valores a receber	Fornecedores	Receitas
Banco Fibra	93.927	-	-	-	-	-	6.586
Nova Marajó Trading Intermediary S.A.	-	-	-	-	-	6	-
Vicunha Têxtil Argentina S.A.	-	4.206	-	-	-	-	-
Vicunha Europe S.à.r.l	-	701	-	-	-	-	-
Partifib Projetos Imobiliários Shfor Ltda.	-	-	835	-	32.407	-	341
Partifib Projetos Imobiliários Nações Unidas Ltda.	-	-	1.980	-	26.471	-	1.139
Elizabeth S.A.	-	-	-	-	-	-	-
Indústria Têxtil	-	-	904	-	2.259	-	304
Finobrasa Agroindustrial S.A.	-	206	-	-	-	-	-
La Internacional S.A.	-	10.314	-	-	-	-	-
Vicunha S.A.	-	-	11.891	-	35.675	-	1.101
Fibracel Têxtil Ltda.	-	-	14.677	-	36.093	-	5.170
Vicpetro S.A.	-	-	-	-	-	-	668
Outras	-	57	-	186	-	-	1
Total	93.927	15.484	30.287	186	132.905	6	15.310
Ajuste a valor presente	-	-	-	-	(6.345)	-	-
Valores relativos a 31/12/11	93.927	15.484	30.287	186	126.560	6	15.310
Valores relativos a 31/12/10 (Reapresentado)	17.606	11.360	20.230	14.827	109.461	-	17.217

b) Remuneração dos administradores

Os administradores que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia são os membros do conselho de administração e os diretores estatutários. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, foram assim remunerados:

	Controladora e Consolidado	
	2011	2010
Benefícios de curto prazo	5.179	4.587
Benefícios de desligamento	-	2.257
Outros	81	77
Remuneração total paga a pessoal-chave da Administração	5.260	6.921

c) Garantia como avalista coobrigado

Em maio de 2010, a Companhia prestou garantia como "avalista coobrigado" para a empresa Fibracel Têxtil Ltda. no valor de R\$ 5.000 equivalentes a US\$ 2.887 mil, referente a operação financeira representada pela Nota de Crédito a Exportação - NCE emitida em favor do Banco ABC do Brasil S.A.

11. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS**a) Composição do saldo**

	Controladora e Consolidado	
	2011	2010
Terreno	7.250	7.249
Edificações	327	1
	7.577	7.250

b) Movimentação do saldo

	Controladora e consolidado		
	Terrenos	Edificações	Total
Em 31 de dezembro de 2009	7.486	58	7.544
(+) Adições	1.001	-	1.001
(-) Baixas	(1.238)	-	(1.238)
(-) Transferências	-	(57)	(57)
Em 31 de dezembro de 2010	7.249	1	7.250
(+) Transferências	1	326	327
Em 31 de dezembro de 2011	7.250	327	7.577

12. IMOBILIZADO**a) Controladora**

Custo ou Avaliação:	Terrenos	Edificações	Máquinas e Equipam.	Móveis e Utensílios e Instalações	Equipam. informática	Veículos	Outros	Total
Em 31 de dezembro de 2009	5.958	318.743	756.012	104.824	22.221	2.031	6.389	1.216.178
Adições	-	-	50.608	357	663	85	230	51.943
Baixas	-	(5.205)	(179.098)	(9.314)	(4.093)	(625)	(23)	(198.358)
Transferência	-	-	921	(978)	49	8	-	-
Conferência de bens	-	-	(60.513)	(330)	(114)	-	-	(60.957)
Em 31 de dezembro de 2010	5.958	313.538	567.930	94.559	18.726	1.499	6.596	1.008.806
Adições	-	-	76.848	476	4.173	188	33.481	115.166
Baixas	-	-	(61.480)	(32.998)	(196)	(212)	-	(94.886)
Transferência	-	-	3.460	(3.911)	119	5	-	(327)
Em 31 de dezembro de 2011	5.958	313.538	586.758	58.126	22.822	1.480	40.077	1.028.759
Depreciação perda por redução ao valor recuperável	-	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2009	-	(109.645)	(597.817)	(87.343)	(17.895)	(1.733)	-	(814.433)
Despesas de depreciação no exercício	-	(5.171)	(29.371)	(3.027)	(1.390)	(93)	-	(39.052)
Perda por redução ao valor recuperável	-	-	(4.395)	-	-	-	-	(4.395)
Baixas	-	-	158.405	8.758	3.359	512	-	171.034
Transferência	-	1.256	(938)	949	(4)	(7)	-	1.256
Conferência de bens	-	-	49.879	312	109	-	-	50.300
Em 31 de dezembro de 2010	-	(113.560)	(424.237)	(80.351)	(15.821)	(1.321)	-	(635.290)
Despesas de depreciação no exercício	-	(5.102)	(25.619)	(2.683)	(919)	(103)	-	(34.426)
Baixas	-	-	58.582	32.985	196	192	-	91.955
Transferência	-	-	26	12	(38)	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2011	-	(118.662)	(391.248)	(50.037)	(16.582)	(1.232)	-	(577.761)
Valor residual líquido:	-	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2011	5.958	194.876	195.510	8.089	6.240	248	40.077	450.998
Em 31 de dezembro de 2010	5.958	199.978	143.693	14.208	2.905	178	6.596	373.516
	-	1% a 5%	5 a 12,5%	10%	20%	20%	-	-

Continuação do Balanço Patrimonial da VICUNHA TÊXTIL S.A.**b) Consolidado**

Custo ou Avaliação:	Terrenos	Edifi- cações	Máquinas Equipam.	Móveis e Utensílios e Insta- lações	Equipam. infor- mática	Veículos	Outros	Total
Em 31 de dezembro de 2009	51.307	518.235	759.465	110.096	22.255	2.153	6.468	1.469.979
Aquisição de controladas	11.270	10.365	35.895	3.357	726	349	1.177	63.139
Adições	21	220	56.357	620	808	193	1.866	60.085
Baixas	(8.500)	(8.711)	(180.329)	(9.356)	(4.093)	(733)	(23)	(211.745)
Avaliação ao valor justo	(4.128)	5.122	28.664	2.242	-	-	-	31.900
Transferência	-	-	921	(978)	49	8	-	-
Conferência de bens	-	-	(60.513)	(330)	(114)	-	-	(60.957)
Variação cambial	(555)	(1.142)	(6.141)	(453)	(60)	(38)	(104)	(8.493)
Em 31 de dezembro de 2010	49.415	524.089	634.319	105.198	19.571	1.932	9.384	1.343.908
Reapresentado	4	1.533	129	17	-	-	3	1.686
Aquisição de controladas	8	1.905	80.799	1.629	4.262	258	59.246	148.107
Adições	-	(1.336)	(67.283)	(33.150)	(278)	(261)	(1.493)	(103.801)
Baixas	831	2.031	22.277	1.745	196	121	(11.725)	15.476
Variação cambial	-	-	3.460	(3.911)	119	5	-	(327)
Transferência	50.258	528.222	673.701	71.528	23.870	2.055	55.415	1.405.049
Em 31 de dezembro de 2011	-	(109.645)	(597.860)	(87.523)	(17.914)	(1.794)	(63)	(814.799)
Depreciação perda por redução ao valor recuperável	-	(3.848)	(26.407)	(1.384)	(577)	(228)	(151)	(32.595)
Em 31 de dezembro de 2009	-	(9.156)	(30.087)	(3.328)	(1.463)	(133)	(18)	(44.185)
Aquisição de controladas	-	-	(4.395)	-	-	-	-	(4.395)
Despesas de depreciação no exercício	-	55	162.379	8.799	3.359	596	-	175.188
Perda por redução ao valor recuperável	-	341	(16.949)	(211)	-	-	-	(16.819)
Baixas	-	1.256	(938)	949	(4)	(7)	-	1.256
Avaliação ao valor justo	-	-	49.879	312	109	-	-	50.300
Transferência	-	290	3.400	143	48	21	13	3.915
Conferência de bens	-	(120.707)	(460.978)	(82.243)	(16.442)	(1.545)	(219)	(682.134)
Variação cambial	-	(11.856)	(28.127)	(3.344)	(1.043)	(153)	(60)	(44.583)
Transferência	-	1.117	63.020	33.129	272	218	-	97.756
Baixas	-	(484)	(4.734)	(222)	(73)	(21)	(24)	(5.558)
Variação cambial	-	-	26	12	(38)	-	-	-
Transferência	-	(131.930)	(430.793)	(52.668)	(17.324)	(1.501)	(303)	(634.519)
Em 31 de dezembro de 2011	50.258	396.292	242.908	18.860	6.546	554	55.112	770.530
Valor residual líquido:	49.415	403.382	173.341	22.955	3.129	387	9.165	661.774
Em 31 de dezembro de 2010	-	1% a 5%	5% a 12,5%	10%	20%	20%	-	-
Reapresentado	-	-	-	-	-	-	-	-

Revisão da vida útil

Em 1º de janeiro de 2010, a Companhia e suas controladas revisaram a vida útil remanescente dos bens do ativo imobilizado. O levantamento foi realizado com base em laudo técnico emitido por empresa especializada na mesma data base. O valor do efeito estimado no resultado do exercício tem como base a posição do cálculo da depreciação atual, comparada com a mesma data base deste imobilizado, porém calculado pela nova vida útil remanescente. A revisão resultou numa redução da despesa de depreciação em 31 de dezembro de 2011 de R\$ 5.038 (R\$ 5.159 em 31 de dezembro de 2010).

Bens dados em garantia e penhora

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas controladas possuem bens do ativo imobilizado dados como garantia de empréstimos e financiamentos, conforme demonstrado na nota explicativa nº 16.

13. INTANGÍVEL**a) Composição do saldo**

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Implantação de sistemas	3.522	6.790	3.524	6.792
Ágio	4.722	-	6.320	-
	<u>8.244</u>	<u>6.790</u>	<u>9.844</u>	<u>6.792</u>

b) Movimentação do custo

	Controladora			Consolidado		
Custo	Implantação de sistemas	Ágio	Total	Implantação de sistemas	Ágio	Total
Em 31 de dezembro de 2009	23.029	-	23.029	23.031	-	23.031
Baixas	(1.513)	-	(1.513)	(1.513)	-	(1.513)
Em 31 de dezembro de 2010	21.516	-	21.516	21.518	-	21.518
Baixas	(8.965)	-	(8.965)	(8.965)	-	(8.965)
Adições	-	4.722	4.722	-	6.320	6.320
Em 31 de dezembro de 2011	12.551	4.722	17.273	12.553	6.320	18.873
Amortização						
Em 31 de dezembro de 2009	(11.587)	-	(11.587)	(11.587)	-	(11.587)
Amortização	(4.398)	-	(4.398)	(4.398)	-	(4.398)
Baixas	1.259	-	1.259	1.259	-	1.259
Em 31 de dezembro de 2010	(14.726)	-	(14.726)	(14.726)	-	(14.726)
Amortização	(3.268)	-	(3.268)	(3.268)	-	(3.268)
Baixas	8.965	-	8.965	8.965	-	8.965
Em 31 de dezembro de 2011	(9.029)	-	(9.029)	(9.029)	-	(9.029)
Valor residual						
Em 31 de dezembro de 2011	<u>3.522</u>	<u>4.722</u>	<u>8.244</u>	<u>3.524</u>	<u>6.320</u>	<u>9.844</u>
Em 31 de dezembro de 2010	<u>6.790</u>	<u>-</u>	<u>6.790</u>	<u>6.792</u>	<u>-</u>	<u>6.792</u>

Continuação do Balanço Patrimonial da VICUNHA TÊXTIL S.A.**14. INVESTIMENTOS****a) Composição dos saldos**

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
				Reapresentado
Participação em empresas controladas	324.745	289.254	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	15.090	-	-
Outros investimentos	22.630	22.621	22.630	22.982
Total	347.375	326.965	22.630	22.982

b) Movimentação dos saldos em empresas controladas

	Vicunha Europe S.à.r.l.	Nova Marajó S.A.	Vanini Nordeste S.A.	Fibracel Têxtil Ltda.	La Internacional S.A.	Texfibra Têxtil Ltda.	Vicunha Dist. Prod. Texteis Ltda.	Asaki Participações Ltda.	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2010	19.224	-	335	143.720	-	-	-	105.970	269.249
Aquisição/constituição	-	-	-	-	11.002	10.656	1	-	21.659
Equivalência patrimonial	(2.336)	(457)	-	(3.000)	2.034	(7)	(1)	178	(3.589)
Aumento de capital	-	6.669	-	-	-	-	-	-	6.669
Dividendos	(138)	-	-	-	-	-	-	-	(138)
Variação cambial sobre investimento no exterior	1.024	-	-	-	(951)	-	-	-	73
Resultados abrangentes	-	-	-	-	7.066	-	-	-	7.066
Cisão	-	-	-	(139.968)	-	-	-	139.968	-
Baixa por alienação	-	-	(335)	(751)	-	(10.649)	-	-	(11.735)
Outras	-	-	-	(1)	1	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010	17.774	6.212	-	-	19.152	-	-	246.116	289.254

c) Movimentação dos saldos em empresas controladas

	Vicunha Europe S.à.r.l.	Nova Marajó S.A.	La Internacional S.A.	Vicunha Têxtil Argentina S.A.	Tintoreria Ullum S.A.	Tejeduria Galícia S.A.	Tejeduria Panamá S.A.	Asaki Participações Ltda.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010	17.774	6.212	19.152	-	-	-	-	246.116	289.254
Aquisição de investimentos	-	-	-	798	1.950	(331)	(951)	-	1.466
Equivalência patrimonial	(1.506)	2.174	2.532	(1.729)	(906)	(399)	(117)	1.100	1.149
Aumento de capital	-	2.009	15.155	9.275	-	-	-	-	26.439
Dividendos	(160)	-	-	-	-	-	-	-	(160)
Variação cambial sobre investimento no exterior	2.399	-	3.924	331	289	(47)	(140)	-	6.756
Resultados abrangentes	-	-	3.473	-	-	-	-	-	3.473
Redução de capital	-	-	-	-	-	-	-	(9.500)	(9.500)
Ganho de capital	-	-	1.093	2.789	-	-	-	-	3.882
Passivo a descoberto	-	-	-	-	-	777	1.208	-	1.985
Outros	-	1	(1)	-	-	-	-	1	1
Saldo em 31 de dezembro de 2011	18.507	10.396	45.328	11.464	1.333	-	-	237.717	324.745

d) Informações das investidas

Saldo em 31 de dezembro de 2010										
Empresas	Quantidade ações/quotas	% Participação	Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido Total	Nossa Participação Patrimônio líquido	Receita	Capital social	Equivalência patrimonial
Vicunha Europe S.à.r.l.	2	100	(2.336)	30.147	12.373	17.774	17.774	38.325	1.774	(2.336)
Nova Marajó S.A.	792.971.025	100	(457)	39.965	32.985	6.980	6.212	72.713	78.443	(457)
Vicunha Distr. de Prod. Texteis Ltda.	999	-	(1)	-	-	-	-	-	1	(1)
La Internacional S.A.	4.437.631	71,56	2.034	105.437	78.674	26.763	19.152	39.019	10.333	2.034
Texfibra Têxtil Ltda.	-	-	(7)	-	-	-	-	-	-	(7)
Fibracel Têxtil Ltda.	-	-	(3.000)	-	-	-	-	-	-	(3.000)
Asaki Participações Ltda.	205.938.059	100	178	246.677	561	246.116	246.116	6.692	245.938	178
Total							289.254			(3.589)

Saldo em 31 de dezembro de 2011										
Empresas	Quantidade ações/quotas	% Participação	Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido Total	Nossa Participação Patrimônio líquido	Receita	Capital social	Equivalência patrimonial
Vicunha Europe S.à.r.l.	2	100	(1.506)	34.630	16.123	18.507	18.507	49.947	1.990	(1.506)
Nova Marajó S.A.	816.677.025	100	2.175	28.935	18.539	10.396	10.396	115.967	80.452	2.175
Vicunha Distr. de Prod. Texteis Ltda.	999	99,90	-	-	-	-	-	-	1	-

Continuação do Balanço Patrimonial da VICUNHA TÊXTIL S.A.

Saldo em 31 de dezembro de 2011

Empresas	Quantidade ações/ quotas	% Participação	Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido Total	Nossa Participação Patrimônio líquido	Receita	Capital social	Equivalência patrimonial
Vicunha Têxtil										
Argentina S.A.	5.190.000	75,22	(3.267)	69.598	54.356	15.242	11.464	109.210	11.361	(1.729)
Tintoreria										
Ullum S.A.	4.196.724	78,96	(1.147)	9.878	8.189	1.689	1.333	6.322	5.369	(906)
Tejeduria										
Galicia S.A.	789.600	78,96	(505)	2.437	3.422	(985)	(778)	6.228	957	(399)
Tejeduria										
Panamá S.A.	1.579.200	78,96	(149)	1.663	3.193	(1.530)	(1.209)	1.766	1.913	(117)
La Internacional S.A.	13.494.290	88,42	2.863	149.090	97.826	51.264	45.328	75.966	28.628	2.531
Asaki Participações Ltda.	245.938.059	100	1.100	238.797	1.080	237.717	237.717	13.632	236.438	1.100
Total							322.758			1.149
Patrimônio negativo controladas							1.987			
Total dos Investimentos							324.745			

Vicunha Europe Sl.

Localizada em Nion, Suíça, tem por objeto social o comércio e a representação de produtos têxteis, fundamentalmente no mercado europeu.

Nova Marajó S.A.

Localizada em Montevidéu, Uruguai, tem por objeto social a administração de empresas no país e no exterior, possuindo investimentos diretos nas seguintes controladas: Vicunha Têxtil Argentina S.A., localizada na Argentina, VTA Andina S.A., localizada na Colômbia, Vicunha Ásia Têxteis International Trading Co. Ltd., localizada na China, Vicunha EUA e Nova Marajó Trading Intermediary LLC, ambas localizadas nos Estados Unidos.

Em janeiro de 2011, a Vicunha Têxtil S.A. integralizou 23.706.000 novas ações no capital da Nova Marajó S.A., pelo valor de R\$ 2.010 (US\$ 1.200).

Asaki Participações Ltda.

Localizada em São Paulo - SP, tem por objeto social a administração de bens próprios e participação no capital de outras sociedades.

La Internacional S.A.

Localizada na Cidade de Quito, Equador, tem por objeto social a industrialização e comercialização de produtos têxteis.

Em janeiro de 2011, a Vicunha Têxtil S.A. integralizou 9.056.699 novas ações no capital da La Internacional S.A., pelo valor de R\$ 15.155 (US\$9.057), mediante aproveitamento de adiantamento para futuro aumento de capital.

Vicunha Distribuidora de Produtos Têxteis Ltda.

Localizada em São Paulo - SP, tem por objeto social as atividades de distribuição, comércio por atacado, a importação e exportação, armazenamento de produtos têxteis.

Tintoreria Ullum S.A., Tejeduria Galicia S.A. e Tejeduria Panamá S.A.

Localizadas na Argentina, tem por objeto social a industrialização e comercialização de produtos têxteis.

Vicunha Têxtil Argentina S.A.

Localizada na Argentina, tem por objeto social a comercialização de produtos têxteis.

e) Investimentos registrados ao custo de aquisição:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
				Reapresentado
Companhia Fiação e Tecidos Santo Antonio (i)	14.883	14.883	14.883	14.883
Eletrobrás, líquido de provisão (ii)	7.150	7.124	7.150	7.124
Outros investimentos	597	614	597	975
	22.630	22.621	22.630	22.982

(i) A participação da Companhia no capital da Fiação e Tecidos Santo Antônio é de 11,03%.

(ii) No passado a União Federal instituiu empréstimo compulsório sobre o consumo de energia elétrica, exigido através das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás. A restituição do referido empréstimo foi realizada pela própria Eletrobrás mediante conversão dos créditos em títulos ao portador, posteriormente convertidos em ações preferenciais da Eletrobrás, e sem a devida atualização monetária e incidência de juros sobre própria atualização. Nesse sentido, a Companhia ingressou com ações judiciais com o pedido de reconhecimento do direito a atualização monetária do crédito e o acréscimo de juros de 6% a.a. sobre o montante da atualização. A probabilidade de ganho das referidas ações judiciais, segundo os assessores jurídicos da Companhia, é provável, atribuindo o valor histórico da causa de R\$ 11.946. O valor efetivo do provável crédito dependerá de trânsito em julgado das ações e posterior liquidação de sentença com a homologação de perícias contábeis.”.

15. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
				Reapresentado
No país	38.767	25.649	38.857	25.756
No exterior	6.371	6.812	13.870	13.912
	45.138	32.461	52.727	39.668
Circulante	(41.522)	(28.191)	(49.111)	(34.124)
Não circulante	3.616	4.270	3.616	5.544

Contas a pagar a fornecedores são geralmente liquidadas em prazo de 22 dias.

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**a) Composição dos saldos**

Modalidade	Encargos	Controladora		Consolidado	
		2011	2010	2011	2010
Moeda Nacional:					
Equipamentos e instalações/BNDES-exim	TJLP + 4,7% a.a.	27.399	4.673	27.399	4.673
Equipamentos e instalações/BNDES-exim	7,00% a.a. Pré-fixado	-	14.962	-	14.962
Equipamentos e instalações/BNDES-revitaliza	9,00% a.a. Pré-fixado	16.526	-	16.526	-
Impostos estaduais - Ceará (PROVIN/PROADI)	TR + 3,0% a.a. ou TJLP	1.120	1.036	1.120	1.036
NPR/EGF	6,75% a.a.	11.513	5.232	11.513	5.232
Financiamento para investimentos no Nordeste (FNE/FAT) (i)	10% a.a.	82.933	93.150	82.933	93.150

Continuação do Balanço Patrimonial da VICUNHA TÊXTIL S.A.

Modalidade	Encargos	Controladora		Consolidado	
		2011	2010	2011	2010
FINAME - Banco do Brasil S.A. (ii)	4,5% a 8,70% a.a.	57.184	29.622	57.184	29.622
Capital de Giro - Itaú BBA (iii)	100% do CDI	30.955	34.358	30.955	34.358
Capital de Giro - BNB	105% do CDI	-	16.572	-	16.572
NCE - Banco do Brasil	10,35% a.a.	10.023	-	10.023	-
Giroflex - Banco do Brasil S.A.	12,67% a.a.	10.831	-	10.831	-
NCE - Nota de crédito a exportação	110% do CDI	-	15.140	-	15.140
Duplicatas descontadas	0,92% a.m.	-	8.418	-	8.418
Vendor	1,20% a 1,70% a.m.	20.552	22.906	20.552	22.906
Outros		2.779	616	2.779	616
		271.815	246.685	271.815	246.685
Moeda Estrangeira:					
Pré-pagamento de exportação (dólar) (iv)	Libor trim.+ 4,25% a.a.	34.413	41.666	34.413	41.666
Adiantamento contrato de câmbio "ACC"	VC + 3,00% a.a.	16.891	4.210	16.891	4.210
FINIMPs (v)	VC + 2,38% a 4,58% a.a.	149.904	34.605	149.904	34.605
BNDES - Sub _A	UMBDES + 3,50% a.a.	-	985	-	985
BNDES - Sub _D	UMBDES + 4,50% a.a.	-	119	-	119
NCE Repasse - Res. 2770 - Itaú BBA (vii)	VC + 3,50% a.a.	37.578	-	37.578	-
CCB - Resolução 4131 - Safra	VC + 3,15% a.a.	19.157	-	19.157	-
Capital Giro - IDB e Banco Brasil S.A. (vii)	Libor + 3,10% a 4,25% a.a.	-	-	65.512	41.655
Banco da Patagônia S.A.		-	-	8.897	-
UBS S.A.		-	-	3.745	-
		257.943	81.585	336.097	123.240
Total		529.758	328.270	607.912	369.925
(-) Circulante		(264.819)	(154.533)	(273.317)	(154.533)
Não circulante		264.939	173.737	334.595	215.392

Em 31 de dezembro de 2011, o índice financeiro (*Covernants*) foi plenamente atendido pela Companhia.

Os montantes das parcelas classificadas no passivo não circulante apresentam a seguinte composição por ano de vencimento:

Vencimento	Controlado	Consolidado
2013	169.092	184.027
2014	47.145	60.337
2015	10.482	21.931
2016	10.482	17.912
Acima de 2017	27.738	50.388
Não circulante	264.939	334.595

BNDES

(i) A Companhia captou em junho de 2008 junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. R\$ 82.836 de um total de R\$ 85.000. Este recurso destina-se a investimentos para aquisição de bens e/ou realização de serviços que na sua maioria já foram efetuados. Seu vencimento final será em maio de 2014.

FINAME

(ii) No período de novembro de 2009 à outubro de 2011 foram contratados, junto ao BNDES e tendo como banco correspondente o Banco do Brasil, operações de FINAME. Estes financiamentos destinam-se à construção e aquisição de máquinas e equipamentos novos. As taxas de juros aplicadas foram de 4,5% a.a. a 8,7% a.a. e o prazo máximo de liquidação é de até 10 anos.

Capital de giro

(iii) A Companhia contratou em novembro de 2008, linha para financiamento do capital de giro junto ao Banco Itaú BBA de R\$ 35.502, com carência de 2 anos, pagando 100% da variação mensal do CDI e vencimento final em novembro de 2020.

(iv) Em dezembro de 2010 foi contratada a operação de Pré Pagamento Exportação - PPE destinado à um adiantamento de recursos ao exportador previamente ao embarque das mercadorias. O valor tomado foi de US\$ 25 milhões e o custo da operação é 4,25% mais Libor.

(v) A Companhia contratou no período de janeiro a dezembro de 2011, linha para financiamento de importação de algodão (FINIMP) junto aos Bancos Itaú BBA, Banco Bradesco e Banco Safra no valor de R\$ 146.033 com prazo de até 2 anos e taxa de juros entre 2,38% a.a. a 4,58% a.a. mais variação cambial.

(vi) A Companhia contratou em junho de 2011, linha para financiamento do capital de giro, por meio de Nota de Crédito à Exportação (NCE Repasse) junto ao Banco Itaú BBA em R\$ 31.800 (US\$ 20.000), com carência de 2 anos de principal e pagamento de juros semestrais de 3,50% a.a. mais variação cambial. Adicionalmente efetuou troca de indexador por intermédio de operação de "swap" para 105,0% do CDI com vencimento final em junho de 2013.

(vii) Em fevereiro de 2010, a controlada La Internacional S.A. renovou operação de capital de giro no valor de US\$ 10 milhões junto ao Banco do Brasil S.A. com vencimento final para janeiro de 2012 e juros de 4% a.a. mais Libor semestral. Em abril de 2011 foi liberado recurso para a controlada para financiamento de projeto de modernização e aumento da capacidade produtiva, contratado junto ao BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento (A-Loan) e Banco do Brasil S.A. (B-Loan) no total de US\$ 25 milhões, sendo o A-Loan US\$ 10 milhões com prazo de 8 anos, pagamento do principal em 11 parcelas semestrais após período de 30 meses de carência e juros semestrais de 4,00% a.a. mais Libor e o B-Loan US\$ 15 milhões com prazo de 6 anos, pagamento do principal em 7 parcelas semestrais após período de 30 meses de carência e juros semestrais de 4,25% a.a. mais Libor. Ainda em abril de 2011, com parte dos recursos captados, foram liquidados antecipadamente financiamento de capital de giro junto ao Banco do Brasil S.A. no total de US\$ 15 milhões contratado em abril de 2010 com vencimento em abril de 2013.

b) Garantias, hipotecas e fianças em 31 de dezembro de 2011

Credor	Valor do empréstimo	Garantias
Banco do Nordeste do Brasil S.A. - FNE/FAT	82.933	Hipoteca e Alienação Fiduciária
FINIMPs	149.904	Fiança e Nota Promissória
Cédula de Crédito Bancário - Itaú BBA	30.955	Fiança
Carta de crédito "Standby" - Banco do Brasil S.A.	46.585	Fiança

Continuação do Balanço Patrimonial da VICUNHA TÊXTIL S.A.**17. IMPOSTOS PARCELADOS****Parcelamento Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009**

Em outubro de 2009, a Companhia aderiu ao parcelamento previsto na Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, abrangendo débitos administrados pela Receita Federal do Brasil, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e de origem previdenciária, cujo deferimento ocorreu em dezembro de 2009. Em junho de 2011, ocorreu a consolidação dos débitos pela autoridade fiscal requerendo um incremento da dívida de R\$ 5.899.

	Controladora e Consolidado	
	2011	2010
COFINS	46.480	69.229
PIS	10.462	16.942
IPI	2.007	2.046
CSLL	4.863	3.977
IRPJ	24.861	11.415
INSS	19.418	18.121
Outros	1.043	1.756
	109.134	123.486
(-) Circulante	(51.669)	(49.434)
Não circulante	57.465	74.052

Os montantes classificados no passivo não circulante apresentam a seguinte composição por ano de vencimento (controladora e consolidado):

Vencimento	R\$
2013	6.829
2014	6.829
2015	6.403
2016	4.275
2017	4.275
2018	4.275
2019	4.275
2020 em diante	20.304
	57.465

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**a) Composição dos impostos diferidos**

	Controladora				Consolidado			
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
								Reapresentado
Reavaliação de bens do imobilizado	161.057	161.057	163.052	163.052	173.345	161.057	177.605	163.052
Ganho na venda de imobilizado	15.051	15.051	15.051	15.051	15.051	15.051	15.051	15.051
Ajustes RTT	20.219	20.219	4.860	4.860	22.577	22.577	5.746	5.746
	196.327	196.327	182.963	182.963	210.973	198.685	198.402	183.849
Alíquota vigente	25%	9%	25%	9%	25%	9%	25%	9%
Tributos diferidos	49.082	17.669	45.740	16.467	52.743	17.882	49.600	16.546

b) Impostos diferidos sobre prejuízos fiscais e provisões temporárias

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía créditos tributários não registrados em sua contabilidade no montante de R\$ 83.040 (R\$ 91.224 em 31 de dezembro de 2010), oriundos de prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e provisões temporariamente indedutíveis, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social	12.365	241.013	72.550	124.419
Prejuízo fiscal - renda variável	124.112	-	124.112	-
Provisões temporárias	80.088	80.088	89.328	89.328
Ágio sobre investimentos	-	-	1.438	1.438
Total	216.565	321.101	287.428	215.185
Alíquota do IRPJ e CSLL	25%	9%	25%	9%
Crédito tributário não registrado	54.141	28.899	71.857	19.367

A decisão da Administração da Companhia pelo não reconhecimento dos benefícios fiscais futuros pela recuperação desses créditos em função da não-geração de lucros tributáveis em pelo menos três dos últimos cinco anos, está baseada na Instrução CVM nº 371 de 27 de junho de 2002.

c) A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
				Reapresentado
Lucro antes da tributação	83.807	71.885	84.382	76.330
Alíquota nominal combinada	34%	34%	34%	34%
(Despesas) de IR/CS às alíquotas oficiais	(28.494)	(24.441)	(28.690)	(25.952)
Ajustes:				
Equivalência patrimonial	(391)	(1.221)	-	(1.022)
Despesas indedutíveis	(445)	(26)	(445)	(26)
Lucro disponibilizado no exterior	(1.171)	(920)	(1.171)	(920)
Ajuste preço de transferência para exterior	(78)	(74)	(78)	(74)
Utilização de créditos fiscais	11.517	250	11.517	250
Reversões de provisões indedutíveis	4.471	6.595	4.471	6.595
Impostos e contribuições suspensos	-	15.675	-	15.675
Outras exclusões	1.413	171	1.413	171
Ajuste CPC 02	-	-	48	(1.953)
Ajuste CPC 07 (Nota 30)	9.620	79	9.620	79
Outros ajustes RTT	7.101	1.539	7.101	1.447
	3.543	(2.373)	3.786	(5.730)
Imposto de renda e contribuição social	(4.510)	(2.825)	(4.164)	(6.090)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(4.543)	452	(5.132)	360
	(9.053)	(2.373)	(9.296)	(5.730)
Utilização de créditos fiscais em parcelamento	5.510	-	5.510	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(3.543)	(2.373)	(3.786)	(5.730)
Alíquotas efetivas	(4%)	3%	(4%)	8%

Continuação do Balanço Patrimonial da VICUNHA TÊXTIL S.A.**19. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS**

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como segue.

Considerando a dependência de resultados judiciais ou administrativos incertos e apeláveis, não há evidência objetiva sobre o cronograma de pagamento futuro das respectivas provisões.

a) Composição do saldo

	Controladora e Consolidado	
	2011	2010
Tributárias (i)	9.996	15.845
Cíveis (ii)	1.805	5.631
Trabalhistas (iii)	7.266	6.754
	19.067	28.230

i) Tributárias

Refere-se, substancialmente, a processo de FGTS no qual a Companhia questiona a constitucionalidade da contribuição ao referido fundo pela alíquota de 10% sobre o montante de todos os depósitos devidos aos empregados em caso de demissão sem justa causa e 0,5% sobre a remuneração de cada trabalhador, imposta pela lei complementar 110/2001.

ii) Cíveis

Representadas por litígios decorrentes da relação com terceiros, representantes, clientes e acidentados de trabalho.

iii) Trabalhistas

Representadas, principalmente, por litígios decorrentes de reclamações trabalhistas e encargos previdenciários e ações indenizatórias por perdas. A Administração entende não haver riscos significativos em disputas e litígios que não estejam cobertos por provisões suficientes em suas demonstrações financeiras.

b) Contingências

A Companhia é parte de outros processos administrativos e judiciais, apresentando o montante aproximado de R\$ 98.425, sendo R\$ 96.036 equivalentes a processos fiscais e previdenciários e R\$ 2.389 de reclamações trabalhistas. As análises realizadas por assessores jurídicos da Companhia definem tais processos como de risco de perda possível, não requerendo a constituição de provisão, conforme descrição abaixo:

i) Municipais

No âmbito municipal, os processos em aberto montam em R\$ 1.526 e referem-se aos seguintes assuntos: (i) taxa de limpeza pública no valor de R\$ 1.411 e (ii) exigência de IPTU no montante de R\$ 115.

ii) Estaduais

A Companhia discute créditos estaduais no montante de R\$ 49.665, abrangendo as seguintes matérias: (i) não incidência de ICMS em operações interestaduais no valor de R\$ 33.372; (ii) presunção de simulação de saída para o Estado do Rio de Janeiro no valor de R\$ 10.444; (iii) crédito indevido de ICMS, diante de incentivo fiscal concedido ao fornecedor, sem informação em documento fiscal no valor de R\$ 3.221; e (iv) outros assuntos relacionados ao ICMS no valor de R\$ 2.628.

iii) Federais

No âmbito federal, persistem contingências no montante de R\$ 44.845 referente aos seguintes temas: (i) compensações não homologadas de tributos federais no valor de R\$ 25.548 (ii) divergências sobre base de cálculo do PIS, calculado pelo critério da semestralidade, conforme a Lei Complementar nº 7/1970, totalizando o valor de R\$ 12.403; e (iii) outros assuntos no valor de R\$ 6.894.

c) Movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

	Controladora e consolidado			
	2010	Adições	Baixas/ reversões	2011
Reapresentado				
Tributárias	15.845	3.776	(9.625)	9.996
Cíveis	5.631	869	(4.695)	1.805
Trabalhistas	6.754	3.779	(3.267)	7.266
	28.230	8.424	(17.587)	19.067

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

Em 31 de dezembro de 2011, o capital social era de R\$ 664.563, representado por 42.048.749 ações (R\$ 660.809 em 31 de dezembro de 2010, representado por 41.851.638 ações):

	Autorizadas	Subscritas e integralizadas
Ações ordinárias	100.000.000	21.562.371
Ações preferenciais:		
Classe "A"	25.000.000	772.008
Classe "B"	75.000.000	19.714.370
	200.000.000	42.048.749

Características das ações

As ações são nominativas, escriturais e sem valor nominal. As ações ordinárias não podem ser convertidas em nenhuma outra espécie de ações; as ações preferenciais classe "A" destinam-se à subscrição com recursos de fundos oficiais de investimento, especialmente do Fundo de Investimento do Nordeste - FINOR, e à conversão de ações e de debêntures conversíveis por eles adquiridas, e ainda à subscrição de ações a que foram atribuídos incentivos fiscais de qualquer natureza e poderão, a pedido do acionista, serem convertidas em ações preferenciais classe "B". As ações preferenciais classe "B" destinam-se à subscrição pública ou particular por quaisquer investidores e à conversão de ações preferenciais classe "A" e de debêntures conversíveis em ações.

As ações preferenciais gozam de participação integral nos resultados da Companhia em mais 20% das ações ordinárias e não são conversíveis em ordinárias. A nenhuma outra espécie ou classe de ações poderão ser atribuídas vantagens patrimoniais superiores às das ações preferenciais classe "A". As ações preferenciais têm, ainda, assegurada a vantagem de prioridade na distribuição do dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício e no reembolso de capital, no caso de liquidação da Companhia.

Variações ocorridas no capital social

Conforme Ata da Reunião do Conselho de Administração de 28 de abril de 2011, foi aprovado um aumento de capital social no valor de R\$ 3.754, através de subscrição particular pelos atuais acionistas, com emissão de 197.111 novas ações, sendo 101.077 ações ordinárias e 96.034 ações preferenciais classe "B" com valor nominal de R\$ 19,04 por ação, passando o capital social a ser R\$ 664.563.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, as variações ocorridas no capital social da Companhia foram como segue:

- Em abril de 2010 foi aprovada a redução do capital social para absorção dos prejuízos acumulados. O valor do capital social subscrito e integralizado foi reduzido em R\$ 710.911;
- Em junho de 2010 foi aprovado aumento de capital social, no valor de R\$ 259.000, com emissão de 13.872.523 novas ações;
- Em novembro de 2010 foi aprovado aumento de capital, no valor de R\$ 15.659, com emissão de 807.001 novas ações.

Mutação das ações ordinárias e preferenciais

	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total
Saldo em 31/12/10	21.461.294	20.390.344	41.851.638
(+) Aumento de capital em 28/04/2011	101.077	96.034	197.111
Saldo em 31/12/11	21.562.371	20.486.378	42.048.749

Continuação do Balanço Patrimonial da VICUNHA TÊXTIL S.A.**Adiantamento para futuro aumento de capital**

Neste exercício, a Companhia recebeu de sua controladora Textília S.A., a título de adiantamento para futuro aumento de capital o valor de R\$ 5.450, o qual foi consignado em subconta específica no balanço patrimonial, tendo em vista que este só poderá ser utilizado para esse fim e não existe possibilidade de devolução à controladora. Os procedimentos previstos na legislação societária para capitalização desse montante deverão ser finalizados até a data da Assembleia Geral Ordinária, quando então, será devidamente aprovada, com o valor incorporado ao capital social.

b) Reserva de reavaliação

Constituída em decorrência das reavaliações dos bens do ativo imobilizado, com base em laudo de avaliação elaborado por peritos independentes. O imposto de renda e a contribuição social diferido correspondentes a essas reavaliações estão classificados no passivo não circulante.

A Administração da Companhia confirma a opção de manter em seus livros os saldos das reservas de reavaliação constituídas até a vigência da Lei nº 11.638, de 2007 até o final de sua baixa por depreciação ou por alienação dos bens reavaliados. A reserva de reavaliação está sendo realizada por depreciação contra prejuízos acumulados, líquida dos impostos.

c) Reserva de lucros**Reserva legal**

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76.

Reserva estatutária para investimento

Constituída por parcela variável do lucro líquido ajustado na forma da Lei, conforme estatuto da Companhia com finalidade de assegurar recursos para investimentos em bens do ativo imobilizado.

Distribuição de dividendos intermediários

Relativamente ao lucro líquido apurado no período de 01 de janeiro a 30 de junho de 2011, a Administração propôs que se realize a distribuição de dividendos no importe de R\$ 13.100, sendo pago R\$ 0,28 para cada ação ordinária nominativa e R\$ 0,34 para as ações preferenciais nominativas das classes "A" e "B". O Conselho de Administração aprovou a proposta na reunião de 15 de agosto de 2011, sendo efetuado o pagamento em 13 de outubro de 2011.

Distribuição de dividendos mínimos

O cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios segue demonstrado a saber:

	2011
Lucro líquido do exercício da controladora	80.264
Incentivos fiscais do imposto de renda	(9.620)
	70.644
Constituição da reserva legal (5%)	(3.532)
Lucro líquido ajustado	67.112
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	16.778
Dividendos adicionais ao mínimo obrigatório	883
	<u>17.661</u>

Distribuição dos dividendos

Distribuição de dividendos para as ações ordinárias

Distribuição de dividendos intermediários para as ações ordinárias

Distribuição de dividendos para as ações preferenciais

Distribuição de dividendos intermediários para as ações preferenciais

Total da distribuição

Dividendos adicionais propostos

A Administração da Companhia propõe para aprovar na Assembleia Geral Ordinária, referente ao exercício de 2011, a distribuição de dividendos complementares do exercício, no montante de R\$ 12.939, sendo R\$ 0,28 por ação ordinária nominativa e R\$ 0,34 por ação preferencial nominativa.

d) Ajustes acumulados de conversão

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo da conta ajustes acumulados de conversão na demonstração dos resultados abrangentes, é de R\$ 1.030 (R\$ 5.726 em 31 de dezembro de 2010), decorrente do resultado da variação cambial de suas controladas, de acordo com as normas descritas no CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 534.

e) Lucro por ação

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia no exercício de 2011 e a respectiva quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação neste período, comparativamente com o exercício de 2010, conforme quadro abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	2011	2010
Lucro atribuído aos acionistas da Companhia	37.504	32.480
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	21.529	17.560
Lucro básico por ação - ordinárias	<u>1,74</u>	<u>1,85</u>
	Controladora e Consolidado	
	2011	2010
Lucro atribuído aos acionistas da Companhia	42.760	37.032
Quantidade média ponderada de ações preferenciais emitidas (milhares)	20.454	16.683
Lucro básico e diluído por ação - preferenciais	<u>2,09</u>	<u>2,22</u>

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS**21.1 Instrumentos financeiros**

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A política relativa à contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é aprovada pelo Conselho de Administração, sendo subsequentemente analisada de forma periódica em relação à exposição ao risco que a Administração pretende proteger (câmbio).

A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e das suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas dos valores de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Companhia e suas controladas podem utilizar derivativos para minimizar certos riscos que julgarem aceitáveis em decorrência dos seus perfis. Ao minimizar um risco, a Companhia e suas controladas auferem uma receita financeira, em troca de compensar a contraparte na ocorrência de um evento específico. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os respectivos custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos.

As políticas de administração de risco da Companhia foram estabelecidas pelo Conselho de Administração a fim de identificar e analisar riscos enfrentados pela Companhia, para estabelecer apropriados limites de riscos e controles e monitorar riscos e aderência aos limites. Políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. O Comitê de Finanças e Riscos e o Conselho de Administração da Companhia acompanham como a Administração monitora a aderência às políticas e procedimentos de administração de risco, e revisa a adequação do modelo de administração de risco em relação aos riscos aceitos pela Companhia.

Continuação do Balanço Patrimonial da VICUNHA TÊXTIL S.A.

a) Classificação dos instrumentos financeiros

	2011				Controladora 2010			
	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo do instrumento financeiro	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo do instrumento financeiro
Ativo								
Caixa e equivalente	7.384	-	-	7.384	3.138	-	-	3.138
Aplicações financeiras	104.882	-	-	104.882	45.762	-	-	45.762
Operações com derivativos	10.530	-	-	10.530	-	-	-	-
Contas a receber de clientes	-	322.521	-	322.521	-	277.253	-	277.253
Valores a receber	-	159.035	-	159.035	-	178.223	-	178.223
Créditos partes relacionadas	186	-	-	186	-	14.943	-	14.943
Passivo								
Financiamentos e empréstimos	-	-	529.758	529.758	-	-	328.270	328.270
Fornecedor	-	-	45.138	45.138	-	-	32.461	32.461

	2011				Consolidado 2010			
	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo do instrumento financeiro	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo do instrumento financeiro
Ativo								
Caixa e equivalente	22.010	-	-	22.010	13.769	-	-	13.769
Aplicações financeiras	112.007	-	-	112.007	73.726	-	-	73.726
Operações com derivativos	10.530	-	-	10.530	-	-	-	-
Contas a receber de clientes	-	330.981	-	330.981	-	286.962	-	286.962
Valores a receber	-	159.035	-	159.035	-	178.223	-	178.223
Créditos partes relacionadas	186	-	-	186	-	14.827	-	14.827
Passivo								
Financiamentos e empréstimos	-	-	607.912	607.912	-	-	369.925	369.925
Fornecedor	-	-	52.727	52.727	-	-	39.668	39.668

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro acima, e de acordo com avaliação da Administração, não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

b) Valor justo

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC nº 38 - Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração, em 31 de dezembro de 2011, os valores justos dos investimentos com cotação pública foram baseados nos preços atuais de compra.

Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Administração estabeleceu o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados que faz o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam com o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

O IFRS 7/CPC 40 define o valor justo como o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos, bem como estabelece uma hierarquia para três níveis a serem utilizados para mensuração do valor justo, a saber:

- Nível 1 - preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- Nível 2 - *inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- Nível 3 - *inputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronto e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa, agência reguladora, entre outros, e aqueles preços representarem transações de mercado reais e que ocorram regularmente em bases puramente comerciais, sendo assim, o valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço, estando incluído no Nível 1.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação.

Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confia o menos possível nas estimativas específicas da Companhia.

Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem fornecidas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2. Caso as informações sejam oriundas de dados internos da Companhia, o instrumento estará incluído no nível 3.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas controladas mantinham certos ativos cuja mensuração ao valor justo é requerida em bases recorrentes. Estes ativos referem-se a investimentos em títulos privados. Os ativos e passivos da Companhia mensurados a valor justo em bases recorrentes e sujeitos a divulgação, conforme os requerimentos do IFRS 7/CPC 40 em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, são os seguintes:

	Controladora				Mensuração valor justo - 2011			
	Consolidado				Consolidado			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativo circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	-	7.384	-	7.384	-	22.010	-	22.010
Aplicações financeiras	-	104.882	-	104.882	-	112.007	-	112.007
Operações com derivativos	-	10.530	-	10.530	-	10.530	-	10.530
	-	122.796	-	122.796	-	144.547	-	144.547

Continuação do Balanço Patrimonial da VICUNHA TÊXTIL S.A.

	Controladora				Mensuração valor justo - 2010			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Consolidado Total
Ativo circulante								Reapresentado
Caixa e equivalentes de caixa	-	3.138	-	3.138	-	13.769	-	13.769
Aplicações financeiras	-	45.762	-	45.762	-	73.326	-	73.326
	-	48.900	-	48.900	-	87.095	-	87.095

Não houve transferência de ativos ou passivos entre níveis da hierarquia de valor justo em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010.

21.2 Gestão de riscos**Riscos**

As operações da Companhia e suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas terem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

O risco de crédito em duplicatas a receber é reduzido devido à pulverização dos saldos em diversos clientes, não havendo concentração superior a 4% do saldo de duplicatas a receber em um só cliente. A Administração da Companhia acredita que constitui provisões suficientes para fazer frente ao não recebimento e não tem diferenças entre o valor justo e contábil destas provisões (vide as análises quantitativas relativo ao valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa na nota explicativa nº 7).

b) Risco de liquidez

A elaboração da previsão de fluxo de caixa é realizada pela tesouraria. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às suas necessidades operacionais.

O excesso de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez adequada para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

O quadro abaixo representa os principais passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

	Controladora			Consolidado		
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 7 anos	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 7 anos
Financiamentos e empréstimos	264.819	216.237	48.702	273.317	244.364	90.231
	264.819	216.237	48.702	273.317	244.364	90.231

c) Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré-fixadas ou pós-fixadas, além de contratar *swaps* dentro dos limites determinados em sua política interna. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia mantinha operações de *Swap* ("Troca de Indexador") em aberto junto ao Banco do Brasil S.A. com valor notional de R\$ 10.011 com vencimento em 21 de dezembro de 2012. Nesta operação a Companhia trocou a variação de seu passivo de 106% do CDI para uma taxa pré-fixada de 10,3%.

Descrição	Valor de referência (nocional) 31/12/2011	Valor de curva 31/12/2011	Ganho (Perda) não realizada 31/12/2011
a.1 Contratos de "swaps"			
Posição ativa -Taxa Pré-Fixado 10,3438% a.a. (Banco do Brasil)	10.011	10.013	(2)
Posição passiva - 106,0% do CDI			
Totais:	10.011	10.013	(2)

d) Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e suas controladas para a aquisição de insumos, venda de produtos ou contratos como instrumentos financeiros. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia tem investimentos em controladas no exterior e tem fluxos operacionais de compras e vendas em outras moedas.

A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos (*hedge* cambial) para proteger-se da variação cambial decorrente da totalidade de empréstimos em moeda estrangeira.

A composição dos derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2011 visando a gestão do risco de variação nas taxas de câmbio é como segue:

Descrição	Valor de referência (nocional) 2011	Valor de curva 2011	Ganho (Perda) não realizada 2011
			Ganho
a.1 Contratos de "swaps"			
Posição ativa - VC + 3,34% a.a. (Itaú BBA)			
Posição passiva - 109,9% do CDI	14.297	13.646	651
a.2 Contratos de "swaps"			
Posição ativa - VC + 3,50% a.a. (Itaú BBA)			
Posição passiva - 105,5% do CDI	37.578	31.969	5.609
a.3 Contratos de "swaps"			
Posição ativa - VC + 3,40% a.a. (Itaú BBA)			
Posição passiva - 100,5% do CDI	5.416	4.789	627
a.4 Contratos de "swaps"			
Posição ativa - VC + 3,75% a.a. (Itaú BBA)			
Posição passiva - 103,9% do CDI	9.443	8.423	1.020
a.5 Contratos de "swaps"			
Posição ativa - VC + 3,95% a.a. (Safra)			
Posição passiva - 106,0% do CDI	19.157	17.021	2.136
a.6 Contratos de "swaps"			
Posição ativa - VC + 3,50% a.a. (Itaú BBA)			
Posição passiva - 105,0% do CDI	3.201	2.714	487
Totais:	89.092	78.562	10.530

a.1 Contratos de "swaps": A Companhia mantém em 31 de dezembro de 2011 operações em aberto junto ao Banco Itaú BBA S.A. do tipo *Swap* ("Troca de Indexador") com valor notional de R\$ 14.297 (USD7.622) com vencimento em 17 de agosto de 2012. Os parâmetros de atualização desta operação são de passivo banco e ativo Vicunha em 109,9% do CDI e passivo em VC+3,34% a.a. de acordo com as verificações mencionadas acima;

a.2 Contratos de "swaps": A Companhia mantém em 31 de dezembro de 2011 operações em aberto junto ao Banco Itaú BBA S.A. do tipo *Swap* ("Troca de Indexador") com valor notional de R\$ 37.578 (USD20.033) com vencimento em 14 de junho de 2013. Os parâmetros de atualização desta operação são de passivo banco e ativo Vicunha em 105,0% do CDI e passivo em VC+3,50% a.a. de acordo com as verificações mencionadas acima;

Continuação do Balanço Patrimonial da VICUNHA TÊXTIL S.A.

a.3 *Contratos de “swaps”*: A Companhia mantém em 31 de dezembro de 2011 operações em aberto junto ao Banco Itaú BBA S.A. do tipo *Swap* (“Troca de Indexador”) com valor nocional de R\$ 5.416 (USD2.887) com vencimento em 17 de junho de 2013. Os parâmetros de atualização desta operação são de passivo banco e ativo Vicunha em 100,5% do CDI e passivo em VC+3,40% a.a. de acordo com as verificações mencionadas acima;

a.4 *Contratos de “swaps”*: A Companhia mantém em 31 de dezembro de 2011 operações em aberto junto ao Banco Itaú BBA S.A. do tipo *Swap* (“Troca de Indexador”) com valor nocional de R\$ 9.443 (USD5.034) com vencimento em 17 de junho de 2013. Os parâmetros de atualização desta operação são de passivo banco e ativo Vicunha em 103,9% do CDI e passivo em VC+3,75% a.a. de acordo com as verificações mencionadas acima;

a.5 *Contratos de “swaps”*: A Companhia mantém em 31 de dezembro de 2011 operações em aberto junto ao Banco Safra S.A. do tipo *Swap* (“Troca de Indexador”) com valor nocional de R\$ 19.157 (USD10.213) com vencimento em 10 de junho de 2013. Os parâmetros de atualização desta operação são de passivo banco e ativo Vicunha em 106,0% do CDI e passivo em VC+3,95% a.a. de acordo com as verificações mencionadas acima;

a.6 *Contratos de “swaps”*: A Companhia mantém em 31 de dezembro de 2011 operações em aberto junto ao Banco Itaú BBA S.A. do tipo *Swap* (“Troca de Indexador”) com valor nocional de R\$ 3.201 (USD1.706) com vencimento em 23 de julho de 2013. Os parâmetros de atualização desta operação são de passivo banco e ativo Vicunha em 105% do CDI e passivo em VC+3,5% a.a. de acordo com as verificações mencionadas acima.

e) Risco da taxa de câmbio - Exposição cambial

A exposição cambial está preponderantemente, mas não toda, indexada ao dólar norte-americano como segue:

	2011		2010	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Ativo:				Reapresentado
Ativos financeiros	-	8.516	-	24.236
Clientes	91.737	60.752	65.950	51.743
Contratos de “Swap”	89.092	89.092	-	-
Outros ativos	6.020	16.703	-	5.148
	<u>186.849</u>	<u>175.063</u>	<u>65.950</u>	<u>81.127</u>
Passivo:				
Empréstimos e financiamentos	(206.639)	(274.817)	(35.709)	(77.363)
Fornecedores	(2.061)	(13.422)	(2.243)	(8.493)
Adiantamento de contratos de câmbio	(51.305)	(51.305)	(45.876)	(45.876)
Outros passivos	(6.476)	(24.401)	-	(16.400)
	<u>(266.481)</u>	<u>(363.945)</u>	<u>(83.828)</u>	<u>(148.132)</u>
Ativo/passivo, líquido	<u>(79.632)</u>	<u>(188.882)</u>	<u>(17.878)</u>	<u>(67.005)</u>
Ativo/passivo, líquido - Equivalente a USD mil	<u>(42.452)</u>	<u>(100.694)</u>	<u>(10.730)</u>	<u>(40.214)</u>

A exposição cambial em 31 de dezembro de 2011 é de USD 42.452 (consolidado USD 100.694). Parte da exposição cambial está protegida pelas exportações previstas para 2012. O volume anual de exportações previstas no Plano Operacional - PO da Companhia para 2012 é de USD 102.000.

f) Risco de commodities

A Companhia está exposta às flutuações de preços de sua principal matéria-prima, algodão. A proteção para oscilação no preço das commodities está baseada numa adequada política de compras. Para tanto, a Administração negocia previamente contratos para entrega futura desta matéria-prima. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia apresentava contratos negociados e ainda não entregues na nota explicativa nº 24.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros, incluindo derivativos, estão expostos às variações de valor justo em decorrência da flutuação de taxas de câmbio, taxas de juros (TJLP), e taxa (CDI). As avaliações da sensibilidade dos instrumentos financeiros a essas variáveis são apresentadas a seguir:

a) Seleção dos riscos

A Administração da Companhia entende que três riscos de mercado são os que mais podem afetar o valor dos instrumentos financeiros por ela detidos, como: (1) a taxa de câmbio dólar norte-americano-real; (2) a taxas de juros oficial (TJLP); e (3) a taxa do CDI.

b) Seleção dos cenários

No quadro a seguir foram considerados três cenários de risco para os indexadores de moedas desses passivos financeiros, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia e suas controladas. Além desse cenário, a CVM, através da Instrução nº 475, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% das variáveis do risco consideradas, para os quais se tomou como base 31 de dezembro de 2011. O cenário provável considera a cotação do dólar norte-americano-real, a TJLP e taxa do CDI todos na data de fechamento 31 de dezembro de 2011.

Os cenários possíveis e remotos consideram altas de 25% e 50%, respectivamente, nestes indicadores.

Análise de sensibilidade de variações do dólar

Moeda estrangeira	Cenários em reais (prazo de 1 ano)		
	Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
Taxa dólar em 31/12/11	1,8758	2,3447	2,8137
Exposição cambial - USD mil 42.452	79.631	99.537	119.447
Exportações previstas USD 102.000 mil	191.332	239.159	286.997

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Financiamentos e empréstimos	Cenários em reais (prazo de 1 ano)		
	Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
TJLP em 31/12/11	6,0%	7,5%	9,0%
Financiamentos indexados - TJLP - R\$	30.186	30.613	31.039
Taxa do CDI em 31/12/11	10,87%	13,58%	16,30%
Financiamentos indexados - CDI - R\$	121.486	124.455	127.436

Aplicações financeiras

	Cenários em reais (prazo de 1 ano)		
	Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
Taxa CDI em 31/12/11	10,87%	13,58%	16,30%
Aplicações financeiras:			
Banco Fibra S.A. - (CDB) - R\$	104.138	106.682	109.237
Banco Daycoval S.A. - (CDB) - R\$	5.765	5.906	6.051
Banco ABC Brasil - (LCA) - R\$	8.663	8.875	9.092
Banco Pine - (LCA) - R\$	4.887	5.007	5.129

21.3 Gestão do capital

O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é o de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos e capitalização por parte dos acionistas para reduzir o nível de endividamento.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Continuação do Balanço Patrimonial da VICUNHA TÊXTIL S.A.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, podem ser assim sumariados:

	2011	Consolidado 2010
Total dos empréstimos e financiamentos	607.912	Reapresentado 369.925
Menos:		
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	(134.017)	(87.095)
Operações com derivativos	(10.530)	-
Dívida líquida (a)	463.365	282.830
Total do patrimônio	884.962	839.123
Total do capital (b)	1.348.327	1.121.953
Índice de alavancagem financeira - % (c)=(a):(b)	34	25

O aumento no índice de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2011 decorre do maior volume de aquisição de algodão (matéria prima) e aquisição de imobilizado.

22. COMPROMISSOS**Compra de algodão**

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía diversos contratos canceláveis para compra de algodão importado e nacional para entrega de mercadoria futura. O preço do algodão pode ser fixado em dólares ou em reais.

Os contratos firmados até 31 de dezembro de 2011 e ainda não recebidos são:

	2011
Algodão nacional em milhares de reais:	
Quantidade total (Ton.)	12.582
Valor total R\$	51.850
Algodão nacional em milhares de dólares:	
Quantidade total (Ton.)	6.971
Valor total USD	16.912
Algodão importado em milhares de dólares:	
Quantidade total (Ton.)	450
Valor total USD	992

Com relação à sua liquidação do contrato em data futura, a Companhia está comprometida a incorrer num dispêndio equivalente ao montante consolidado de R\$ 51.850 e de USD 16.912 mil proveniente de compra de algodão nacional e USD 992 mil de algodão importado. Estes comprometimentos devem ser liquidados no exercício seguinte.

23. RECEITA LÍQUIDA

	2011	Controladora 2010	2011	Consolidado 2010
				Reapresentado
Receita bruta	1.134.751	1.248.135	1.290.757	1.342.989
(-) Deduções de receita				
Impostos sobre vendas	(163.907)	(184.973)	(194.299)	(205.183)
Devolução e abatimentos	(18.553)	(16.703)	(25.501)	(18.582)
Total de receita líquida	952.291	1.046.459	1.070.957	1.119.224
Receitas líquidas das operações descontinuadas	-	(144.464)	-	(144.464)
Receitas líquidas das operações continuadas	952.291	901.995	1.070.957	974.760

24. RESULTADO POR NATUREZA

	2011	Controladora 2010	2011	Consolidado 2010
				Reapresentado
Classificado por função:				
Custo dos produtos vendidos	697.628	652.991	761.402	685.379
Com vendas	77.211	65.253	97.987	81.308
Gerais e administrativas	64.821	56.420	91.261	71.427
	839.660	774.664	950.650	838.114
Classificado por natureza:				
Matéria prima, produtos químicos e materiais de uso e consumo	401.772	490.031	462.571	552.419
Despesas com pessoal e benefícios	162.829	175.245	177.288	184.445
Depreciação e amortização	37.695	43.450	47.851	48.583
Serviços de fretes e comissões	41.521	44.362	51.193	51.313
Energia, água e combustíveis industriais	112.747	116.148	113.075	116.245
Outras despesas	83.096	49.171	98.672	58.852
Operações descontinuadas	-	(143.743)	-	(143.743)
	839.660	774.664	950.650	838.114

25. RESULTADO FINANCEIRO

	2011	Controladora 2010	2011	Consolidado 2010
				Reapresentado
Receitas financeiras:				
Juros ativos	42.173	18.957	42.803	19.200
Operações com derivativos	18.331	-	18.331	-
Reversão provisões financeiras	3.993	-	3.993	-
Ajuste financeiro valor presente	6.140	6.925	6.140	6.925
Outras receitas financeiras	2.506	7.670	2.573	7.732
Total das receitas financeiras	73.143	33.552	73.840	33.857
Despesas financeiras:				
Juros passivos	(53.889)	(50.328)	(53.893)	(50.216)
Descontos concedidos	(2.134)	(16.002)	(2.137)	(16.002)
Operações com derivativos	(7.801)	-	(7.801)	-
Provisões financeiras	(3.930)	-	(3.930)	-
Ajuste financeiro valor presente	(2.023)	(2.085)	(2.023)	(2.085)
Outras despesas financeiras	(4.878)	(7.334)	(9.760)	(9.047)
Total das despesas financeiras	(74.655)	(75.749)	(79.544)	(77.350)
Receitas e despesas financeiras líquidas	(1.512)	(42.197)	(5.704)	(43.493)
Variação cambial:				
Ativa	71.169	33.352	78.716	33.710
Passiva	(93.492)	(33.677)	(102.087)	(36.695)
Variação cambial líquida	(22.323)	(325)	(23.371)	(2.985)
Resultado financeiro líquido	(23.835)	(42.522)	(29.075)	(46.478)

Continuação do Balanço Patrimonial da VICUNHA TÊXTIL S.A.**26. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS**

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Receitas:				Reapresentado
Reversão de provisões diversas	42.928	29.742	42.928	27.317
Recuperação de impostos	-	8.703	-	8.703
Ganho com parcelamento de impostos	3.166	-	3.166	-
Venda de imobilizado	3.847	36.013	3.847	47.447
Ganho de capital sobre investimento	3.882	-	3.882	-
Venda de investimento	-	11.787	-	11.787
Outras	5.978	3.826	6.734	4.269
Total das receitas	59.801	90.071	60.557	99.523
Despesas:				
PIS e COFINS sobre outras receitas	(3.767)	(4.446)	(3.775)	(4.448)
Provisões diversas	(24.582)	(28.470)	(24.582)	(28.470)
Despesas de parcelamento de impostos	(5.548)	-	(5.548)	-
Indenizações	(1.860)	(3.820)	(1.860)	(3.820)
Despesas com unidades paralisadas	(9.606)	(15.158)	(9.606)	(15.158)
Custo de venda de imobilizado	(2.931)	(27.618)	(2.931)	(39.426)
Custo da venda de investimento	-	(11.736)	-	(11.736)
Participação de funcionários	(11.505)	(419)	(12.097)	(1.050)
Outros	(880)	(1.539)	(1.748)	(46)
Total das despesas	(60.679)	(93.206)	(62.147)	(104.154)
Resultado líquido das operações continuadas	(878)	(3.135)	(1.590)	(4.631)
Resultado líquido das operações descontinuadas	-	(1.963)	-	(1.963)
Outras despesas operacionais líquidas	(878)	(5.098)	(1.590)	(6.594)

27. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmentos estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22 - Informações por Segmento (IFRS 8) e são apresentadas em relação aos negócios da Companhia e suas controladas que foram identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas utilizados pelos principais tomadores de decisão da Companhia.

Um segmento é um componente identificável da Companhia, destinado à fabricação de produtos ou à prestação de serviços, ou ao fornecimento de produtos e serviços num ambiente econômico particular, o qual esteja sujeito a riscos e remunerações que são diferentes daqueles outros segmentos.

Os resultados de segmentos incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

Os segmentos utilizados para tomada de decisão e para gerenciamento interno pela Administração da Companhia e suas controladas foram definidos de acordo com a linha de produto, conforme abaixo:

- (i) Índigos e Brins: compreende a atividade de produção e venda de tecidos de algodão para o mercado interno e externo.
- (ii) Fios: compreende as atividades de produção e venda de fios de algodão para o mercado interno e externo.
- (iii) Malhas: compreende as atividades de produção e venda de malhas naturais e sintéticas para o mercado interno e externo.
- (iv) Fibras e Filamentos: compreende as atividades de produção e venda de fibras e filamentos sintéticos para o mercado interno e externo.
- (v) Outros: compreende as demais atividades da Companhia, as quais podem obter receitas e incorrer em despesas, e que não estão diretamente relacionadas aos segmentos acima divulgados. Eventuais prestações de serviço, receitas de aluguel, indenizações, despesas com unidades paralisadas, entre outros itens não relacionados aos segmentos operacionais são classificados neste segmento.

As informações acerca dos ativos e passivos, resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social não foram divulgadas nas informações por segmento em razão da não utilização da Administração da Companhia dos referidos dados de forma segmentada, pois os mesmos são gerenciados e analisados de forma consolidada em sua operação.

	Consolidado			
	01/01/2011 - 31/12/2011			
	Índigo e Brim	Fios	Outros	Total
Receita operacional bruta	1.209.430	62.961	18.366	1.290.757
Mercado Interno	894.073	62.961	18.366	975.400
Mercado Externo	315.357	-	-	315.357
Deduções da receita	(205.191)	(12.258)	(2.351)	(219.800)
Receita operacional líquida	1.004.239	50.703	16.015	1.070.957
Custos dos produtos vendidos	(703.390)	(54.307)	(3.705)	(761.402)
Lucro bruto	300.849	(3.604)	12.310	309.555
Despesas/receitas operacionais	(168.594)	(9.963)	(17.541)	(196.098)
Comerciais	(92.292)	(4.622)	(1.686)	(98.600)
Administrativas	(75.146)	(5.680)	(15.082)	(95.908)
Outras	(1.156)	339	(773)	(1.590)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	132.255	(13.567)	(5.231)	113.457
Depreciação e amortização	35.265	2.746	9.840	47.851
Participação nos resultados	9.772	389	-	10.161
EBITDA	177.292	(10.432)	4.609	171.469
Financeiro	-	-	-	(29.075)
IR/CSLL	-	-	-	(3.786)
Participação dos minoritários	(332)	-	-	(332)
Lucro Líquido	131.923	(13.567)	(5.231)	80.264

Continuação do Balanço Patrimonial da VICUNHA TÊXTIL S.A.

	Consolidado					
	01/01/2010 - 31/12/2010					
	Índigo e Brim	Fios	Malhas	Filamentos	Outros	Total
Receita operacional bruta	1.063.809	89.081	48.784	133.657	7.658	1.342.989
Mercado Interno	836.952	89.081	48.154	114.466	7.658	1.096.311
Mercado Externo	226.857	-	630	19.191	-	246.678
Deduções da receita	(169.934)	(15.116)	(9.792)	(28.185)	(738)	(223.765)
Receita operacional líquida	893.875	73.965	38.992	105.472	6.920	1.119.224
Custos dos produtos vendidos	(624.181)	(60.792)	(38.782)	(105.097)	(406)	(829.258)
Lucro bruto	269.694	13.173	210	375	6.514	289.966
Despesas/receitas operacionais	(154.006)	(10.030)	10.358	(8.259)	(5.221)	(167.158)
Comerciais	(77.479)	(3.804)	8.068	(4.342)	(26)	(77.583)
Administrativas	(58.014)	(5.271)	(936)	(2.654)	(8.141)	(75.016)
Outras	(18.513)	(955)	3.226	(1.263)	2.946	(14.559)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	115.688	3.143	10.568	(7.884)	1.293	122.808
Depreciação e amortização	35.892	2.384	3.400	2.129	4.778	48.583
Participação nos resultados	14.572	-	-	-	-	14.572
EBITDA	166.152	5.527	13.968	(5.755)	6.071	185.963
Financeiro	-	-	-	-	-	(46.478)
IR/CSLL	-	-	-	-	-	(5.255)
Participação dos minoritários	(1.563)	-	-	-	-	(1.563)
Lucro Líquido	114.125	3.143	10.568	(7.884)	1.293	69.512

(a) Os segmentos de Malhas e Fibras e Filamentos deixaram de fazer parte das operações da Companhia durante o exercício de 2010. Conforme requerido pelo CPC 31 - Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada, a Companhia está demonstrando o efeito de 30 de junho de 2010, para os grupos de resultado, conforme apresentado acima. Adicionalmente com a descontinuidade operacional desses segmentos a Companhia efetuou a baixa "por conferência de ativos" conforme demonstrado a seguir:

- Malhas: A Companhia alienou a operação de malharia para Têxtil Itatiba Ltda. A venda das máquinas, equipamentos, instalações, móveis, equipamentos de informática, veículos e da marca foi no montante de R\$ 36.000.
- Fibras: A Companhia conferiu bens para Fibracel Têxtil Ltda. compreendendo imóveis no montante de R\$ 143.719, bens do ativo imobilizado compreendendo máquinas e equipamentos, móveis e veículos no montante de R\$ 16.386;
- Filamentos: A Companhia conferiu bens para Texfibra Têxtil Ltda., compreendendo máquinas, móveis e equipamentos de informática no montante de R\$ 10.656.

28. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a conclusão sobre a suficiência da cobertura de seguros, que foi determinada pela Administração da Companhia e que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Em 31 de dezembro de 2011, a cobertura de seguro de incêndio possui um limite máximo de indenização de R\$ 210.000 e lucros cessantes de R\$ 205.329 com um período de indenização de doze meses, considerados suficientes pela Administração para cobertura de riscos.

29. MEIO AMBIENTE (NÃO AUDITADA)

Na última década a Companhia planejou e executou o projeto de implantação de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) em suas unidades fabris no Nordeste, em conformidade com a norma internacional NBR ISO 14.001. O projeto significou uma mudança nos modelos de gestão das unidades fabris, ratificando o meio ambiente como um importante cliente a ser satisfeito.

A implementação de um SGA passou por etapas importantes: identificação e classificação de aspectos e impactos ambientais, identificação e compreensão da legislação ambiental aplicável, controle e monitoramento sobre os aspectos relevantes e requisitos legais aplicáveis, desenvolvimento de programas ambientais, criação de canais de comunicação com o público, elaboração de planos de atendimento a emergência e auditorias internas e externas. Todas estas etapas colocam como princípio fundamental para a Companhia a preservação do meio ambiente, a melhoria contínua de sua performance ambiental e o respeito à legislação aplicável às suas atividades.

Este princípio está explícito e documentado na Política de Sistema Integrado de Gestão para a Qualidade, Meio Ambiente, Saúde e Segurança, onde lista os compromissos assumidos pela Companhia perante os clientes, acionistas, colaboradores e sociedade.

30. INCENTIVOS FISCAIS**Federal**

O cálculo do lucro da exploração sobre a redução do imposto de renda é como segue:

Cálculo Lucro Real:	31/12/11
Lucro Antes da Tributação	83.807
Ajuste de RTT	(20.654)
Adições de despesas e provisões operacionais	66.955
Reversões de provisões operacionais	(69.781)
Exclusão de ágio	(1.438)
Utilização de Créditos Fiscais	(17.667)
	41.222
IR (Alíquotas oficiais de 15% + 10%)	10.282

Continuação do Balanço Patrimonial da VICUNHA TÊXTIL S.A.

Cálculo Lucro da Exploração:	31/12/11
Lucro Antes do IR e CSL	83.807
Ajuste RTT	(20.654)
Adições a Lucro de Exploração	24.170
Exclusões ao Lucro de Exploração	(22.915)
	64.408
Faturamento líquido total	952.291
Faturamento incentivado líquido	887.722
% Faturamento incentivado sobre o total	93,22%
Lucro da exploração	60.041
IR sobre o lucro da exploração (Alíquotas oficiais de 15%)	9.006
Adicional IR sobre o lucro da exploração	3.821
Total	12.827
Isenção (Redução) do Imposto de Renda 75%	9.620

Estadual

As filiais situadas no Estado do Ceará, nos municípios de Maracanaú e Pacajus, obtiveram incentivo fiscal com validade até os anos-calendários de 2012 e 2013, denominado Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Industrial (PROVIN), integrante do Fundo de Desenvolvimento Industrial do Estado do Ceará (FDI), consistindo na dilação do prazo para pagamento da parcela do saldo devedor mensal do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), com dedução de 88% (oitenta e oito por cento), caso exista a liquidação do débito até a data de vencimento.

A unidade localizada no Estado do Rio Grande do Norte, por sua vez, auferiu benefício fiscal do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial (PROADI), celebrando contrato de mútuo com órgão do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, propiciando o financiamento de até 75% (setenta e cinco por cento) do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), com validade até o ano-calendário de 2015.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ricardo Steinbruch – Presidente
 Elisabeth Steinbruch Schwarz – Vice-Presidente do Conselho de Administração
 Fábio Steinbruch – Conselheiro
 José Antonio Miguel Neto – Conselheiro
 João Carlos Chede – Conselheiro
 Vicente Donini – Conselheiro

DIRETORIA

Ricardo Steinbruch – Diretor Presidente
 José Maurício D'Isep – Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
 Anna Maria Marzorati Kuntz – Diretora
 Marcel Yoshimi Imaizumi – Diretor

José Roberto dos Santos Luciano
 TC-CRC-1SP109.960/O-5 S - CE

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da

Vicunha Têxtil S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Vicunha Têxtil S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações dos resultados e dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Vicunha Têxtil S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Vicunha Têxtil S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Continuação do Balanço Patrimonial da VICUNHA TÊXTIL S.A.**Ênfase**

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Vicunha Têxtil S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos**Demonstrações do valor adicionado**

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 29 de março de 2011 sem qualquer modificação.

São Paulo, 30 de março de 2012.

ERNST & YOUNG TERCO
Quality In Everything We Do

Audidores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Waldyr Passetto Junior

Contador CRC-1SP173518/O-8 S-CE

*** **

Grendene

GRENDENE S.A.

Companhia Aberta - CNPJ N.º 89.850.341/0001-60 - NIRE N.º 23300021118-CE

AVISO AOS ACIONISTAS - DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

Comunicamos aos acionistas que em Assembleia Geral Ordinária, desta Companhia, realizada em 02 de abril de 2012, foi ratificada a aprovação da **distribuição do saldo de dividendos** do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, **no montante de R\$ 87.208.800,00** (oitenta e sete milhões, duzentos e oito mil e oitocentos reais). Os dividendos **serão pagos a partir do dia 25 de abril de 2012**, sem remuneração ou atualização monetária e não haverá retenção de Imposto de Renda. Farão jus ao saldo dos dividendos a pagar relativos ao exercício de 2011, os acionistas inscritos nos registros da Companhia em 11 de abril de 2012. As ações da Companhia ficarão **ex-dividendos a partir de 12 de abril de 2012**, na BM&FBOVESPA. Os acionistas detentores de ações ordinárias nesta data receberão o dividendo de **R\$ 0,29 por ação**. Esta distribuição de dividendos, somada ao montante de R\$ 132.316.800,00 (cento e trinta e dois milhões, trezentos e dezesseis mil e oitocentos reais), pagos como antecipações em 2011, totaliza uma **distribuição de R\$219.525.600,00** (duzentos e dezenove milhões, quinhentos e vinte e cinco mil e seiscentos reais), **relativos ao exercício social de 2011**. O pagamento dos valores distribuídos será efetuado da seguinte forma: a) Os acionistas que já indicaram a conta bancária terão seus créditos disponíveis de acordo com a conta corrente informada ao Banco Itaú S.A.; b) Para os acionistas que não fizeram esta indicação, o Banco Itaú S.A., como Instituição Financeira Depositária enviará aviso contendo informações sobre o pagamento, o qual deverá ser apresentado numa de suas agências com as instruções para processamento do respectivo crédito em conta bancária. Os acionistas terão seus créditos disponíveis na data de início do pagamento desse direito de acordo com a sua conta corrente e domicílio bancário, fornecidos ao Banco Itaú S.A. Sobral, 02 de abril de 2012. Francisco Olinto Velo Schmitt - Diretor de Relações com Investidores.

*** **

TERRA LUZ TRANSPORTES S/A - CNPJ(MF) 04.843.115/0001-07 - NIRE 23300021592 - Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 04 de Setembro de 2006, lavrada em forma de sumário. Local e Data: Sede social à Av. Presidente Costa e Silva, nº 2000-A, Bairro Mondubim, CEP 60.850-000, em Fortaleza-Ceará, em 04 de setembro de 2006, às 10:00 hs. **Presenças:** Acionistas representantes a totalidade do capital conforme assinaturas apostas no Livro de Presença de Acionistas. **Convocação dos Acionistas:** Convocação através de memorando em 2 de agosto de 2006. **Composição da Mesa:** Waldemir Feitosa de Albuquerque Lima - **Diretor Presidente** e Demóstenes Joaquim Cito Cavalcante - **Secretário. Ordem do Dia:** **DA AGO:** a) Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações contábeis do exercício social encerrado em 31.12.2005; b) Deliberar sobre o resultado do exercício; **DA AGE:** a) Mudança do endereço da companhia. **Documentos Apresentados:** Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis do Exercício Social encerrado em 31.12.2005. **Deliberações:** Foram tomadas, por unanimidade de votos dos acionistas presentes, abstenendo-se de votar os legalmente impedidos, as seguintes: **DA AGO:** a) Aprovação das contas dos Administradores e Demonstrações Contábeis do exercício social encerrado em 31.12.2005, dispensada a publicação de acordo com Inciso II do art. 294 da Lei 6.404/76; b) Aprovado o prejuízo do exercício apurado em 31.12.2005, destinando para conta de prejuízos acumulados. **DA AGE:** a) Alteração do endereço da companhia para Av. Jornalista Tomaz Coelho, 2000-A, CEP 60.864- 810, Bairro Cajazeiras, em Fortaleza-CE; e b) Em função da alteração o Artigo 2º do Estatuto Social passará a ter a seguinte redação: “**Artigo 2º** - A sociedade tem sede e foro jurídico em Fortaleza, Estado do Ceará, à Av. Jornalista Tomaz Coelho, 2000-A, Bairro Cajazeiras, CEP 60.864-810, podendo, a critério de sua Diretoria operar em todo o território nacional e no exterior, criando e/ou extinguindo filiais, escritórios ou representações, obedecida a legislação vigente no País.” **Parecer do Conselho Fiscal:** Inexiste, já que esse órgão não foi instalado para o exercício findo e nem para o presente exercício. **Dissidências e Contestações:** Não houve voto em contrário e nem quaisquer dissidências. **Assinaturas:** Waldemir Feitosa de Albuquerque Lima e Demóstenes Joaquim Cito Cavalcante. Confere com o original lavrado em livro próprio. **Waldemir Feitosa de Albuquerque Lima** - Diretor Presidente. **Demóstenes Joaquim Cito Cavalcante** - Secretário. Junta Comercial do Estado do Ceará - Sede - Certifico o Registro em: 18/09/2006. Sob nº: 20060600977. Haroldo Fernandes Moreira - Secretário Geral.

*** **

ESTADO DO CEARÁ-PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACATI- EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE EDITAL. A Comissão Permanente de Licitação, localizada à Rua Santos Dumont, 1146, Centro, comunica aos interessados que no dia 04 de maio de 2012 às 9:00 horas, estará abrindo Licitação na modalidade Concorrência Pública nº 0204.01/2012-SEINFRA, do Tipo Menor Preço, cujo objeto é a contratação de prestação de serviços de instalação e ampliação da iluminação pública do Município, bem como melhoria na eficiência energética no Município de Aracati-Ceará. O Edital, na íntegra, poderá ser retirado na Comissão de Licitação, no endereço acima, no horário de 08:00 às 12:00hs, a partir da data desta publicação. **José Neto de Castro – Presidente da CPL. Aracati 03 de abril de 2012.**

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACATI - EXTRATO DE CONTRATO - Contratante: Município de Aracati; **Contratadas:** ANDAIMES INFRAESTRUTURA, PRODUÇÃO E PROMOÇÕES DE EVENTOS LTDA e ANTÔNIO BATISTA MARQUES EPP; **Objeto:** Contratação de prestação de serviços de Organização, Produção e Realização do Evento Carnaval Popular e Cultural de Aracati 2012, no Município de Aracati – Ceará; **Modalidade de Licitação:** Pregão Presencial; **Fundamentação Legal:** Pregão Presencial nº 01/2012-SMTCMA e a Lei Federal nº 8.666/93; **Vigência:** 10/02/2012 à 31/12/2012; **Data de Assinatura:** 10/02/2012; **Ordenador de Despesas:** Thiago de Lima Sales. **Aracati-CE, 03 de abril de 2012.**



COMPANHIA DE ALIMENTOS DO NORDESTE - CIALNE

CNPJ Nº 07.220.874/0001-01

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas: Em cumprimento aos dispositivos legais societários e ao Estatuto Social da Companhia, temos a satisfação de apresentarmos o Relatório Anual de 2011, com as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, representadas pelo Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e da Demonstração do Fluxo de Caixa. Para fins de comparabilidade, são apresentados os valores referentes ao exercício anterior. A CIALNE é uma empresa genuinamente nordestina, líder em mercados do Norte e Nordeste do Brasil, atualmente concentra suas atividades na criação de aves matrizes avós (atividade pioneira no Ceará), na produção de pintos matrizes, ovos férteis, pintos de um dia de corte, frangos de corte, gado bovino e leite. A receita bruta total da Companhia atingiu R\$ 233.702.104 (Duzentos e trinta e três milhões, setecentos e dois mil e cento e quatro reais), o que representa um aumento no faturamento de 2010 para 2011 de 6,71%. Agradecemos a todos os funcionários da empresa cuja dedicação tem sido de inestimável valia para o êxito da Empresa ao longo dos anos. Agradecemos, de igual modo, a clientes, fornecedores, amigos e a todos que, de alguma forma, contribuíram para o desenvolvimento e crescimento de nossa atividade empresarial. Fortaleza, Março de 2012. **A Diretoria.**

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

ATIVO	31/12/2011	31/12/2010	OBRIGAÇÕES A PAGAR	31.155.344,72	14.903.275,01
ATIVO CIRCULANTE	68.249.734,58	56.273.726,00	FORNECEDORES	6.336.897,04	4.807.438,14
DISPONÍVEL	5.522.800,81	14.473.885,00	EMPRÉSTIMOS E FINANC.	30.237.023,04	-
CAIXA	85.429,75	85.156,00	OUTRAS CONTAS	180.426,01	95.836,87
BANCOS C/MOVIMENTO	5.437.371,06	5.351.296,00	DIV. PROPOSTOS A PAGAR	2.400.998,63	10.000.000,00
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	-	9.037.433,00	OBRIG. SOCIAIS E TRAB.	3.318.815,11	2.743.091,80
REALIZ. A CURTO PRAZO	62.726.933,77	41.799.841,00	ENCARGOS SOCIAIS	801.371,31	684.675,17
DUP. A RECEBER CLIENTES	9.108.613,40	11.875.706,60	PROV. DE FÉRIAS E 13º SAL.	2.517.443,80	2.058.416,63
DUP. A REC.-PARTES REL.	17.138.595,43	2.239.508,40	IMP. E CONTRIBUIÇÕES	1.370.908,80	2.205.917,48
ADIAN. A EMPREGADOS	153.648,00	114.551,00	IMPOSTOS A RECOLHER	1.370.908,80	2.205.917,48
ADIAN. A FORNECEDORES	1.387.646,26	2.359.294,00	VENDA ENTREGA FUTURA	-	290.000,00
IMPOSTOS A RECUPERAR	2.467.888,85	1.977,00	VENDA ENTREGA FUTURA	-	290.000,00
CHEQUES EM COBRANÇA	193.798,52	233.244,00	CREDORES DIVERSOS	-	2.000.000,00
ESTOQUES	31.977.515,31	24.769.051,00	INVESTIMENTOS A PAGAR	-	2.000.000,00
DESPESAS ANTECIPADAS	299.228,00	206.509,00	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	47.798.290,88	53.578.169,55
ATIVO NÃO CIRCULANTE	117.913.888,83	118.281.531,60	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	47.798.290,88	53.578.169,55
REALIZÁVEL A L. PRAZO	2.202.664,17	8.527.033,00	EMPRÉST. E FINANC.	47.798.290,88	53.578.169,55
EMPRÉST. COMPULSÓRIOS	-	140.877,00	EMPRÉST. E FINANC.	47.798.290,88	53.578.169,55
DEPÓSITOS JUDICIAIS	1.721.768,29	893.964,00	BNB - FNE	42.787.359,17	50.141.583,73
TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO	100.000,00	100.000,00	BB - BNDES	445.866,64	800.426,62
EMPRÉST. A PESSOAS LIG.	380.895,88	7.392.192,00	BANCO DO BRASIL S/A	805.974,12	2.094.299,60
INVESTIMENTOS	1.474.697,52	6.470.229,60	DIVERSOS	3.759.090,95	541.859,60
INVESTIMENTOS	127.111,00	127.111,00	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	94.520.263,90	98.834.803,76
PART. EM EMP. LIGADAS	1.347.586,52	6.343.118,60	CAPITAL SOCIAL	88.195.631,00	88.195.631,00
IMOBILIZADO	114.188.813,38	103.284.269,00	CAPITAL REALIZADO	88.195.631,00	88.195.631,00
INTANGÍVEL	47.713,76	-	RESERVA DE CAPITAL	3.147.203,71	3.147.203,71
MARCAS E PATENTES	18.428,17	-	RESERVA LEGAL	3.147.203,71	3.147.203,71
SOFTWARES	31.937,40	-	RESERVAS DE LUCROS	7.491.969,05	7.491.969,05
(-)AMORTIZAÇÃO ACUM.	(2.651,81)	-	RESERVAS DE LUCROS	7.491.969,05	7.491.969,05
TOTAL DO ATIVO	186.163.623,41	174.555.257,60	LUCROS (PREJ.) ACUM.	(4.314.539,86)	-
PASSIVO	31/12/2011	31/12/2010	RESULT. DO PERÍODO	(4.314.539,86)	-
PASSIVO CIRCULANTE	43.845.068,63	22.142.284,29	TOTAL DO PASSIVO	186.163.623,41	174.555.257,60

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

	01/01/2011	01/01/2010			
	A	A	(-)DESP. ADMINIST.	(14.162.814,10)	(12.283.653,00)
	31/12/2011	31/12/2010	(-)DEPRECIAÇÕES	(15.667.934,64)	(17.481.023,00)
RECEITA BRUTA OPERAC.	233.702.104,58	219.017.905,00	(-)RESULTADO FINANCEIRO	(4.694.259,73)	(2.796.659,00)
(-)DEDUÇÕES REC. BRUTA	(9.386.516,17)	(5.731.857,00)	RECEITAS	883.067,34	2.119.831,00
(-)IMPOSTOS INCIDENTES	(9.078.638,54)	(5.155.079,00)	(-)DESPESAS	(5.577.327,07)	(4.916.490,00)
(-)DEVOLUÇÕES DE VENDAS	(305.716,73)	(576.778,00)	(+)OUTRAS REC. OPERAC.	907.035,26	809.748,00
(-)DESCONTOS INCONDIC.	(2.160,90)	-	(-)OUTRAS DESP. OPERAC.	(641.544,63)	(1.000.271,00)
REC. OPERAC. LÍQUIDA	224.315.588,41	213.286.048,00	(-)EQUIV. PATRIMONIAL	(4.995.532,48)	(4.656.881,00)
(-)CUSTOS PROD. VEND.	(187.266.288,03)	(150.959.602,00)	RESULT. ANTES CONT. SOC.	(4.314.539,86)	22.086.318,00
LUCRO OPERAC. BRUTO	37.049.300,38	62.326.446,00	(-)PROV. PARA A CONT. SOC.	-	(1.008.785,00)
(-)DESPESAS OPERAC.	(31.939.538,66)	(32.596.065,00)	RES. ANTES DO IMP. RENDA	(4.314.539,86)	21.077.533,00
(-)DESPESAS C/VENDAS	(2.108.789,92)	(2.831.389,00)	(-)PROV. P/ IMP. DE RENDA	-	(2.664.934,00)
			RESULT. LÍQ. DO EXERC.	(4.314.539,86)	18.412.599,00

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

FLUXO CAIXA ATIV. OPERAC.	31/12/2011	31/12/2010	AUM./RED. OUTRAS OBRIG.	84.588,74	74.934,17
RES. LÍQ. DO PERÍODO	(4.314.539,86)	18.412.599,00	AUM./RED. VENDA ENT. FUT.	(290.000,00)	290.000,00
(+)DEPRECIAÇÃO	15.667.934,64	17.481.023,00	AUM./RED. INVEST. A PAGAR	(2.000.000,00)	2.000.000,00
(+)DESPESAS DE JUROS	4.568.874,51	4.706.100,15	AUM./RED.DIVID.PROPPAGAR	(7.599.001,37)	-
(+)EQUIV. PATRIMONIAL	4.995.532,48	4.656.881,00	CAIXA LÍQ.ATIV. OPERAC.	(2.219.161,27)	58.119.115,64
RESULT. LÍQ. PER. AJUST.	20.917.801,77	45.256.603,15	FLUXO CAIXA ATIV. INVEST.	-	(11.000.000,00)
AUM./RED.DUP. A RECEBER	(12.131.993,83)	(1.746.261,63)	AUM./RED. INVESTIMENTO	-	(11.000.000,00)
AUM./RED.ADIANT. EMPREG.	(39.097,00)	(13.674,29)	AUM./RED. IMOBILIZADO	(26.572.479,02)	(23.308.218,56)
AUM./RED.ADIANT. A FORN.	971.647,74	839.442,88	AUM./RED. INTANGÍVEL	(47.713,76)	-
AUM./RED.IMP. A RECUPERAR	(2.465.911,85)	1.882.147,85	CAIXA LÍQ. ATIV. INVEST.	(26.620.192,78)	(34.308.218,56)
AUM./RED.CHEQUES EM COB.	39.445,48	20.271,08	FLUXO CAIXA ATIV. FINANC.	-	-
AUM./RED.ESTOQUES	(7.208.464,31)	(3.819.499,80)	AUM./RED FINANCIAMENTO	19.888.269,86	(13.143.419,56)
AUM./RED.APLIC. FINANC.	-	3.016.144,24	CAIXA LÍQ. NA ATIV. FINANC.	19.888.269,86	(13.143.419,56)
AUM./RED.DESP.APROPRIAR	(92.719,00)	(62.344,00)	VAR. DO CAIXA E EQUIV.	(8.951.084,19)	10.667.477,52
AUM./RED.REALIZ. L. PRAZO	6.324.368,83	7.443.376,13	SDO. INIC. CAIXA/EQUIV.	14.473.885,00	3.806.407,98
AUM./RED.FORNECEDORES	1.529.458,90	1.068.599,15	SDO. FINAL CAIXA/EQUIV.	5.522.800,81	14.473.885,50
AUM./RED.OBRIG. SOC. E TRAB.	575.723,31	534.114,90	VAR. CONTA CAIXA/EQUIV.	(8.951.084,19)	10.667.477,52
AUM./RED. IMP. E CONTRIB.	(835.008,68)	1.335.261,81			

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis)

continuação

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010**

DESCRIÇÃO	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS	LUCROS/PREJ. ACUMULADOS	TOTAL
SALDO EM 31.12.2009	88.195.631,00	4.819.056,57	-	(2.592.482,81)	90.422.204,76
AUM. DE CAPITAL AGO/AGE	-	-	-	-	-
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	-
ABSORÇÃO DE PREJUÍZOS	-	(2.592.482,81)	-	2.592.482,81	-
CONSTITUIÇÃO DA RESERVA LEGAL	-	920.629,95	(920.629,95)	-	-
DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS	-	-	(10.000.000,00)	-	(10.000.000,00)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	-	-	18.412.599,00	-	18.412.599,00
SALDO EM 31.12.2010	88.195.631,00	3.147.203,71	7.491.969,05	-	98.834.803,76
AUM. DE CAPITAL AGO/AGE	-	-	-	-	-
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	-
ABSORÇÃO DE PREJUÍZOS	-	-	-	-	-
CONSTITUIÇÃO DA RESERVA LEGAL	-	-	-	-	-
DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS	-	-	-	-	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO	-	-	-	(4.314.539,86)	(4.314.539,86)
SALDO EM 31.12.2011	88.195.631,00	3.147.203,71	7.491.969,05	(4.314.539,86)	94.520.263,90

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

1 - CONTEXTO OPERACIONAL - A Companhia de Alimentos do Nordeste - CIALNE tem como atividade principal a produção e comercialização de produtos provenientes da avicultura, pecuária e agricultura. **2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** - As demonstrações contábeis estão elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76). **3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS** - **3.1 - ESTOQUES** - As matérias primas, embalagens e itens do almoxarifado foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os produtos em elaboração foram avaliados pelo custo de produção, inferiores ao preço de mercado, a saber:

ITENS	31/12/2011	31/12/2010	EMBALAGENS	84.301,50	104.432,76
ALMOXARIFADO	3.208.451,96	2.533.147,51	PROD. EM ELABORAÇÃO	11.438.521,09	10.291.164,35
MATÉRIA PRIMA	17.246.240,76	11.840.307,35	TOTAL	31.977.515,31	24.769.051,97

3.2 - ATIVO PERMANENTE - 3.2.1 - INVESTIMENTOS - Investimentos diretos avaliados pela Equivalência Patrimonial na empresa CIALNE INDÚSTRIA DE ALIMENTOS S/A, CNPJ nº 11.072.849/0001-97, que atua no abate, resfriamento e congelamento de aves. **3.2.2 - IMOBILIZADO** - As contas do Ativo Permanente foram registradas pelo custo de aquisição e corrigidas monetariamente até dezembro/95, e a partir de janeiro/96 pelo custo de aquisição, conforme Lei 9.249/95, deduzidas as depreciações que são computadas ao resultado do período. **3.3 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS** - Os contratos de financiamentos foram contabilizados levando em consideração os prazos finais identificando os contratos de curto prazo e os de longo prazo e os encargos financeiros foram registrados de acordo com os contratos capitalizando os juros e encargos mensalmente. A seguir um quadro demonstrativo dos empréstimos bancários:

INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	MODALIDADE DE EMPRÉSTIMO	VALOR LIBERADO	SALDO DEVEDOR	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO
BANCO BNB S/A	FNE RURAL	54.253.510,58	58.532.591,75	15.745.232,58	42.787.359,17
BANCO DO BRASIL S/A	FINAME	15.076.000,00	14.097.443,45	12.845.602,68	1.251.840,77
BANCO ITAÚ S/A	FINAME	523.700,00	377.331,20	205.597,88	171.733,32
BANCO MERCEDES BENZ	FINAME	1.197.200,00	1.197.200,00	379.596,19	817.603,81
BANCO SAFRA S/A	FINAME	732.000,00	35.067,40	35.067,40	-
BANCO VOLVO S/A	FINAME	1.395.680,00	1.395.680,00	492.592,94	903.087,06
BANCO VOTORANTIM	FINAME	1.600.000,08	2.400.000,12	533.333,36	1.866.666,76
TOTAL GERAL		74.778.090,66	78.035.313,92	30.237.023,04	47.798.290,88

3.4 - DESPESAS E RECEITAS - Foram registradas de acordo com o regime de competência. As despesas financeiras refletem, a atualização dos saldos devedores dos empréstimos e financiamentos, com os devidos encargos incorridos até 31 de dezembro de 2011. **3.5 - BENEFÍCIO FISCAL** - Por explorar Atividade Rural, a Companhia utiliza o benefício fiscal determinado no artigo 314 do Regulamento do Imposto de Renda - RIR/1999, pelo qual os bens adquiridos para o ativo permanente imobilizado por pessoa jurídica que explore atividade rural, poderão ser depreciados integralmente no próprio ano da aquisição. Contudo, para fins das demonstrações financeiras, o resultado é apurado levando em consideração a depreciação calculada conforme as taxas aplicáveis. **3.6 - CAPITAL SOCIAL** - Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 23 de abril de 2009, registrada na Junta Comercial do Estado do Ceará sob o nº 20090382005 por despacho em 06/05/2009 o Capital Social totalmente integralizado foi aumentado para R\$ 88.195.631,00 (oitenta e oito milhões, cento e noventa e cinco mil e seiscentos e trinta e um reais) e está representado por 50.681.281 (cinquenta milhões, seiscentos e oitenta e um mil e duzentos e oitenta e um) ações, sendo: 25.340.641 ordinárias nominativas e 25.340.640 preferenciais nominativas, todas sem valor nominal. **FRANCISCO DE ARAÚJO CARNEIRO - DIRETOR PRESIDENTE. MARIA DO SOCORRO MIGUEL DA SILVA - CONTADORA CRC-CE 010048/O-2 - CPF: 316.667.873-53.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRO - EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. CONTRATANTE: Município de Cedro, localizado à Rua Liberato Moacir de Aguiar, nº 299, Centro, Cedro, CE, CNPJ nº 07.812.241/0001-84. **CONTRATADA:** CSL Construções e Serviços Lavras Ltda com endereço Rua Jose Gonçalves da Silva, 406 Bairro Centro Cidade Lavras da Mangabeira, Estado CE, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 10.543.216/0001-57 e no CGF sob o nº 06.372.293-3, neste ato representada por seu Sócio Administrador Sr. Herb Venâncio Gonçalves brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 360.866.493-91. **FUNDAMENTO LEGAL:** Processo de licitação na modalidade de Concorrência Pública nº 12/01/CP/SME. **OBJETO:** Contratação de serviços de transporte escolar destinado aos alunos do ensino fundamental e ensino médio da rede pública de ensino do Município de Cedro. **PREÇO:** R\$ 1.208.156,40 (um milhão duzentos e oito mil cento e cinquenta e seis reais e quarenta centavos). **PRazos:** Validade do contrato 09 (nove) meses. **ORIGEM DOS RECURSOS:** As despesas deste contrato correrão por conta da Prefeitura Municipal de Cedro, Salário Educação, PNAE e Convênio Firmado entre o Município e o Estado do Ceará (SEDUC), na Dotação da Secretaria de Educação sob o nº: 1001.12.368.0602.2.035.3.3.90.39.00. **DATA:** Cedro, 02 de Abril de 2012. **Signatários:** **CONTRATANTE:** Perpetua Braga Costa de Oliveira - Secretária de Educação, Cultura e Desporto. **CONTRATADA:** Herb Venâncio Gonçalves - Sócio Administrador. **Cedro - Ce 02 de Abril de 2012.**

ESTADO DO CEARÁ - MUNICÍPIO DE CAUCAIA - AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA Nº 09.002/2012-CP. A CPCL de Caucaia-CE, torna público para conhecimento dos interessados que por motivos de alteração do edital e anexos da referida licitação, fica republicada, para o dia 07 de maio de 2012 às 09 horas na sala da comissão permanente central de licitação, localizada à Rua José da Rocha Sales, nº 183, Centro, Caucaia, Ceará, a sessão para o recebimento, abertura e julgamento dos documentos de habilitação e propostas de preços referentes a Concorrência nº 09.002/2012-CP, cujo objeto é a Contratação de empresa para a execução das seguintes obras no Município de Caucaia/CE: construção de unidades habitacionais na localidade Parque Cidade, Bairro Tôco; construção de rede de distribuição de água no Conjunto Parque Cidade; pavimentação em pedra tosca e drenagem urbana no conjunto remanejamento Picuí - Sede; pavimentação em pedra tosca nas vias marginais do Riacho Gavião no Bairro Picuí - Sede; construção de drenagem do Riacho Gavião no Bairro Picuí; construção de canal de drenagem do Riacho Gavião no Bairro Picuí; construção da urbanização do canal do Riacho Gavião no Bairro Picuí, conforme Convênio nº 0301515-88 Ministério das Cidades/CEF, sendo reaberto o prazo de publicação. A documentação do novo edital e seus anexos, poderá ser adquirida junto a CPCL, a partir da publicação deste aviso, de segunda à sexta-feira no horário de 08h às 14h. **Caucaia-CE, 30 de março de 2012. José Cleandro Araújo Silva - Presidente da CPCL. Caucaia-CE.**

CIALNE PARTICIPAÇÕES S/A - CNPJ Nº 08.748.833/0001-47

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas: Em cumprimento aos dispositivos legais societários e ao Estatuto Social da Companhia, temos a satisfação de apresentarmos o Relatório Anual de 2011, com as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, representado pelo Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e da Demonstração do Fluxo de Caixa. A Diretoria coloca-se à disposição dos senhores acionistas para quaisquer outros esclarecimentos. Fortaleza, Março 2012. **A Diretoria.**

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

ATIVO	2011	2010	PASSIVO	2011	2010
ATIVO CIRCULANTE	2.128.998,63	9.728.000,00	PASSIVO CIRCULANTE	2.128.998,63	9.728.000,00
REALIZ. A CURTO PRAZO	2.128.998,63	9.728.000,00	OBRIGAÇÕES A PAGAR	2.128.998,63	9.728.000,00
DIVIDENDOS A RECEBER	2.128.998,63	9.728.000,00	DIV. PROP. A PAGAR	2.128.998,63	9.728.000,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	93.176.863,64	100.080.635,96	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	93.176.863,64	100.080.635,96
INVESTIMENTOS	92.679.437,64	99.583.209,96	CAPITAL SOCIAL	92.257.896,00	92.257.896,00
COMP. DE ALIMENTOS			CAPITAL REALIZADO	92.257.896,00	92.257.896,00
DO NORDESTE CIALNE	91.949.312,72	96.146.496,36	RESERVA DE CAPITAL	1.050.950,58	1.050.950,58
CIALNE INDÚSTRIA DE			RESERVA LEGAL	1.050.950,58	1.050.950,58
ALIMENTOS S/A	730.124,92	3.436.713,60	RESERVAS DE LUCROS	6.771.789,38	6.771.789,38
IMOBILIZADO	497.426,00	497.426,00	RESERVAS DE LUCROS	6.771.789,38	6.771.789,38
TERRENOS	497.426,00	497.426,00	LUCROS (PREJ.) ACUM.	(6.903.772,32)	-
TOTAL DO ATIVO	95.305.862,27	109.808.635,96	RESULTADO DO PERÍODO	(6.903.772,32)	-
			TOTAL DO PASSIVO	95.305.862,27	109.808.635,96

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

	2011	2010	(-)RESULTADO FINANCEIRO	-	-
RECEITA BRUTA OPERACIONAL	-	-	RESULTADO OPERACIONAL	-	-
VENDA DE PRODUTOS	-	-	(-)EQUIVALÊNCIA PATRIM.	(2.706.588,68)	(1.576.982,00)
(-)DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	-	-	(+)EQUIVALÊNCIA PATRIM.	(4.197.183,64)	22.595.993,64
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	-	-	RESULT. ANTES CSLL E IRPJ	(6.903.772,32)	21.019.011,64
(-)CUSTOS DOS PROD. VEND.	-	-	(-)PROV. PARA A CSLL E IRPJ	-	-
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	-	-	RESULT. LÍQ. DO EXERC.	(6.903.772,32)	21.019.011,64
(-)DESPESAS OPERACIONAIS	-	-			

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

	2011	2010	AUM./RED. INVESTIMENTO	6.903.772,32 (11.291.011,64)
FLUXO CAIXA ATIV. OPERAC.			CAIXA LÍQ. ATIV. INVEST.	6.903.772,32 (11.291.011,64)
RES. LÍQ. DO PERÍODO	(6.903.772,32)	21.019.011,64	FLUXO CAIXA ATIV. FINANC.	
(+)DEPRECIACÃO	-	-	AUM./RED. FINANCIAMENTO	-
(+)DESPESAS DE JUROS	-	-	CAIXA LÍQ. NA ATIV. FINANC.	-
RESULT. LÍQ. PER. AJUST.	(6.903.772,32)	21.019.011,64	VAR. DO CAIXA E EQUIV.	-
AUM./RED. DIV. A RECEBER	7.599.001,37	(9.728.000,00)	SDO. INIC. CAIXA/EQUIV.	-
CAIXA LÍQ.ATIV. OPERAC.	695.229,05	11.291.011,64	SDO. FINAL CAIXA/EQUIV.	-
FLUXO CAIXA ATIV. INVEST.			VAR. CONTA CAIXA/EQUIV.	-

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

DESCRIÇÃO	CAP. REALIZADO	RES. CAP.	RES. LUCROS	PREJ. ACUM.	TOTAL
SALDO EM 31.12.2009	92.257.896,00	-	-	(3.468.271,68)	88.789.624,32
AUM. DE CAPITAL AGO/AGE	-	-	-	-	-
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	-
CONSTITUIÇÃO DA RESERVA LEGAL	-	1.050.950,58	(1.050.950,58)	-	-
ABSORÇÃO DE PREJUÍZOS	-	-	(3.468.271,68)	3.468.271,68	-
DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS	-	-	(9.728.000,00)	-	(9.728.000,00)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	-	-	21.019.011,64	-	21.019.011,64
SALDO EM 31.12.2010	92.257.896,00	1.050.950,58	6.771.789,38	-	100.080.635,96
AUM. DE CAPITAL AGO/AGE	-	-	-	-	-
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	-
CONSTITUIÇÃO DA RESERVA LEGAL	-	-	-	-	-
ABSORÇÃO DE PREJUÍZOS	-	-	-	-	-
DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS	-	-	-	-	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO	-	-	(6.903.772,32)	-	(6.903.772,32)
SALDO EM 31.12.2011	92.257.896,00	1.050.950,58	(131.982,94)	-	93.176.863,64

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

1 - CONTEXTO OPERACIONAL: A Sociedade tem sua sede e foro na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, à Avenida Presidente Costa e Silva, 2067 - Sala 04, Mondubim, CEP 60761-190. A Sociedade foi constituída e teve seus registros arquivados na Junta Comercial do Estado do Ceará JUCEC em 27/01/2007. Através da AGOE de 07/10/2009, arquivada na JUCEC sob Nº 20091034426, p/despacho de 05/11/2009, teve sua atividade principal alterada para participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia ou acionista. **2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:** As demonstrações contábeis estão elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76). **3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:** **3.1 - INVESTIMENTO:** Os investimentos em empresas controladas se apresentam da seguinte forma: Companhia de Alimentos do Nordeste - CIALNE no valor de R\$ 91.949.312,72 e CIALNE Indústria de Alimentos S/A, no valor de R\$ 730.124,92. **3.2 - CAPITAL SOCIAL:** O capital social foi aumentado de R\$ 497.426,00 (Quatrocentos e noventa e sete mil e quatrocentos e vinte e seis reais) para R\$ 92.257.896,00, (Noventa e dois milhões, duzentos e cinquenta e sete mil e oitocentos e noventa e seis reais) representado por 48.979.573 ações ordinárias nominativas sem valor nominal de 43.278.323 ações preferenciais nominativas sem valor nominal. **3.3 - RESULTADO:** O resultado é exclusivamente resultante da equivalência patrimonial nas investidas, sendo composto da seguinte forma: R\$ 2.706.588,68 de resultado negativo de equivalência patrimonial relativa ao investimento na CIALNE Indústria de Alimentos S/A e R\$ 4.197.183,42 de resultado negativo de equivalência patrimonial relativa ao investimento na Companhia de Alimentos do Nordeste - CIALNE. **FRANCISCO DE ARAÚJO CARNEIRO - DIRETOR - PRESIDENTE.** Maria do Socorro Miguel da Silva - Contadora CRC-CE nº 010048/O-2 - CPF: 316.667.873-53.

*** **

Grande Moinho Cearense S.A. CNPJ/MF nº. 07.199.805/0001-55 - NIRE nº. 23.300.008.081 - **Aviso aos Acionistas** - Comunicamos aos Acionistas que se encontram à disposição, na sede social da Companhia, os documentos a que se refere o art. 133 da Lei 6404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2011. Fortaleza, 30 de março de 2012. Presidente do Conselho de Administração.

New Invest Imobiliária e Participações S.A. CNPJ/MF nº. 02.546.633/0001-34 - NIRE 23.300.020.618 - **Aviso aos Acionistas** - Comunicamos aos Acionistas que se encontram à disposição, na sede social da Companhia, os documentos a que se refere o art. 133 da Lei 6404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2011. Fortaleza, 30 de março de 2012. Diretoria.

TRANSPORTES URBANOS ALIANÇA S/A - CNPJ(MF) 04.628.810/0001-48 - NIRE 23300020961. Ata da Assembléia Geral Ordinária realizada em 30 de Março de 2012, lavrada em forma de sumário. **Local e Data:** Sede social na Rua Rio Tapajós, nº 70, Bairro Barra do Ceará, CEP 60.330-030, Fortaleza-Ceará, em 30 de março de 2012, às 10:00 hrs. **Presenças:** Acionistas representantes da totalidade do capital social, conforme assinaturas apostas no Livro de Presença de Acionistas. **Convocação dos Acionistas:** Dispensada a comprovação da convocação prévia, tendo em vista a presença dos acionistas representantes da totalidade do capital social. **Composição da Mesa:** Juliana Andrade Pessoa - PRESIDENTE e Gustavo Andrade Pessoa - SECRETÁRIO. **Ordem do Dia:** DA AGO - a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31/12/2011; b) Deliberar sobre os resultados dos exercícios e a distribuição de dividendos. **Documentos Apresentados:** Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31/12/2011. **Deliberações:** Foram tomadas, por unanimidade de votos dos acionistas presentes, abstendo-se de votar os legalmente impedidos, as seguintes: DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA - a) Aprovação das contas dos administradores, Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis do exercício findo em 31/12/2011, publicadas no Diário Oficial do Estado do Ceará em 01/03/2012, página 131, e no Jornal O Estado no dia 28/02/2012, página 10, Caderno de Economia; b) Aprovada a seguinte destinação do Lucro do exercício findo em 31/12/2011: Reserva Legal - R\$ 70.341,36 (setenta mil trezentos quarenta um reais e trinta seis centavos); Reserva de Lucros - R\$ 1.406.827,13 (hum milhão, quatrocentos seis mil, oitocentos e vinte sete reais e treze centavos); c) Não foi deliberado o pagamento de dividendos para este exercício findo. **Dissidências e Contestações:** Não houve voto em contrário e nem quaisquer dissidências. **Parecer do Conselho Fiscal:** Inexiste, já que esse órgão não foi instalado para o exercício findo e nem para o presente exercício. **Assinaturas:** Juliana Andrade Pessoa, Carolina Andrade Pessoa, Gustavo Andrade Pessoa, Igor Parra Pessoa e Loana Parra Pessoa. Confere com o original lavrado em livro próprio. Gustavo Andrade Pessoa - **Secretário**. Junta Comercial do Estado do Ceará - Sede - Certifico o Registro em: 02/04/2012. Sob nº: 20120348624. Haroldo Fernandes Moreira - Secretário Geral.

*** *** ***

TERRA LUZ TRANSPORTES S/A - CNPJ(MF) 04.843.115/0001-07 - NIRE 23300021592 - Ata da Assembléia Geral Ordinária realizada em 30 de Março de 2012, lavrada em forma de sumário. **Local e Data:** Sede social à Rua Dondon Feitosa, nº 136, Bairro Damas, CEP 60.426-090, em Fortaleza-Ceará, em 30 de março de 2012, às 17:00 hs. **Presenças:** Acionistas representantes a maioria do capital votante conforme assinaturas apostas no Livro de Presença de Acionistas. **Convocação dos Acionistas:** Dispensa a convocação em virtude do comparecimento da totalidade dos acionistas com direito a voto. **Composição da Mesa:** Carlos Feitosa de Albuquerque Lima - **Presidente** e Cristina Aparecida Babadopulos Feitosa de Albuquerque Lima - **Secretária**. **Ordem do Dia:** (a) Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações contábeis do exercício social encerrado em 31.12.2011; (b) Deliberar sobre o resultado do exercício e distribuição dos dividendos; **Documentos Apresentados:** Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis do Exercício Social encerrado em 31.12.2011. **Deliberações:** Foram tomadas, por unanimidade de votos dos acionistas presentes, abstendo-se de votar os legalmente impedidos, as seguintes: a) Aprovação das contas dos Administradores e Demonstrações Contábeis do exercício social encerrado em 31.12.2011, publicado no Diário Oficial do Estado do Ceará no dia 22/03/2012, página 93, e no Jornal O Estado no dia 15/03/2012, página 6; b) Aprovado o prejuízo do exercício apurado em 31.12.2011, destinando para conta de prejuízos acumulados. Em virtude deste resultado não haverá distribuição de dividendos. **Parecer do Conselho Fiscal:** Inexiste, já que esse órgão não foi instalado para o exercício findo e nem para o presente exercício. **Dissidências e Contestações:** Não houve voto em contrário e nem quaisquer dissidências. **Assinaturas:** Cristina Aparecida Babadopulos Feitosa de Albuquerque Lima e Carlos Feitosa de Albuquerque Lima. Confere com o original lavrado em livro próprio. Carlos Feitosa de Albuquerque Lima - **Presidente**. Cristina Aparecida Babadopulos Feitosa de Albuquerque Lima - **Secretária**. Junta Comercial do Estado do Ceará - Sede - Certifico o Registro em: 02/04/2012. Sob nº: 20120348616. Haroldo Fernandes Moreira - Secretário Geral.

*** *** ***

TERRA LUZ TRANSPORTES S/A - CNPJ(MF) 04.843.115/0001-07 - NIRE 23300021592 - Ata da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 10 de Julho de 2002, lavrada em forma de sumário. **Local e Data:** Sede social à Rodovia BR-116, nº 700, Bairro Cajazeiras, CEP 60.850-000, em Fortaleza-Ceará, em 10 de julho de 2002, às 14:00 hs. **Presenças:** Acionistas representantes a totalidade do Capital Social, conforme assinaturas apostas no Livro de Presença de Acionistas. **Convocação dos Acionistas:** Convocação dos acionistas através de memorando. **Composição da Mesa:** Cristina Aparecida Babadopulos Feitosa de Albuquerque Lima - **Diretora Presidente** e Liduina Feitosa Albuquerque Paredes - **Secretária**. **Ordem do Dia:** Alteração do endereço da sociedade. **Deliberações:** Foram tomadas, por unanimidade de votos dos acionistas presentes, abstendo-se de votar os legalmente impedidos, as seguintes deliberações: a) A sociedade passará a funcionar à Av. Presidente Costa e Silva, 2000-A, Bairro Mondubim, CEP 60.761-190, em Fortaleza-Ceará; b) Em função da alteração o Artigo 2º do Estatuto Social passará a ter a seguinte redação: "ARTIGO 2º - A sociedade tem sede e foro jurídico em Fortaleza, Estado do Ceará, à Av. Presidente Costa e Silva, 2000-A, Bairro Mondubim, CEP 60.761-190, podendo, a critério de sua Diretoria operar em todo o território nacional e no exterior, criando e/ou extinguindo filiais, escritórios ou representações, obedecida a legislação vigente no País." **Dissidências e Contestações:** Não houve voto em contrário e nem quaisquer dissidências. **Parecer do Conselho Fiscal:** Inexiste, já que esse órgão não foi instalado para o exercício findo e nem para o presente exercício. **Assinaturas:** Cristina Aparecida Babadopulos Feitosa de Albuquerque Lima, Hugo de Jesus Paredes Acevedo e Liduina Feitosa Albuquerque Paredes. Confere com o original lavrado em livro próprio. Cristina Aparecida Babadopulos Feitosa de Albuquerque Lima - **Diretor Presidente**. Liduina Feitosa Albuquerque Paredes - **Secretária**. Junta Comercial do Estado do Ceará - Sede - Certifico o Registro em: 19/07/2002. Sob nº: 23356059. Haroldo Fernandes Moreira - Secretário Geral.

*** *** ***

TERRA LUZ TRANSPORTES S/A - CNPJ(MF) 04.843.115/0001-07 - NIRE 23300021592 - Ata da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 17 de Fevereiro de 2009, lavrada em forma de sumário. **Local e Data:** Sede social à Av. Jornalista Tomaz Coelho, 2000-A, CEP 60.864- 810, Bairro Cajazeiras, em Fortaleza-Ceará, em 17 de fevereiro de 2009, às 10:00 hs. **Presenças:** Acionistas representantes a totalidade do capital conforme assinaturas apostas no Livro de Presença de Acionistas. **Convocação dos Acionistas:** Convocação através de memorando em 16 de janeiro de 2009. **Composição da Mesa:** Carlos Feitosa de Albuquerque Lima - **Presidente** e Hugo de Jesus Paredes Acevedo - **Secretário**. **Ordem do Dia:** Mudança do endereço da companhia. **Deliberações:** Foram tomadas, por unanimidade de votos dos acionistas presentes, abstendo-se de votar os legalmente impedidos, as seguintes: a) Alteração do endereço da companhia para Rua Dondon Feitosa, 136, CEP 60.426- 090, Bairro Damas, em Fortaleza-CE; e b) Em função da alteração o Artigo 2º do Estatuto Social passará a ter a seguinte redação: "ARTIGO 2º - A sociedade tem sede e foro jurídico em Fortaleza, Estado do Ceará, à Rua Dondon Feitosa, 136, CEP 60.426- 090, Bairro Damas, podendo, a critério de sua Diretoria operar em todo o território nacional e no exterior, criando e/ou extinguindo filiais, escritórios ou representações, obedecida a legislação vigente no País." **Parecer do Conselho Fiscal:** Inexiste, já que esse órgão não foi instalado para o exercício findo e nem para o presente exercício. **Dissidências e Contestações:** Não houve voto em contrário e nem quaisquer dissidências. **Assinaturas:** Carlos Feitosa de Albuquerque Lima, Cristina Aparecida Babadopulos de Albuquerque Lima e Hugo de Jesus Paredes Acevedo. Confere com o original lavrado em livro próprio. Carlos Feitosa de Albuquerque Lima - **Presidente**. Hugo de Jesus Paredes Acevedo - **Secretário**. Junta Comercial do Estado do Ceará - Sede - Certifico o Registro em: 18/02/2009. Sob nº: 20090177916. Haroldo Fernandes Moreira - Secretário Geral.

*** *** ***

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPAJÉ SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2012-SEADF. A Prefeitura Municipal de Itapajé comunica aos interessados que estará recebendo até às 10:00h do dia 16 de Abril de 2012, na sala de reuniões da Comissão de Licitação, sito à Rua Major Joaquim Alexandre nº 140 – Centro – Itapajé-Ce., a proposta de preços e documentação de habilitação para o Pregão Presencial nº 07/2012-SEADF – Aquisição de motos para a Secretaria de Administração e Finanças e Secretaria do Trabalho e Ação Social. O edital poderá ser obtido junto à Comissão, no endereço supracitado nos dias úteis, das 8:00h às 12:00h e das 14:00h às 17:00h. **Itapajé, 02 de Abril de 2012.** Tânia Rocha Gomes de Sousa - Pregoeira.

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE - SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL - AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL. Nº 01/2012-SAS. A Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante comunica aos interessados que estará recebendo, até às 10:30h do dia 16 de Abril de 2012, na sala de reuniões da Comissão de Licitação, sito à Rua Ivetê Alcântara nº 120, proposta de preços e documentação de habilitação, para o Pregão Presencial nº 01/2012-SAS – Aquisição de urnas funerárias. O edital poderá ser obtido junto à Comissão de Licitação, no endereço supracitado, no horário das 08:00h às 11:30h e das 14:00 às 17:00h de segunda a quinta-feira e das 08:00h às 13:00h às sextas-feiras. **São Gonçalo do Amarante, 02 de Abril de 2012.** César Gonçalves Soares - Pregoeiro.

VICUNHA TÊXTIL S/A

Companhia Aberta

CNPJ nº. 07.332.190/0001-93

NIRE nº. 23.3.0001229-1

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam os senhores acionistas convocados a se reunirem em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária a serem realizadas, cumulativamente, no dia 30 de Abril de 2012, às 10:00 horas, na sede da Companhia na Rodovia Doutor Mendel Steinbruch, s/nº, Bloco 1, Km. 09, Setor SI, Distrito Industrial, CEP 61.939-210, Cidade de Maracanaú, Estado do Ceará, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: EM ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA: 1) Prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação do relatório da administração, do balanço patrimonial, e demais demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011. 2) Discussão e aprovação da proposta da administração de destinação do resultado do exercício de 2011 e de distribuição de dividendos. 3) Eleição dos membros do Conselho de Administração para um novo mandato de 3 (três) anos. EM ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA: 4) Fixação da verba para remuneração global e anual dos administradores, compreendendo Conselho de Administração e Diretoria. 5) Aprovação da Consolidação do Estatuto Social. INSTRUÇÕES GERAIS: Encontram-se à disposição dos Srs. Acionistas, na sede da Companhia, bem como no site da CVM – Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da BM&FBOVESPA S/A – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (www.bmfbovespa.com.br), os documentos pertinentes às matérias a serem debatidas na Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária ora convocada, nos termos do artigo 133 e parágrafo 3º do artigo 135 da Lei nº. 6.404/76, e artigo 6º da Instrução CVM nº. 481/09. O percentual mínimo de participação no capital votante da companhia necessário à requisição da adoção do processo de voto múltiplo para a eleição de membros do Conselho de Administração será de 5% (cinco por cento), nos termos da Instrução CVM nº 165, de 11.12.1991, com as alterações introduzidas pela Instrução CVM nº 282, de 26.06.1998. Para participação na Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária ora convocada os Srs. Acionistas ou seus representantes legais habilitados deverão observar o disposto no artigo 126 da Lei 6.404/76 e na Instrução CVM nº 481/2009, apresentando documento hábil de sua identidade e comprovante da qualidade de acionista da Companhia expedido por instituição financeira depositária ou por agente de custódia. Os instrumentos de mandato deverão ser depositados na sede social da Companhia, com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas da realização da Assembléia, aos cuidados do Sr. José Maurício D'Isep – Diretor Financeiro e de Relações com Investidores.

Maracanaú (CE), 30 de março de 2012.

RICARDO STEINBRUCH

Presidente do Conselho de Administração

*** **

M. DIAS BRANCO S.A INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS - CNPJ/MF n. 07.206.816/0001-15 - NIRE n. 23.300.008.120 - FATO RELEVANTE - (Resumido conforme disposto no §4º do artigo 3º, da instrução CVM 358/2002) - A Administração da M. DIAS BRANCO S.A. ("M. DIAS" ou "Companhia"), em atendimento ao disposto no art. 157, §4º, da Lei nº 6.404/76 e na Instrução CVM nº 358/2002 vem a público informar aos seus acionistas, ao mercado em geral e aos demais interessados o seguinte: - Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 30 de março de 2012, foi aprovada a incorporação, pela M. DIAS, da sua controlada integral ADRIA ALIMENTOS DO BRASIL LTDA. - ADRIA, inscrita no CNPJ sob o nº 51.423.747/0001-93. - Informa, ainda, que sua controlada Indústria de Alimentos BomGosto Ltda. - Vitarella, inscrita no CNPJ 35.603.679/0001-98, também nesta data, incorporou sua controlada NPAP Alimentos S.A. - PILAR, inscrita no CNPJ 04.723.759/0001-53. - Por se tratarem, as sociedades incorporadas, de controladas integrais as incorporações realizadas não produzem qualquer alteração no patrimônio, no resultado ou na composição societária da Companhia. - Nos termos do §4º do artigo 3º da Instrução CVM nº 358/2002, informa que todos os documentos e informações adicionais acerca das incorporações realizadas estão disponíveis no site da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br) e no site de relações com investidores da Companhia (www.mdiasbranco.com.br/ri). Eusébio - CE, 30 de março de 2012. Geraldo Luciano Mattos Júnior - Vice-Presidente de Investimentos e Controladoria - Diretor de Relações com Investidores.

*** **

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE CATARINA – ERRATA DO AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2012 – SMC. Ante o erro de digitação no Aviso de Licitação do Pregão Presencial nº 001/2012 - SMC, supracitado, publicado no Diário Oficial do Estado, e Jornal "O POVO", dia 02/04/2012: onde se lê "Tipo Menor Preço por Lote", leia-se "Tipo Menor Preço Global". Maiores informações pelo telefone (0XX88) 3556-1167. **Catarina-CE, 02 de abril de 2012. Luiz Artemar Rodrigues Martins - Pregoeiro.**

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE MULUNGU - EDITAL 003/2012 - DE OITAVA CONVOCAÇÃO. 1. JOSÉ MANSUETO MARTINS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Mulungu, no uso de suas atribuições legais, pelo presente, CONVOCA os candidatos abaixo relacionados, classificados no Concurso Público Municipal, Edital Nº 001/2010, de 08 de Janeiro de 2010 a comparecerem na sede da Prefeitura Municipal de Mulungu, sito à Rua Coronel Justino Café, Nº 26 - Centro, Mulungu - Ce, no horário das 08:00 às 12:00hs e de 14:00 às 17:00hs, no período de 03/04/2012 à 04/04/2012, a fim de apresentação dos documentos hábeis a insvetidura dos cargos, conforme respectivo Edital, assim como para inspeção médica e consequente nomeação: Ficam os candidatos alertados que o não comparecimento dos convocados no período indicado implicará na perda do direito à posse e de qualquer outro direito inerente ao Concurso, conforme os termos do Edital Nº 001/2010 de 08 de Janeiro de 2010. 1.1 Os documentos constantes no Anexo I a este Edital deverão ser todos apresentados em fotocópias autenticadas em cartório. **CONVOCADOS - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA - SERIE INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL (reclassificado) - 14º** Natália Barroso Guilherme; **PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA II - LINGUAGEM E CÓDIGOS (classificáveis) - 4º** Maria Claudiane Almeida Ferreira; **MONITOR DE CULTURA (classificáveis) - 1º** Pedro Paulo Moreira da Silva; **PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA II CULTURA E SOCIEDADE (classificáveis) - 5º** Antônio Clécio Souza Lima; 6º Maria Simone Menezes Alexandre; **AUXILIAR DE SERVIÇOS DE GERAIS (reclassificado) - 26º** Sandra Régia Vieira Santos; **VETERINÁRIO (classificáveis) - 1º** Ricardo José da Costa Silva. Registre-se, Publique-se e Cumpra-se. **Mulungu - Ce, em 28 de Março de 2012. José Mansueto Martins de Sousa - Prefeito Municipal e Maria do Carmo Araújo Martins - Secretária de Administração e Finanças. ANEXO I AO EDITAL Nº 003/2012 de 28 de Março de 2012 de OITAVA CONVOCAÇÃO. 1.0 DOCUMENTOS EXIGIDOS:** 01. Carteira de Identidade e CPF; 02. Certidão de Nascimento/ Casamento; 03. Certidão de Nascimento dos Filhos Menores de 14 anos; 04. Comprovante de residência atual; 05. Reservista para o candidato do sexo masculino; 06. 02 fotos 3x4 recentes; 07. Atestado de antecedentes criminais; 08. Certidão de distribuição de feitos criminais (fórum da comarca em que reside); 09. Exame médico admissional; 10. Título de eleitor e comprovante de votação/ultima eleição; 11. Declaração de não ocupar cargo público; 12. Declaração de bens; 13. Certificado de conclusão do curso compatível com o nível de escolaridade (respectivo cargo), bem como o documento de comprovação de inscrição em Conselho de Classe (exigido para exercício da função), quando for o caso exigido pelo Edital Nº 001/2010. **Obs.: Por ocasião da investidura do cargo o candidato deverá apresentar PIS/PASEP (quando possuir), bem como numero da conta corrente na agencia 2839-8 Banco do Brasil - Mulungu.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIRAZ – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. RESULTADO PROPOSTAS. A Comissão Permanente de Licitação torna público o resultado da Concorrência nº 2012.01.13.001, que tem como objeto a construção do Centro de Educação Infantil na localidade de Chácaras da Prainha. As empresas JPL CONSTRUÇÕES, DAMASO E VASCONCELOS SERVIÇOS, M7 CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS foram desclassificadas. As empresas CALDAS & FURLANI ENGENHARIA LTDA, APICE CONSTRUÇÕES, INCORPORAÇÕES E SERVIÇOS LTDA, FC SERVIÇOS COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, VISUAL CONSTRUÇÕES LTDA, CALL CONSTRUÇÕES ARAUJO LIMA LTDA, LEST ENGENHARIA LTDA, EPOCA ENGENHARIA, R2 SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA, HB CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS, TSR CONSTRUÇÕES LTDA, CONSTRUTORA PINHEIRO MAIA LTDA. REMISSÃO CONSTRUÇÕES LTDA, DG CONSTRUÇÕES E LOGISTICA e DIPLOMATA CONSTRUÇÕES foram classificadas e a de menor preço foi a empresa REMISSÃO CONSTRUÇÕES LTDA, sendo declarada vencedora do certame, com o valor de R\$ 749.168,66 (setecentos e quarenta e nove mil, cento e sessenta e oito reais e sessenta e seis centavos). Fica concedido o prazo recursal do art. 109 I "b" da Lei 8.666/93. **Aquiraz - CE 28 de março de 2012.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBE - AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 2012.03.28.01. A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Jaguaribe-CE comunica aos interessados que fará realizar licitação em sua sala, na Prefeitura Municipal de Jaguaribe, localizada na Praça Senador Fernandes Távora, s/n – Centro, às 10:30 hs do dia 04 de maio de 2012, Sessão de recebimento dos documentos de Habilitação e Propostas para a Concorrência Pública, tipo – Menor Preço, destinada a Contratação de pessoa jurídica apta a executar a obra da 5ª etapa da infraestrutura viária do Distrito Industrial do Município de Jaguaribe, conforme projeto em anexo ao Edital. O Edital poderá ser adquirido junto à Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Jaguaribe no horário das 08:00 às 12:00 horas. Informações pelo fone (0xx88) 3522-1092. **Jaguaribe – CE, 02 de Abril de 2012. Luciano Costa da Silva - Presidente da Comissão Permanente de Licitação.**

CARBOMIL S/A MINERAÇÃO E INDÚSTRIA, Companhia aberta, CNPJ 07.253.321/0001-47 **Proposta da Administração para Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2012** - Senhores Acionistas, A administração da Carbomil S/A Mineração e Indústria, companhia inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.253.321/0001-47, vem propor a seus acionistas, no que diz respeito às matérias constantes da ordem do dia da assembleia geral ordinária da Companhia a ser realizada em 30 de abril de 2012, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, na Rua Frederico Borges, 455, sala 303, Meireles, cidade de Fortaleza, o seguinte: **1. Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras** - Conforme decidido pelo conselho de administração da Companhia em reunião do conselho de administração realizada no dia 21 de março de 2012, a administração da Companhia submete à apreciação de V.Sas., o relatório da administração, as demonstrações financeiras da Companhia e a proposta da destinação do resultado do exercício, acompanhadas do Relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011, que serão publicadas em 14 de abril de 2012 no Diário Oficial do Estado do Ceará e no Jornal O Povo, na forma da Lei das Sociedades Anônimas. **2. Destinação do Resultado do Exercício** - A Empresa apresentou Prejuízo Líquido do Exercício no montante de R\$ 3.718.066,24 (Três Milhões setecentos e dezoito mil sessenta e seis reais vinte quatro centavos), pelo que não houve distribuição de dividendos. **3. Eleição dos membros do Conselho de Administração** - Os Acionistas Controladores indicam os atuais conselheiros para compor o Conselho de Administração, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2015. **4. Remuneração Global** - A administração da Companhia propõe uma remuneração global para o exercício de 2012 no valor total de R\$ 12.000,00, para o Conselho de administração. Fortaleza, 27 de março de 2012. A Administração - Carbomil S/A Mineração e Indústria.

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE PENTECOSTE - RESULTADO DE HABILITAÇÃO. O Município de Pentecoste, por meio da comissão Permanente de Licitação, torna público o Resultado da Fase de Habilitação da Concorrência Nº 2012.01.1701-CC-FME, cujo Objeto é a Contratação de Serviços de Engenharia para Ampliação das Escolas da Rede de Ensino Público deste Município. Considerando o acolhimento dos recursos apresentados permanece Inabilitadas as empresas: 01 - Serra Verde Serviços e, 02 - J.L.L Nogueira - ME, 03 - JBJ Construções LTDA, foram Habilitadas, para fase subsequente do processo licitatório as empresas: 04 - CENPEL - Centro Norte e Projetos e Empreendimentos LTDA, 05 - Construtora e Imobiliária Brilhante, 06 - Diplomata Construções Empreendimentos LTDA, 07 - Senebrase Construções LTDA, 08 - CCL - Cruz Construções LTDA, 09 - JPL Construções LTDA, 10 - Construtora Múltipla LTDA, 11 - HB Construções LTDA, 12 - Apoio Municipal Comércio e Serviços LTDA. Maiores informações na sala da comissão de licitações. Fica aberto o prazo recursal, caso não haja interposição de recurso a abertura dos envelopes propostas serão no dia 11 de Abril de 2012 às 10:00 horas na Sala da Comissão de Licitações. **Pentecoste - CE, 02 de Abril de 2012. Maria Fabíola Alves Pessoa - Presidente da Comissão de Licitação.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRO - EXTRATO DO(S) INSTRUMENTO(S) CONTRATUAL(AIS). A Secretaria de Saúde e Saneamento do Município de Pereiro - CE, torna público o Extrato do(s) Instrumento(s) Contratual(ais) resultante do Pregão Presencial Nº 1602.01/2012. **Unidade Administrativa:** Secretaria de Saúde e Saneamento. **Objeto:** Aquisição de Medicamentos e Materiais Hospitalares a serem destinados a Manutenção do Hospital Municipal Dr. Humberto de Queiroz, junto a Secretaria de Saúde e Saneamento do Município de Pereiro. Dotação Orçamentária: 10.302.0016.2.038 - **Elemento de despesa:** 3.3.90.30.00 Contratados(as); Valor Global; Josineide Maria de Sousa - ME - R\$ 325.235,13 (trezentos e vinte e cinco mil, duzentos e trinta e cinco reais e treze centavos); Nuvex Comercio de Produtos Médicos Ltda, R\$ 236.376,70 (duzentos e trinta e seis mil, trezentos e setenta e seis reais e setenta centavos) **Vigência do(s) Contrato(s):** da data da assinatura do(s) contrato(s): até 31 de Dezembro de 2012. **Assina(m) pelo(s) Contratado(s):** Josineide Maria de Sousa e Melanie Klein Vasconcelos Nunes, respectivamente. **Assina pela Contratante:** Luis Bezerra de Queiroz Neto. **Pereiro, 06 de Março de 2012 - Cristiane Aires Gonçalves - Presidente da Comissão de Licitação.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE IPU - AVISO DE LICITAÇÃO. A Comissão de Licitação de Ipu, localizada na Praça Abílio Martins, s/n - Centro - Ipu, comunica aos interessados que no dia 19 de abril de 2012, às 10:00 h da manhã, estará abrindo Licitação na Modalidade **Tomada de Preços Nº 0204.01/2012**, cujo objeto é a Construção da academia da saúde, conforme projeto. O edital completo poderá ser adquirido no endereço acima, a partir da data desta publicação, no horário de atendimento ao público, de 08:00 às 12:00 h. **Eucélio Fernandes de Mesquita - Presidente da Comissão. Ipu, 02 de abril de 2012.**

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRO - EXTRATO DO(S) INSTRUMENTO(S) CONTRATUAL(AIS). A Secretaria do Trabalho e Assistência Social do Município de Pereiro - CE, torna público o Extrato do(s) Instrumento(s) Contratual(ais) resultante do Pregão Presencial Nº 0103.01/2012. **Unidade Administrativa:** Secretaria do Trabalho e Assistência Social. **Objeto:** Aquisição de 02 (dois) veículos OKM, capacidade 05 passageiros para ficar a disposição do Programa IGD - Bolsa Família e da Secretaria de Trabalho e Assistência Social do Município de Pereiro conforme especificação(ões) constante(s) do anexo I, parte integrante deste Processo. Dotação Orçamentária: 08.244.0137.2.055 - Bolsa Família e 08.122.0003.2.046 - Fundo Municipal de Assistência Social. **Elemento de despesa:** 4.4.90.52.00. Contratados: Valor Global; Icaavel - Iguatu Cavalcante Veículos Ltda - R\$ 70.066,00 (setenta mil, e sessenta e seis reais); **Vigência do(s) Contrato(s):** até 120 (cento e vinte dias) **Assina(m) pelo(s) Contratada:** Francisco Chaves Cavalcante Rodrigues. **Assina pela Contratante:** Regina Célia de Aquino Costa. **Pereiro, 15 de Março de 2012 - Cristiane Aires Gonçalves - Presidente da Comissão de Licitação.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRO - EXTRATO DO(S) INSTRUMENTO(S) CONTRATUAL(AIS). A Secretaria de Educação e Desporto do Município de Pereiro - CE, torna público o Extrato do(s) Instrumento(s) Contratual(ais) resultante do Pregão Presencial Nº 1002.01/2012. **Unidade Administrativa:** Secretaria de Educação e Desporto. **Objeto:** Aquisição de Gêneros Alimentícios destinados a Merenda Escolar dos Alunos do Ensino Fundamental, Educação Infantil, Programa EJA do Município de Pereiro. Dotação Orçamentária: 12.306.0020.2.013 - PNAE; 12.365.0020.2.018 - Creche e 12.366.0023.2.023 - EJA. **Elemento de despesa:** 3.3.90.30.00 Contratados(as); Valor Global; MG Almeida Diogenes - R\$ 236.106,50 (duzentos e trinta e seis mil, cento e seis reais e cinquenta centavos); T L P de Queiroz ME, R\$ 128.395,00 (cento e vinte e oito mil, trezentos e noventa e cinco reais) **Vigência do(s) Contrato(s):** da data da assinatura do(s) contrato(s): até 31 de Dezembro de 2012. **Assina(m) pelo(s) Contratado(s):** Marcio Glene Almeida Diogenes e Thiago Lucas Pinto de Queiroz. **Assina pela Contratante:** Lucia Helena Ferreira de Sousa. **Pereiro, 06 de Março de 2012 - Cristiane Aires Gonçalves - Presidente da Comissão de Licitação.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE CRATO - EXTRATO DE PUBLICAÇÃO. O Município de Crato torna público o extrato do Contrato Nº 2802.01/2011-01, decorrente da **Concorrência Pública Nº 0901.01/2012-01**, cujo Objeto é a Contratação de Pessoa Jurídica para Prestação dos Serviços de Locação de Veículos destinados ao Transporte Escolar deste Município, junto a Secretaria de Educação. **CONTRATANTE:** Secretaria de Educação. **CONTRATADA:** Podium Empreendimentos LTDA. **DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS:** 0601.12.361.0018.2.059, 0601.12.361.0020.2.060, 0601.12.361.0020.2.062 e 0601.12.362.0062.2.064. **ELEMENTO DE DESPESAS:** Nº. 3390.39.00, com recursos próprios, FUNDEB 40%, QSE, PNATE e SEDUC. **VALOR DO CONTRATO:** R\$ 3.037.600,00 (três milhões trinta e sete mil e seiscentos reais). **VIGÊNCIA DO CONTRATO:** A partir da assinatura, até 31 de dezembro de 2012. **ASSINA PELA CONTRATADA:** Sr. Ronaldo Ferreira Lima CPF No. 579.645.993-72. **ASSINA PELA CONTRATANTE:** José Valentim Dantas - Secretário de Educação. **Crato-CE, 02 de Abril de 2012. José Wilson Marques Júnior - Presidente da Comissão de Licitação.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL. Nº 12/2012-SEDUC. A Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante comunica aos interessados que estará recebendo, até às 08:30h do dia 16 de Abril de 2012, na sala de reuniões da Comissão de Licitação, sito à Rua Ivete Alcântara nº 120, proposta de preços e documentação de habilitação, para o Pregão Presencial nº 12/2012-SEDUC - Prestação de serviços de preparo e fornecimento de refeições. O edital poderá ser obtido junto à Comissão de Licitação, no endereço supracitado, no horário das 08:00h às 11:30h e das 14:00 às 17:00h de segunda a quinta-feira e das 08:00h às 13:00h às sextas-feiras. **São Gonçalo do Amarante, 02 de Abril de 2012. César Gonçalves Soares - Pregoeiro.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM - A Comissão de Licitação, localizada na Rua Dr. Álvaro Fernandes, 36/42 - Centro, Quixeramobim-Ce, torna público que se encontra à disposição dos interessados no horário de 08:00 às 12:00h o edital de Tomada de Preços Nº 07-3003.01/2012, cujo objeto: Construção de uma Academia de Saúde, no Município, que realizar-se-á no dia 20.04.2012, às 08:30 horas. Ad'na de Souza Paulino - Presidente da CPL.

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS – LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA COM DIVULGAÇÃO NACIONAL – LPN (PROARES) PARA CONSTRUÇÃO DE UM CEI (CENTRO DE EDUCAÇÃO INTEGRADA) NO MUNICÍPIO DE MORRINHOS/CE. A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Morrinhos - CE, designada pela Portaria nº 001/2012, datada de 02 de Janeiro de 2012, comunica aos interessados que na publicação que circulara neste jornal no dia 30 de março de 2012, retifica-se o texto a seguir, **ONDE LÊ-SE:** “divulga para conhecimento do público interessado que receberá no local, hora e data indicados na Rua José Ibiapina Rocha, s/nº Centro, Morrinhos, CE, em sessão pública, os Documentos de Habilitação e Qualificação dos Concorrentes, para o objeto desta Concorrência Pública com Divulgação Nacional, **LEIA-SE:** “divulga para conhecimento do público interessado que receberá na Rua José Ibiapina Rocha, s/nº Centro, Morrinhos, CE, às 11:00hs do dia 30 de abril de 2012”. As demais informações ficam todas ratificadas. **Morrinhos – CE, 02 de Abril de 2012. Antonio Herlom Marques Ursulino - Presidente da Comissão de Licitação.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA DO CEARÁ - EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 002/2012 - ABANDONO DE CARGO. Por força do presente edital, os Srs. Francisco das Chagas Paiva e José Valmir Vasconcelos Carvalho, respectivamente, Secretário de Administração Geral e Diretor Geral de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Viçosa do Ceará, no uso de suas atribuições legais e em especial o artigo 147, da lei Nº 558/2009, que trata do Estatuto do Magistério Público Municipal, **convocam** a Professora, **Luciana Moreira Alves de Sousa**, a retornar de imediato ao trabalho junto à Secretaria Municipal de Educação, no prazo de 03 (três) dias úteis consecutivos, a contar do dia 04 (quatro) de Abril de 2012, sob pena de restar configurado Abandono de Cargo, passível de demissão, nos termos do artigo 124, inciso I, da Lei Nº 558, de 20 de Novembro de 2009. **VIÇOSA DO CEARÁ, 03 DE ABRIL DE 2012. FRANCISCO DAS CHAGAS PAIVA - Secretário de Administração Geral da Prefeitura de Viçosa do Ceará. JOSÉ VALMIR VASCONCELOS CARVALHO - Diretor Geral de Recursos Humanos da Prefeitura de Viçosa do Ceará.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBE - EXTRATO DE CONTRATAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº 2011.11.10.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. OBJETO: Contratação de empresa apta a prestar serviços de construção do campo de futebol no Distrito de Nova Floresta e pavimentação do Pátio e estacionamento e circulações da Escola Ulisses Paranhos Maia, Município de Jaguaribe/CE. **CONTRATADA:** Dantas e Oliveira Limpeza Conservação e Construções LTDA - ME. **ASSINA PELA CONTRATADA:** Francisco Tarciso Dantas de Oliveira. **CONTRATANTE:** Secretaria de Educação. **ASSINA PELA CONTRATANTE:** Iolanda Maria Fernandes de Assis Dantas. **VALOR GLOBAL DO CONTRATO:** R\$ 267.190,35 (Duzentos e sessenta e sete mil cento e noventa reais e trinta e cinco centavos). **PRAZO DE DURAÇÃO DO CONTRATO:** 90 (noventa) dias. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 0507.12.361.0008.1.004, elemento de despesa 4.4.90.51.00. **DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO:** 20 de março de 2012. **Jaguaribe/CE, 02 de abril de 2012. Iolanda Maria Fernandes de Assis Dantas.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAU – PREGÃO PRESENCIAL Nº PP-006/2012 – SAS. Secretaria de Assistência Social. Objeto: Aquisição de Materiais e Suprimentos de Informática, para atender aos diversos Programas Sociais de responsabilidade da Secretaria de Assistência Social, deste Município, de acordo com as especificações constantes no termo de referência. **Tipo:** Menor Preço por lote. O Pregoeiro comunica aos interessados que no dia 17 de Abril de 2012 às 10:00 horas, no Paço da Prefeitura Municipal, estará recebendo os envelopes de proposta de preços e habilitação, para a Licitação do Objeto acima citado. Maiores informações através do fone (88) 3566-7922 das 07:30 às 11:30 horas. **Eriton George Sales Bernardo - Presidente da CPL/PMI.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTIM. A Comissão Permanente de Licitação comunica aos interessados que no próximo dia 17 DE ABRIL DE 2012, às 09h00min, estará abrindo licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0204.01/2012, cujo objeto é AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA SUPRIR ÀS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL DR. WALDEMAR ALCÂNTARA DO MUNICÍPIO DE FORTIM/CE. O edital completo estará à disposição nos dias úteis após esta publicação no horário de 08h30min às 11h30min no endereço da Prefeitura à Rua Joaquim Crisóstomo, nº 962 – Centro. **Fortim - CE, 02 de abril de 2012. Pregoeira – Maria Cleangela Moreira de Macêdo.**

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATIRA - EXTRATO DE CONTRATO. CONTRATANTE: Governo Municipal de Itatira - Secretaria de Obras, Transporte e Serviços Públicos. **CONTRATADA:** Luck Construções Ltda. **OBJETO:** pavimentação em pedra tosca com rejuntamento e agregado adquirido em diversas ruas da Comunidade de Linda I no Distrito de Morro Branco e do bairro Nossa Senhora do Carmo no Distrito de Lagoa do Mato no município de Itatira/CE. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Lei 8.666/93 e suas alterações; Tomada de Preços nº 03.26.01/2012 - Contrato nº 03.30.01/2012. **FORO:** Itatira/CE. **VIGÊNCIA:** 180 (cento e oitenta) dias. **VALOR GLOBAL:** R\$ 520.625,69 (quinhentos e vinte mil, seiscentos e vinte e cinco reais e sessenta e nove centavos) pagos conforme medição da obra. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 0701.15 451 0502 1.015 - 4.4.90.51.00. **DATA DA ASSINATURA:** 30 de março de 2012. **SIGNATÁRIOS:** Antônio Deujacir Vieira, Secretário de Obras, Transporte e Serviços Públicos; Francisco Rômulo Moura Nunes, Representante da Contratada. **Edson Dias do Nascimento - Presidente da CPL da Prefeitura Municipal de Itatira.**

*** **

Secretaria Especial de Portos da Presidência da República

COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ

CNPJ Nº 07223.670/0001-16

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
CONVOCAÇÃO

Ficam os Senhores Acionistas da Companhia Docas do Ceará convidados a comparecerem à reunião das Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária a ser realizada às 10:00hs do dia 13.04.2012, em sua sede social, na Praça Amigos da Marinha, s/nº, Mucuripe, em Fortaleza, Estado do Ceará, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:

- I - Exame e votação do Relatório de Gestão e das Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício de 2011;
- II - Destinação do Resultado do exercício de 2011;
- III- Eleição de Membros do Conselho Fiscal e fixação da remuneração;
- IV - Fixação da remuneração dos Administradores.

Fortaleza, 02 de março de 2012

ANTONIO MAURICIO FERREIRA NETTO

Presidente do Conselho de Administração

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBE - EXTRATO DE CONTRATAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº 2011.11.10.02 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. OBJETO: Contratação de empresa apta a prestar serviços de reforma e ampliação da escola Franklin Monteiro (COHAB – sede), junto a Secretaria de Educação do Município de Jaguaribe/CE. **CONTRATADA:** Dantas e Oliveira Limpeza Conservação e Construções LTDA - ME. **ASSINA PELA CONTRATADA:** Francisco Tarciso Dantas de Oliveira. **CONTRATANTE:** Secretaria de Educação. **ASSINA PELA CONTRATANTE:** Iolanda Maria Fernandes de Assis Dantas. **VALOR GLOBAL DO CONTRATO:** R\$ 648.146,19 (seiscentos e quarenta e oito mil cento e quarenta e seis reais e dezenove centavos). **PRAZO DE DURAÇÃO DO CONTRATO:** 90 (noventa) dias. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 0507.12.361.0008.1.004, elemento de despesa 4.4.90.51.00. **DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO:** 02 de abril de 2012. **Jaguaribe/CE, 02 de abril de 2012. Iolanda Maria Fernandes de Assis Dantas.**

*** **

ABC DISTRIBUIDORA S/A - CNPJ Nº 07.228.042/0001-23 - Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária - Convocação - Convocamos os senhores acionistas a se reunirem em Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária, que se realizarão no dia 30 de abril de 2012, às 10:00 horas, na sede social, na Rua Senador Almino, 264 A – Praia de Iracema – Fortaleza – Ce, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **I – Ordinária: a)** Prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado 31 de dezembro de 2011; **b)** destinação do lucro líquido do exercício findo e distribuição de dividendos; **II – Extraordinária: a)** Fixação das remunerações a serem pagas à Diretoria no ano de 2013. **b)** Alteração da representação da Companhia. Comunicamos que se encontram à disposição dos senhores acionistas, na sede social, os documentos a que se refere o art. 133 da Lei nº 6.404/1976, com alterações da Lei 10.303/2001, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011. Fortaleza, 28 de março de 2012. Pedro Ronald Furtado Bezerra de Meneses - Diretor Presidente.

*** **

TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

CNPJ/MF nº. 02.281.836/0001-37 – NIRE 23.3.0002066-9

Aviso aos Acionistas

A TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A informa aos seus acionistas que se encontram à disposição na sede da Companhia, na Avenida Francisco Sá, nº 4829, Bairro: Álvaro Weyne, Fortaleza-CE, e no endereço eletrônico da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, os documentos e informações referidos no Art. 133 da Lei 6.404/76 de 15/12/76, relativos ao exercício de 2011. Fortaleza, 30 de março de 2012.

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO CARIRI – EXTRATO DE CONTRATO – TOMADA DE PREÇOS N.º 2012.03.08.001FG. **Contratante:** Prefeitura Municipal de Santana do Cariri, através do seu Ordenador de Despesas do Fundo Geral, o Sr. José Mauro Dias. **Contratado:** Construtora Astron Ltda. **Objeto:** Contratação de Pessoa Jurídica para Execução de Obra de Construção de 140 kits sanitários (módulos sanitários), tipo 9, no Município de Santana do Cariri. **Fundamento Legal:** Lei Nº. 8.666/93 e Tomada de Preços Nº. 2012.03.08.001FG. **Valor Global do Contrato:** R\$ 510.667,53 (Quinhentos e Dez mil Seiscentos e Sessenta e Sete Reais e Cinquenta e Três Centavos). **Vigência:** até 31 de dezembro de 2012, podendo ser prorrogado. **Dotação Orçamentária:** 01.07.07.16.481.352.1.17 – Construção de Kits Sanitários – Categoria Econômica – 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações, mediante a utilização de recursos oriundos do termo de compromisso PAC n.º 0288/2011, celebrado entre o Município de Santana do Cariri e o Ministério da Saúde. **Signatário,** pelo contratante: José Mauro Dias, pelo contratado: Construtora Astron Ltda.

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBE - EXTRATO DE CONTRATAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS N.º 2011.11.10.02 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. OBJETO: Contratação de empresa apta a prestar serviços de reforma e ampliação da escola Expedito Diógenes (Mutiirão – sede), junto a Secretaria de Educação do Município de Jaguaribe/CE. **CONTRATADA:** Nogueira e Barbosa Construção Ltda. **ASSINA PELA CONTRATADA:** Kaio César Lopes Goes. **CONTRATANTE:** Secretaria de Educação. **ASSINA PELA CONTRATANTE:** Iolanda Maria Fernandes de Assis Dantas. **VALOR GLOBAL DO CONTRATO:** R\$ 331.866,46 (trezentos e trinta e um mil oitocentos e sessenta e seis reais e quarenta e seis centavos). **PRAZO DE DURAÇÃO DO CONTRATO:** 90 (noventa) dias. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 0507.12.361.0008.1.004, elemento de despesa 4.4.90.51.00. **DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO:** 02 de abril de 2012. **Jaguaribe/CE, 02 de abril de 2012. Iolanda Maria Fernandes de Assis Dantas.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBE - EXTRATO DE CONTRATAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS N.º 2011.11.10.02 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. OBJETO: Contratação de empresa apta a prestar serviços de reforma e ampliação da escola Nossa Senhora das Candeias (Placa Verde – sede), junto a Secretaria de Educação do Município de Jaguaribe/CE. **CONTRATADA:** FWC Construções LTDA. **ASSINA PELA CONTRATADA:** Isac Mendes Viana. **CONTRATANTE:** Secretaria de Educação. **ASSINA PELA CONTRATANTE:** Iolanda Maria Fernandes de Assis Dantas. **VALOR GLOBAL DO CONTRATO:** R\$ 250.000,78 (duzentos e cinquenta mil reais e oito centavos). **PRAZO DE DURAÇÃO DO CONTRATO:** 90 (noventa) dias. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 0507.12.361.0008.1.004, elemento de despesa 4.4.90.51.00. **DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO:** 02 de abril de 2012. **Jaguaribe/CE, 02 de abril de 2012. Iolanda Maria Fernandes de Assis Dantas.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE CROATÁ - AVISO DE LICITAÇÃO - MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N.º 006/2012. TIPO: MENOR PREÇO. A Prefeitura Municipal de Croatá, através de sua Comissão Permanente de Licitação, mediante pregoeiro designado, torna público para conhecimento dos interessados, que no dia 16 de Abril de 2012, realizará às 10:00 horas Pregão Presencial N.º 006/2012, que tem por objeto: Contratação de Promotora de Eventos para apresentação de shows musicais com bandas de renome nacional, regional menor porte, regional maior porte, como também Empresa de locação de estrutura e prestação de serviços, em virtude do XXIV Aniversário de Emancipação Política do Município de Croatá, através da Secretaria Municipal de Cultura. Os interessados poderão adquirir o Edital, no endereço: Rua Manuel Braga, 573, Caroba, Croatá-CE, no horário de expediente das 08:00hs às 12:00hs e obter demais informações através do fone: (0**88) 3659-1164. **Croatá-CE, 02 de abril de 2012. MESSIAS JÚNIOR GOMES ALVES - PREGOEIRO.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE UBAJARA - SECRETARIA DE SAÚDE - AVISO DE LICITAÇÃO-PREGÃO PRESENCIAL 006/2012 – SESA. O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Ubajara - Ceará, torna público aos interessados, que no dia 16/04/2012 às 14:30 horas, estará realizando licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL 006/2012-SESA, tipo menor preço. **Objeto:** Aquisição de Equipamentos Odontológicos destinados às Unidades Básicas de Saúde do Município de Ubajara – Ceará. O Edital poderá ser obtido na Sala da Comissão Permanente de Licitação à Rua José Rufino Pereira nº 100 - Centro, no horário das 08:00 às 12:00 horas ou através do site www.ubajara.ce.gov.br. **Maiores informações fone (88)3634-1300. Ubajara - CE, 02 de abril de 2012. Cícero Tarcísio de Alencar - Pregoeiro.**

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS – EXTRATO CONTRATUAL – TOMADA DE PREÇOS N.º 0112.02/2011. **Objeto:** Contratação de Empresa para Reestruturação da Avenida Principal da Localidade de Bom Princípio no Município de Morrinhos - CE. **Secretaria de Infraestrutura. CONTRATADA:** TSR Construções LTDA. **DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO:** 19 de Janeiro de 2012. **VALOR GLOBAL.** R\$ 554.475,32 (quinhentos e cinquenta e quatro mil quatrocentos e setenta e cinco reais e dois centavos). **PRAZO DE EXECUÇÃO:** 90 (Noventa) dias. **ORIGEM DO RECURSO:** Ministério das Cidades e Prefeitura Municipal de Morrinhos. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 0401.15.451.0013.1.003. **ELEMENTO DE DESPESAS.** 4.4.90.51.00. **ASSINA PELA CONTRATANTE.** Jose Osimar Brandão. **ASSINA PELA CONTRATADA:** Tarso de Sá Ramalho Cavalcante. **MORRINHOS 02 de Abril de 2012. Antonio Herlom Marques Ursulino – CPL.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE TURURU - Secretaria de Infraestrutura. A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura de Tururu, torna público o **RESULTADO DA FASE DE HABILITAÇÃO** da licitação na modalidade **Tomada de Preços nº 001/2012-SEINFRA**, cujo objeto é a Contratação de Serviços de Engenharia relativos à Manutenção da Limpeza e Conservação da área urbana da sede e distritos do Município de Tururu. **Empresas HABILITADAS:** Performance Pavimentação e Drenagem Ltda ME; Cenpel – Centro Norte Projetos e Empreendimentos Ltda; Diplomata Construções e Empreendimentos Imobiliários Ltda; Construtora Parque da Serra Ltda e Construtora Múltipla Ltda. **Empresas INABILITADAS:** Newbras Construções Com. Serv. e Repres. Ltda EPP e JPL Construções Ltda. Fica Aberto o prazo recursal, conforme o disposto no art. 109, Inciso I, alínea “a” da lei de licitações vigente. **Tururu, 02 de Abril de 2012. À Comissão.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE CRATO - AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 0204.01/2012-02 - SECRETARIA DE SAÚDE. O Pregoeiro do Município de Crato-CE Sr. Jose Wilson Marques Junior, torna público, para conhecimento dos interessados, que, no próximo dia 19 de Abril de 2012, às 09:00h, na Sede da Comissão de Licitação, localizada no Largo Julio Saraiva, S/N, Centro, Crato-CE, estará realizando Licitação na Modalidade Pregão, do Tipo Menor Preço por Lote, para a Aquisição de Medicamentos e Alimentação Nutricional destinados às Atividades da Secretaria de Saúde deste Município tudo conforme especificações contidas no termo de referência, constante no Anexo I do Edital, o qual encontra-se na íntegra na Sede da Comissão de Licitação, localizada no Largo Julio Saraiva, S/N, Centro, Crato-CE, no horário de 08:00h às 14:00h. **O Pregoeiro.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUÁ - AVISO DE ADIAMENTO - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO. A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Tauá, localizada no Centro Administrativo José Fernandes Castelo, 322, Colibris, comunica aos interessados o Adiamento do certame na Modalidade Concorrência Pública N.º 1403.01/2012, cujo Objeto é a Execução dos Serviços de Transporte e Instalação de Cisternas para Captação da Água da Chuva, em Diversas Localidades da Zona Rural do Município de Tauá, em virtude de Alterações Editalícias, sendo a abertura adiada para o dia 03.05.2012, às 09:00 horas. Referido Edital corrigido poderá ser adquirido no endereço acima, a partir da data desta publicação, no horário de expediente ao público, das 08:00 às 12:00hs. **Tauá - CE, 03 de Abril de 2012. Magno Kelly Loiola de França - Presidente da Comissão de Licitação.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE TURURU - AVISO DE LICITAÇÃO - Secretaria de Saúde - A Comissão de Licitação do Município de Tururu, comunica aos interessados que no próximo dia 19 de abril de 2012, às 10:00 horas, estará realizando licitação na modalidade **Tomada de Preços nº 001/2012-SESA**, cujo objeto é a contratação de empresa para execução dos serviços de construção módulos sanitários tipo 8 no Município de Tururu. O Edital completo poderá ser adquirido na Sede da Prefeitura, sito à Rua Francisco Sales nº 132, no horário de **7:00 às 13:00 horas**, nos dias úteis após esta publicação. **Tururu-CE, 03 de abril de 2012. Ricardo George de Sousa – Pres. da CPL.**

*** **

Calcário do Brasil S/A, CNPJ 23.549.272/0001-40-Aviso aos Acionistas- Comunicamos aos Srs. Acionistas que se encontram à disposição de V.Sa, na sede social, na Av. Santos Dumont, 2088, térreo sala 02, Aldeota, Fortaleza-Ce, os documentos a que se refere o art. 133, da Lei nº6.404/76, referente ano-calendário de 2011. **Fortaleza-Ce., 30.03.2011. A Diretoria-Paulo Fernando Albano Ferreira-Presidente.**

ESTADO DO CEARÁ – MUNICÍPIO DE CAUCAIA – AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13.002/2012. A Pregoeira de CAUCAIA-Ce – torna público para conhecimento dos interessados que, no próximo dia 19 de Abril de 2012 às 10:00 hs, na sede da Comissão de Pregões da Prefeitura de CAUCAIA, localizada na Rua José da Rocha Sales, 183, Centro, CAUCAIA-CE, estará realizando licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, cujo objeto é a Contratação de Empresa para prestação de serviços gráficos para a Confecção de capas para processo e contra cheques envelopados para atender as necessidades da Secretaria de Administração do Município de Caucaia, tudo conforme especificações contidas no TERMO DE REFERÊNCIA constante do Anexo I do Edital, o qual encontra-se disponível no endereço acima, no horário de 08:00hs às 14:00hs. **Ingrid Gomes Moreira. A Pregoeira.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXADÁ – PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2012. O Município de Quixadá, por meio da sua Pregoeira, torna público aos interessados, que no dia 17/04/2012 às 09h30min, estará realizando licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL, tipo MENOR PREÇO, cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS E EQUIPAMENTOS DE AUDIO/VIDEO/TEATRO PARA A PRAÇA DOS ESPORTES E DA CULTURA 3.000m², CONFORME PT DE Nº 0363294-16 DO PROGRAMA MINC/PRAÇAS DO PAC, ATRAVES DA SECRETARIA DA PARTICIPAÇÃO POPULAR, ESPORTE E JUVENTUDE DO MUNICÍPIO DE QUIXADÁ. O Edital completo poderá ser obtido com a Comissão de Licitação na Travessa José Jorge Matias, 13, Campo Velho, no horário das 7:30 às 11:30 horas. **Quixadá-CE, 02 de Abril de 2012. O Pregoeiro.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAPINA – AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL. A Secretaria de Administração e Finanças da PMI torna público o Pregão Presencial Nº PP-2803.01/2012, referente à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PERTENCENTES À SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE IBIAPINA, marcado para o dia 13 de Abril de 2012, na sede da PMI, localizada na Rua Moisés Aarão, S/N, às 09h00min. Para aquisição de cópias do edital, os interessados deverão dirigir-se a sede da PMI no período de 08h00min às 12h00min em dias de expediente normal a partir da data da publicação deste aviso. **Ibiapina – CE, 02 de Abril de 2012. Luiz Bezerra de França - Secretário de Administração e Finanças.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE - SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL - AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL. Nº 02/2012-SAS. A Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante comunica aos interessados que estará recebendo, até às 13:30h do dia 16 de Abril de 2012, na sala de reuniões da Comissão de Licitação, sito à Rua Ivete Alcântara nº 120, proposta de preços e documentação de habilitação, para o Pregão Presencial nº 02/2012-SAS – Prestação de serviços de preparo e fornecimento de lanches e refeições. O edital poderá ser obtido junto à Comissão de Licitação, no endereço supracitado, no horário das 08:00h às 11:30h e das 14:00 às 17:00h de segunda a quinta-feira e das 08:00h às 13:00h às sextas-feiras. **São Gonçalo do Amarante, 02 de Abril de 2012. César Gonçalves Soares - Pregoeiro.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE - SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL - AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL. Nº 03/2012-SAS. A Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante comunica aos interessados que estará recebendo, até às 15:00h do dia 16 de Abril de 2012, na sala de reuniões da Comissão de Licitação, sito à Rua Ivete Alcântara nº 120, proposta de preços e documentação de habilitação, para o Pregão Presencial nº 03/2012-SAS – Aquisição de Gêneros Alimentícios para os Programas Sociais. O edital poderá ser obtido junto à Comissão de Licitação, no endereço supracitado, no horário das 08:00h às 11:30h e das 14:00 às 17:00h de segunda a quinta-feira e das 08:00h às 13:00h às sextas-feiras. **São Gonçalo do Amarante, 02 de Abril de 2012. César Gonçalves Soares - Pregoeiro.**

*** **

CIMAIPINTO - CNPJ/MF 07.199.466/0001-07 - Aviso aos Acionistas - Ficam os Senhores Acionistas da Companhia Importadora de Máquinas e Acessórios Irmãos Pinto - CIMAIPINTO, avisados de que se encontram à sua disposição na sede social, na Rua Senador Pompeu, 1867 - parte - centro, em Fortaleza-Ceará, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei 6404/76 de 15/12/76, relativo ao exercício de 2011. Fortaleza, 22 de março de 2012. Meton de Alencar Pinto Filho - Diretor.

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE - SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL - AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL. Nº 04/2012-SAS. A Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante comunica aos interessados que estará recebendo, até às 09:00h do dia 17 de Abril de 2012, na sala de reuniões da Comissão de Licitação, sito à Rua Ivete Alcântara nº 120, proposta de preços e documentação de habilitação, para o Pregão Presencial nº 04/2012-SAS – Aquisição de material de construção. O edital poderá ser obtido junto à Comissão de Licitação, no endereço supracitado, no horário das 08:00h às 11:30h e das 14:00 às 17:00h de segunda a quinta-feira e das 08:00h às 13:00h às sextas-feiras. **São Gonçalo do Amarante, 02 de Abril de 2012. César Gonçalves Soares - Pregoeiro.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE TURURU - Aviso de Pregão nº PP-004/2012-03 - Secretaria de Educação - MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL MENOR PREÇO. OBJETO: Aquisição de livros didáticos e paradidáticos destinados aos alunos da rede de ensino do Município de Tururu. CREDENCIAMENTO E RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ESCRITAS: Dia 17/04/2012, às 10:00hs. INICIO DA SESSÃO: Abertura e Cadastramento das Propostas e Disputa de Preços: 17/04/2012, a partir das 10:15hs LOCAL: Sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitação - Rua Francisco nº 132 - Centro. O Edital completo poderá ser adquirido na Sede da Prefeitura, no horário de 7:00 às 13:00 horas, nos dias úteis após esta publicação. **Tururu-CE, 03 de abril de 2012. Ricardo George de Sousa - Pregoeiro.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE EUSÉBIO - AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 2012.04.02.0002. A Prefeitura Municipal de Eusébio, por seu Pregoeiro Oficial, torna público que às 09:00 horas do dia 18 de Abril de 2012, na Sala da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Eusébio - CE, situada à Rua Edmilson Pinheiro, 150, bairro Autódromo, Eusébio - CE, realizar-se-á Sessão Publica para Recebimento dos Envelopes de Proposta Comercial e Documentos de Habilitação, para a realização de Licitação cujo Objeto é a Locação de Containers, para as Secretarias de Educação e Saúde. O Edital poderá ser obtido junto a Comissão de Licitação, situada à Rua Edmilson Pinheiro Nº 150, bairro Autódromo, Eusébio - CE, no horário de 08:00 às 13:00 horas. **A Pregoeira.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE UBAJARA - AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 003/2012-SEAFIN. O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Ubajara, torna público aos interessados, que no dia 16/04/2012 às 10:00horas, estará realizando licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL 003/2012-SEAFIN, tipo menor preço. **Objeto:** Aquisição de Suprimentos de Informática e Serviços de Recarga de Toners para suprir as necessidades da Secretaria de Adm. e Finanças do Município de Ubajara-Ceará. O Edital poderá ser obtido na Sala da Comissão de Licitação à Rua José Rufino Pereira nº 100 - Centro, no horário das 08:00 às 12:00 horas nos dias úteis, ou através do site www.ubajara.ce.gov.br. Maiores informações fone (88)3634-1300. **Ubajara - CE, 02 de Abril de 2012. Cícero Tarcisio de Alencar - Pregoeiro.**

*** **

ROSA DOS VENTOS GERAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA S.A. CNPJ nº 04.768.465/0001-48 - AVISO AOS ACIONISTAS - Comunicamos aos Srs. Acionistas da Rosa dos Ventos Geração e Comercialização de Energia S.A. ("Companhia") que se encontram disponíveis na sede social da Companhia, na Av. Senador Virgílio Távora, 1701, sala 1307, Fortaleza, Ceará, cópia dos documentos a que se refere o art. 133 da Lei 6.404/76 (Lei das S.A.) relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, a serem apreciados na Assembléia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada em 30 de abril de 2012. Comunicamos, ainda, que em consonância com a legislação aplicável, os documentos serão oportunamente publicados nos Jornais Diário Oficial do Estado do Ceará e Jornal O Estado. Fortaleza, 29 de março de 2012. Jorge Alberto Marques Martins - Presidente.

*** **

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS – TERMO DE HOMOLOGAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº 0112.02/2011. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REESTRUTURAÇÃO DA AVENIDA PRINCIPAL DA LOCALIDADE DE BOM PRINCÍPIO NO MUNICÍPIO DE MORRINHOS CE. Vencedora: TSR CONSTRUÇÕES LTDA, com o valor global de R\$ 554.475,32 (quinhentos e cinquenta e quatro mil quatrocentos e setenta e cinco reais e trinta e dois centavos). Conforme Proposta Anexada aos Autos. Homologo a Licitação na forma da Lei 8666/93. **Morrinhos – CE, 02 DE ABRIL DE 2012 – JOSE OSIMAR BRANDÃO – Secretaria de Infraestrutura.**

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRAL - Edital de Tomada de Preço Nº 009/2012 - Aviso de Licitação - Comissão Permanente de Licitação. **Data de Abertura:** 24/04/2012, às 09:00h. **OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REFORMA DO CENTRO REGIONAL DE REFERÊNCIA EM SAÚDE DO TRABALHADOR - CEREST/SOBRAL, de acordo com especificações contidas nos anexos do presente edital. **Valor do Edital:** Gratuito. **INFORMAÇÕES:** Site: www.sobral.ce.gov.br, (Portal do Cidadão, selecione o serviço: Licitações em Andamento) e à Rua Viriato de Medeiros, 1.250, 4º andar. Fone: (88) 3677-1157 e 1254. **Sobral-CE, 02/04/2012. Verônica Mont' Alverne Guimarães - Presidente.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATU - AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº PP-005/2012-SAS. Secretaria de Assistência Social. Objeto: Aquisição de Móveis e Equipamentos Diversos, para atender aos diversos Programas Sociais de responsabilidade da Secretaria de Assistência Social, deste Município, de acordo com as especificações constantes no termo de referência. **Tipo:** Menor Preço por lote. O Pregoeiro comunica aos interessados que no dia 17 de Abril de 2012, às 08:00 horas, no Paço da Prefeitura Municipal, estará recebendo os envelopes de proposta de preços e habilitação, para a Licitação do Objeto acima citado. Maiores informações através do fone (88) 3566-7922 das 07:30 às 11:30 horas. **Eriton George Sales Bernardo - Presidente da CPL/PMI.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ - MUNICÍPIO DE CAUCAIA - EXTRATO DE CONTRATO nº 20120326003 - CP Nº. 08.001/2012CP. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DO ENSINO MÉDIO E ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE CAUCAIA. Valor global do contrato: R\$ 3.692.710,00 (três milhões seiscentos e noventa e dois mil setecentos e dez reais). **Signatários:** SECRETARIA DE EDUCAÇÃO e ORGANIZAÇÃO GUIMARÃES LTDA. Prazo de Vigência: 26 de Março de 2012 à 31 de Dezembro de 2012. Data do Contrato: 26 de Março de 2012. **José Cleandro Araújo Silva - Presidente da Comissão Permanente Central de Licitação.**

*** **

EMPRESA JUNCO AGROPECUARIA S/A - CNPJ 07.317.282/0001-02 - Empresa Benef. de Recursos Oriundos de Inc. Fiscais - Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - Ficam convocados os senhores acionistas desta empresa a se reunirem em AGO/E a se realizar em 12/04/2012 às 10:00(dez)horas em sua sede social a Rua Antonio Lima, 150 - Apto 500 Bairro Meireles, Fortaleza/Ce, CEP 60.115-270, para deliberarem sobre os seguintes assuntos: a) Apreciação do Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial, Demonstrações Financeiras, relativo aos exercícios encerrados em 31.12.2011; b) Liquidação e Extinção da Sociedade; c) Demais assuntos de interesse da sociedade. Fortaleza, 30 de Março de 2012. A Diretoria.

*** **

ESTADO DO CEARÁ - MUNICÍPIO DE JAGUARUANA - FUNDO DE PREVIDÊNCIA - SOCIAL MUNICIPAL - JPREV. Extrato de Contrato. Processo: Pregão Nº 006/2012-PP. Objeto: Contratação dos serviços de customização e manutenção do Sistema Integrado de Informações Previdenciárias / Gestão de Regime Próprio de Previdência Social - SIPREV. **Contratante:** Fundo Municipal de Previdência Social - JPREV. **Contratada:** ADP SOLUTIONS LTDA. - ME. Valor de R\$ 204.000,00 (duzentos e quatro mil reais). Vigência até 28/09/2012. **Data de Assinatura:** 02 de Abril de 2012. **Signatários:** Wendell Jorge da Silva - pela Contratante e Paulo Sergio da Costa Celedônio Filho - pela Contratada.

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPAJÉ SECRETARIA DE SAÚDE - AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2012-SESA. A Prefeitura Municipal de Itapajé comunica aos interessados que estará recebendo até às 14:00h do dia 16 de Abril de 2012, na sala de reuniões da Comissão de Licitação, sito à Rua Major Joaquim Alexandre nº 140 - Centro - Itapajé-Ce., a proposta de preços e documentação de habilitação para o Pregão Presencial nº 09/2012-SESA - Aquisição de utensílios de copa/cozinha. O edital poderá ser obtido junto à Comissão, no endereço supracitado nos dias úteis, das 8:00h às 12:00h e das 14:00h às 17:00h. **Itapajé, 02 de Abril de 2012. Tânia Rocha Gomes de Sousa - Pregoeira.**

*** **

AVISO DE ADITIVO AO CONTRATO- TP 02/2011
A CPL do IEPRO/UECE, no uso de suas Atribuições Legais, torna público o ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE PRAZO da Empresa: FERRAZ ENGENHARIA LTDA., para mais 30 (trinta) dias, com validade até 28/04/2012-Fundamentada Legalmente na Lei nº 8.666/93, ART-65.

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE MILAGRES - AVISO DE ABERTURA DAS PROPOSTAS. A Comissão de Licitação de Milagres comunica aos interessados que no próximo dia **04 de abril de 2012, às 09:00 horas**, estará abrindo os envelopes propostas de preços referente a à **TOMADA DE PREÇOS Nº 0503.01/2012 - SAÚDE**, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE REFORMA NO CENTRO DE SAÚDE CEL ADAUTO BEZERRA E POSTO DE SAÚDE DA ÁGUA VERMELHA, JUNTO A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MILAGRES - CE, CONFORME ANEXO I. **Milagres - CE, 02 de abril de 2012. José Isael dos Santos. Presidente da CPL.**

*** **

FAZENDA BOA AGUA S/A - BOASA - CNPJ 05.242.276/0001-08 - Empresa Beneficiária de Recursos Oriundos de Incentivos Fiscais - Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária - Ficam convidados os senhores acionistas, a se reunirem em AGO a se realizar às 10:00 (dez) horas do dia 12.04.2012 na sede da companhia sita a Rua Conselheiro Tristão, 900 Apto 1002 Centro, Fortaleza(Ce) para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31.12.2010 e 31.12.2011; b) Deliberar sobre a destinação dos resultados do exercício; c) Outros assuntos de interesse social. Fortaleza(Ce), 30 de Março de 2012. Marcelo Lima Rocha - Diretor.

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA DE IPU - AVISO DE LICITAÇÃO. A Comissão de Licitação de Ipu, localizada na Praça Abílio Martins, s/n - Centro, comunica aos interessados que no dia 17 de abril de 2012, às 10:00, estará abrindo licitação na modalidade Pregão Presencial nº 0204.02/2012, cujo objeto é a prestação de serviços de instalação de link para Internet, conforme especificações do edital. O edital completo poderá ser adquirido no endereço acima, a partir desta publicação, no horário de atendimento ao público, de 08:00 às 12:00 h. **Eucélio Fernandes de Mesquita - Presidente da Comissão. Ipu-CE, 02 de abril de 2012.**

*** **

DESTINADO(A)